

Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Brasília

ESCOLA FIOCRUZ DE GOVERNO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
EM POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Antonia Sheila Gomes Lima

PACTOS ESTRUTURANTES PARA A PROMOÇÃO DE TERRITÓRIOS
SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS EM CONVERGÊNCIA COM OS
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:

o caso da Cidade Estrutural/DF

Brasília

2020

Antonia Sheila Gomes Lima

PACTOS ESTRUTURANTES PARA A PROMOÇÃO DE TERRITÓRIOS
SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS EM CONVERGÊNCIA COM OS
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
o caso da Cidade Estrutural/DF

Trabalho de Dissertação apresentado à Escola
Fiocruz de Governo como requisito parcial
para obtenção do título de mestre em Políticas
Públicas em Saúde.

Orientadora: Profa. Dra. Missifany Silveira;
Coorientador: Prof. Dr. Wagner de Jesus
Martins

Brasília

2020

L732p

Lima, Antonia Sheila Gomes

Pactos estruturantes para a promoção de territórios saudáveis e sustentáveis em convergência com os objetivos de desenvolvimento sustentável: o caso da cidade Estrutural/DF / Antonia Sheila Gomes Lima. - 2020

163f.: il; 30cm

Orientador: Profa. Dra. Missifany Silveira

Co-orientador: Prof. Dr. Wagner de Jesus Martins

Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas em Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Brasília, DF

1. Sustentabilidade. 2. Cidade estruturada. 3. Desigualdade social. 4. Políticas sociais. 5. Territórios saudáveis e sustentáveis. 6. Desenvolvimento sustentável. I. Lima, Antonia Sheila Gomes II. FIOCRUZ Brasília. III. Título

CDD: 333.71

Antonia Sheila Gomes Lima

**Pactos Estruturantes para a Promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis em
convergência com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: o caso da Cidade
Estrutural/DF**

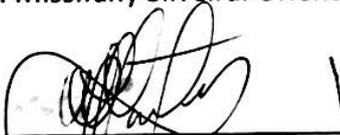
Dissertação apresentada à Escola Fiocruz de
Governo como requisito parcial para obtenção
do título de mestre em Políticas Públicas em
Saúde, na linha de pesquisa Saúde e Justiça
Social.

Aprovado em 20/10/2020.

BANCA EXAMINADORA



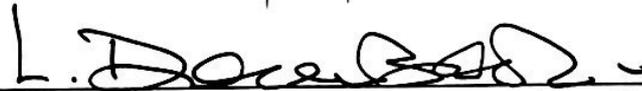
Dra. Missifany Silveira. Orientadora - Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Brasília



Dr. Wagner de Jesus Martins. Coorientador - Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Brasília



Dr. José Agenor Álvares da Silva - Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Brasília



Dr. Ladislau Dowbor - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP



Dr. Jorge Mesquita Huet Machado - Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Brasília

AGRADECIMENTOS

Gosto sempre de dizer que o agradecimento é o ato mais humilde de reconhecimento que temos com o outro ****_^_****.

Gratidão aos meus pais, Antonia e Luiz, pelo amor incondicional, confiança e apoio que sempre me deram. Sou eternamente Grata por ter vocês na minha vida, e pelo tanto que batalharam por mim. E os amo demais!

Ao meu amado e agora único irmão, George, que sempre foi meu amigo e companheiro em todos os momentos. Ainda que esteja politicamente equivocado, meu amor por ti é incondicional.

Ao meu amado irmão caçula (*in memoriam*) Guto, que se mudou para o céu deixando o seu brilho mais forte e intenso! Você está no meu coração!

Ao meu amor Rodrigo, pelo amor, companheirismo e paciência. Gratidão pela pessoa que és e o sentido que deu à minha vida. Gratidão, por se permitir conhecer o meu campo de pesquisa, por ter me acompanhado em diversas idas à Cidade Estrutural e à Santa Luzia, sentindo o sol pelar a cabeça! E mais ainda por ter me ensinado a trabalhar e calcular os indicadores aqui apresentados! Te Amo!

Giordana, Amor da minha Vida, minha luz, minha inspiração... Tu és a razão do meu viver. Sem ti não sou ninguém! E mesmo reclamando e demandando a minha atenção foi compreensiva quanto à minha dedicação a esta pesquisa. Gratidão pelo maior presente que me destes, a Hannah!

À minha querida orientadora Missifany Silveira, pela dedicação e orientação, que me ajudou a organizar e direcionar o meu pensamento emaranhado com tanta escrita.

Ao meu querido amigo, mestre, mentor, coordenador e coorientador que também assumiu a tarefa de me orientar, Wagner Martins, sou eternamente agradecida pela paciência, sabedoria, dedicação, orientação contínua e companheirismo, e principalmente, por acreditar

em mim, criando oportunidades para que eu pudesse me dedicar ao desenvolvimento desta pesquisa. A reta final foi um tanto quanto dolorosa, mas sem os teus ensinamentos eu não teria chegado até aqui! Gratidão *_^_*!

Ao querido amigo Jorge Machado, agradeço a oportunidade e o aprendizado que tive contigo no Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho – PSAT.

À querida Candace Cunha, pelo acolhimento e pela companhia no território, e pelos momentos de troca que compartilhamos. Pra mim foi um privilégio e um rico aprendizado!

Às queridas Abadia e às Mulheres Poderosas da Santa Luzia, Val e Vanessa, gratidão pela confiança no compartilhamento de suas histórias, o que me permitiu compreender o sentido de suas lutas!

Ao Joab, pelo acolhimento na Santa Luzia, pela disponibilidade e colaboração no mapeamento do território. O teu olhar de pelejador foi de grande contribuição para entender o território e suas contradições.

A todas e todos as(os) integrantes da Rede Social da Estrutural (RSE) pelo acolhimento e aprendizado. A partir desse *locus* pude ter maior interação com os atores sociais e maior aproximação com a realidade local, ampliando o meu olhar sobre o território.

As queridas geógrafas Júlia Rudy e Krishna pela parceria em campo, pelas nossas andanças mapeando o território e pela elaboração dos mapas. Agradeço por nossos caminhos se cruzarem durante o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao Sidlei Queiroga pela colaboração nos ajustes dos mapas.

Ao Marcelo de Jesus, amigo e parceiro de trabalho no Colaboratório, agradeço a disponibilidade e paciência na elaboração dos grafos.

Às amigas que fazem parte da minha trajetória, Andréa Mesquita, Beth Monte, Juliana Krause e Bel Miranda, gratidão pelo companheirismo e compreensão pela minha

ausência nos últimos meses. Vocês são especiais! Agradeço em especial à minha querida amiga Rosângela Menezes Pacheco (*in memoriam*) uma das minhas inspirações, que partiu antes que eu pudesse compartilhar a minha alegria! Nunca vou te esquecer, amiga! Estarás sempre presente no meu coração em minha memória.

Às queridas e aos queridos alunas(os) do Curso de Governança Territorial em parceria da Fiocruz com o IFB da Estrutural, sou grata pelo convívio, e desejo a vocês que essa experiência seja um caminho para que possam desbravar outros territórios.

Enfim... Cheguei até aqui, mas não cheguei sozinha!

Dedico este trabalho à comunidade da Cidade Estrutural que na luta e na labuta pela terra, pela água e pelo chão... a peleja cresce, fortalece, resiste, persiste, consiste, e não desiste!

(...) O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. Milton Santos.

RESUMO

A Cidade Estrutural é uma síntese da desigualdade social brasileira, com um contexto histórico de formação que tem origem na ocupação de uma área próxima ao lixão da nova capital, instalado entre o final da década de 60 e início de 70, cujo principal fator atrativo foi a busca pela sobrevivência na atividade de coleta manual de resíduos naquele que viria a ser o maior lixão da América Latina e segundo maior do mundo. Por ser a principal fonte de renda da economia local, sua desativação em 2018 causou grande impacto sobre a população, não somente da parcela que trabalhava diretamente no lixão, mas também da que se beneficiava dessa renda nas atividades econômicas de serviços e no comércio local. Como pano de fundo desse contexto, as políticas de austeridade fiscal reduzem a capacidade de ação do Estado, reduzindo o financiamento das políticas sociais e comprometendo os avanços sociais conquistados nas últimas décadas. Nesse contexto, ressalta-se como estratégia para implementação da Agenda 2030 e os seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um pacto global, que representa uma oportunidade para ser aplicado no âmbito local. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é analisar a capacidade da Rede Social da Estrutural (RSE), uma rede sociotécnica local, especificamente a governança e a sua direcionalidade das ações para influenciar as políticas públicas que visem à promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis (TSS), que consiste na execução do plano de ação pactuado com a Fiocruz e a Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF), um pacto estruturante formalizado pela governabilidade dos atores.

Palavras-chave: Pactos Estruturantes. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Agenda 2030. Redes Sociotécnicas. Governança. Inteligência Cooperativa Territorial. Territórios Saudáveis e Sustentáveis. Políticas Públicas de Saúde.

ABSTRACT

The Structural City is a synthesis of Brazilian social inequality, with a historical context originated with the occupation of an area close to the landfill of the new capital, installed between the late 60s and the early 70s, whose main attractive factor was the search for survival in the activity of manual waste collection in what would become the largest landfill in Latin America and the second largest in the world. Because it was the main source of income for the local economy, its deactivation in 2018 had a major impact on the population, not only for the portion that worked directly in the landfill, but also for those that benefited from this income in economic services activities and in local commerce. As a background in this context, fiscal austerity policies that reduce the size of the state, reducing the financing of social policies and undermining the social advances achieved in recent decades. In this context, it stands out as a strategy for implementing the 2030 Agenda and its Sustainable Development Goals (SDGs), a global pact, which represents an opportunity for application at the local level. In this sense, the objective of this research is to analyze the capacity of the Structural City Social Network (*Rede Social da Estrutural – RSE*), a local socio-technical network, specifically governance and its directionality of actions to influence public policies for promotion of Healthy and Sustainable Territories (*Territórios Saudáveis e Sustentáveis – TSS*), which consists of the execution of action plans agreed with Fiocruz and SES-DF, a structural pact formalized by the governance of the actors.

Keywords: Structuring Pacts. Sustainable Development Goals. 2030 Agenda. Sociotechnical Networks. Governance. Territorial Cooperative Intelligence. Healthy and Sustainable Territories. Public Health Policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Perfil dos(as) atores entrevistados(as).....	30
Figura 2 – Fluxograma das Etapas da Pesquisa: atividades, estratégias metodológicas e resultados	31
Figura 3 – Principais marcos para a construção de um novo conceito de saúde.....	41
Figura 4 – A conexão dos ODS com as dimensões dos DSS para uma vida saudável	43
Figura 5 – Triângulo de Governo de Matus	51
Figura 6 – Linha do tempo do histórico de ocupação da Cidade Estrutural.....	58
Figura 7 – Imagens Aéreas do Lixão da Cidade Estrutural em 1965, 1986 e 2013	59
Figura 8 – Triângulo da Rede Social da Estrutural	72
Figura 9 – Os 10 ODS selecionados pela RSE.....	75
Figura 10 – Fatores críticos de ameaça e ODS associados	78
Figura 11 – Fatores críticos de vulnerabilidades e ODS associados	79
Figura 12 – Fatores críticos de resiliência e ODS associados	80
Figura 13 – Relação dos ODS com os fatores críticos	81
Figura 14 – A dinâmica de interação e relação entre os atores da RSE na percepção dos atores	85
Figura 15 – Grau de influência dos atores da RSE na percepção dos entrevistados.....	85
Figura 16 – Mosaico de Nuvem de Palavras das 5 classes temáticas dos Atores da Rede (AR)	96
Figura 17 – Mosaico de Nuvem de Palavras das cinco classes temáticas do Ator Chave (AC)	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Oficinas territoriais: construção do projeto Estrutural e do plano de ação	74
Quadro 2 – Prospectiva Estratégica Territorial: momentos para a construção do plano de ação	75
Quadro 3 – Seleção dos Fatores Críticos	76
Quadro 4 – Indicadores do ODS 1	106
Quadro 5 – Indicadores do ODS 3	108
Quadro 6 – Indicadores do ODS 4	110
Quadro 7 – Indicadores do ODS 5	111
Quadro 8 – Indicadores do ODS 6	112
Quadro 9 – Indicadores do ODS 8	113
Quadro 10 – Indicadores do ODS 9	113
Quadro 11 – Indicadores do ODS 10	114
Quadro 12 – Indicadores do ODS 11	115
Quadro 13 – Indicadores do ODS 16	116

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Percentual da população e até 29 anos por RA (média DF, maiores e menores %s)	60
Tabela 2 – Participação dos atores nas 17 reuniões da RSE, por tipo de inserção.....	82
Tabela 3 – Participação de atores na RSE de mai/2018 a fev/2020	83
Tabela 4 – Número de Metas e Indicadores Nacionais por ODS	103
Tabela 5 – Metas e Indicadores Nacionais por ODS	104
Tabela 6 – Percentual de ocupados que contribuem para a previdência social (indicador 1.3.3) – PDAD 2018, média e % extremos.....	106

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Atores com mais de cinco participações	84
Gráfico 2 – Recursos de poder da RSE segundo percepção dos atores (local de residência) .	86
Gráfico 3 – Recursos de poder da RSE segundo percepção dos atores (inserção).....	87
Gráfico 4 – Fatores Críticos mais importantes na avaliação dos atores	88

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Cidade Estrutural: espaços de governança, entre outros espaços	62
Mapa 2 – Santa Luzia: área de maior vulnerabilidade social	64

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Cidade Estrutural: o centro da cidade e os equipamentos públicos.....	64
Fotografia 2 – Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Cabeceira do Valo	65
Fotografia 3 – Aterro sanitário Jóquei Club – Antigo lixão.....	65
Fotografia 4 – Santa Luzia, divisa com o Parque Nacional de Brasília (Faixa de Tamponamento/300 metros).....	65
Fotografia 5 – Santa Luzia e as péssimas condições sanitárias.....	66

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AC – Ator Chave

APGT – Agentes Populares em Governança Territorial

AR – Ator Rede

ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico

ASLAVO – Associação do Cabeceira do Valo

Assofeira – Associação da Feira Livre e Permanente da Cidade Estrutural

BSM – Brasil Sem Miséria

CAPS-ad – Centro de Atenção Psicossocial – álcool e drogas

CCCE – Conselho Comunitário da Cidade Estrutural

CEF – Centro de Ensino Fundamental

CF 88 – Constituição Federal de 1988

CMCBBr – Conselho de Mulheres Cristãs do Brasil

CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92)

CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal

COP – Centro Olímpico e Paraolímpico

COSE – Centro de Convivência da Estrutural

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DF – Distrito Federal

DSS – Determinantes Sociais da Saúde

EC – Escola Classe

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EPCL – Estrada Parque Ceilândia

EPIA – Estrada Parque Indústria e Abastecimento

EFA 2030 – Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030

FEPECS – Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências de Saúde

Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz

GDF – Governo do Distrito Federal

HRGUr – Hospital Regional do Guará

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IC – Inteligência Coletiva

ICT – Inteligência Cooperativa Territorial

IFB – Instituto Federal de Brasília

INDA – Infraestrutura Nacional de Dados Abertos

INDE – Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais

INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais

Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômico

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IRAMUTEQ – Interface R pour lês Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires

IT – Inteligência Territorial

LBV – Legião da Boa Vontade

MCS – Movimento Cidade Saudável

MECE – Movimento de Educação e Cultura da Estrutural

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MS – Ministério da Saúde

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OGP – Parceria para Governo Aberto (Open Government Partnership)

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde

PAV – Programa de Assistência à Violência

PDAD – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios

PeNSE – Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar

PES – Planejamento Estratégico Situacional

PET – Prospectiva Estratégica Territorial

PITSS – Programa Institucional de Territórios Sustentáveis e Saudáveis

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNADC – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continuada

PNB – Parque Nacional de Brasília

PNS – Pesquisa Nacional de Saúde

PNSIPCFA – Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas

PPCAAM – Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte

PPS – Políticas Públicas Saudáveis

PRECE – Prefeitura da Cidade Estrutural

PROVID – Assistência da Prevenção Orientada à Violência Doméstica Familiar

RA – Região Administrativa (divisão administrativa do DF)

RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno

RSE – Rede Social da Estrutural

RSLs-DF – Redes Sociais Locais do Distrito Federal

SCIA – Setor Complementar de Indústria e Abastecimento

SCSL – Setor de Chácaras Santa Luzia

SEDEST – Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda

SES-DF – Secretaria do Estado de Saúde do Distrito Federal

SESI – Serviço Social da Indústria

SIA – Setor de Indústria e Abastecimento

SIH – Sistema de Informações Hospitalares (MS)

SIM – Sistema de Informações sobre Mortalidade (SVS/MS)

SINASC – Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SVS/MS)

SSP-DF – Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal

SVS – Secretaria de Vigilância em Saúde (MS)

Sinan – Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SVS/MS)

SUS – Sistema Único de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação

TSS – Territórios Saudáveis e Sustentáveis

UBS – Unidade Básica de Saúde

UnB – Universidade de Brasília

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Uniplan – Centro Universitário Planalto do Distrito Federal

Vigitel – Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico

ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	28
1.1. PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA, ENTREVISTAS e ANÁLISE DO CONTEÚDO.....	29
2. REFERENCIAL TEÓRICO	32
2.1. SAÚDE, AMBIENTE, TERRITÓRIO E SUAS INTERFACES	32
2.2. POLÍTICAS PÚBLICAS SAUDÁVEIS	36
2.3. AGENDA 2030: O PACTO GLOBAL ABERTO A NOVOS PACTOS	43
2.4. O JOGO SOCIAL É DE NATUREZA DESIGUAL, MAS NÃO EXCLUDENTE.....	47
2.5. AS REDES SOCIOTÉCNICAS E A “INTELIGÊNCIA COOPERATIVA TERRITORIAL”: ESTRATÉGIA PARA TERRITÓRIOS SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS	52
3. ESTUDO DE CASO: A REDE SOCIAL DA ESTRUTURAL E UM PACTO ESTRUTURANTE PARA O NÍVEL LOCAL	57
3.1. SANTA LUZIA: O RETRATO DA DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL	62
3.2. ATIVAÇÃO DAS REDES SOCIAIS LOCAIS DO DISTRITO FEDERAL: UMA NOVA FORMA DE GOVERNAR	67
3.3. ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL E INTERINSTITUCIONAL: A INTENCIONALIDADE COLETIVA FORMALIZADA EM UM PROTOCOLO DE INTENÇÕES	69
3.4. TRIÂNGULO DA REDE SOCIAL DA ESTRUTURAL: INSTRUMENTALIZAÇÃO DO MÉTODO E ANÁLISE ORIENTADA PELOS ODS	71
3.4.1. (G) Governabilidade: liberdade de ação.....	71
3.4.2. (C) Capacidade de gestão/fazer: a cultura organizacional	77
3.4.3. (P) Projeto Local orientado pelos ODS da Agenda 2030.....	89
3.5. A PERCEPÇÃO DOS ATORES DA REDE SOCIAL DA ESTRUTURAL E DO ATOR CHAVE, OS ELEMENTOS DA PESQUISA	89
3.6. ATOR CHAVE (AC): O CONTEXTO DA ATIVAÇÃO DAS REDES SOCIAIS LOCAIS DO DF (RSLs-DF) E A HISTÓRIA REDE SOCIAL DA ESTRUTURAL (RSE).....	97
4. INDICADORES TERRITORIALIZADOS DOS ODS: SUBSÍDIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PLANO DE INTELIGÊNCIA TERRITORIAL.....	101
4.1. APLICABILIDADE DOS INDICADORES PARA A CIDADE ESTRUTURAL	102
5. DISCUSSÃO E RESULTADOS	117
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	125
ANEXOS E APÊNDICES	130
APÊNDICE 1 – Temas e pautas das reuniões da RSE.....	130
APÊNDICE 2 – Análise de conteúdo e do discurso	131
APÊNDICE 3 – Avaliação da aplicabilidade dos indicadores dos ODS para a Estrutural.....	139

APÊNDICE 4 – Número de participantes por reunião da RSE	154
APÊNDICE 5 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	155
APÊNDICE 6 – Roteiro de entrevistas Atores da Rede (AR).....	160
APÊNDICE 7 – Roteiro de entrevistas Ator Chave (AC).....	162

INTRODUÇÃO

A motivação pela escolha do tema desta pesquisa está diretamente relacionada com a minha trajetória profissional, principalmente pelas experiências vivenciadas em campo como docente e coordenadora pedagógica em projeto da Fiocruz Brasília para formação de lideranças camponesas para a implementação da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA). O objetivo deste projeto foi a formação de 1,5 mil lideranças do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), em 23 estados brasileiros, para o fortalecimento da participação social no SUS, visando também a promoção da saúde, a sustentabilidade e a territorialização das políticas públicas, o que exige também a compreensão da dinâmica dos processos de desterritorialização e reterritorialização (1). Essa nova política implementada em parceria com o Ministério da Saúde (MS) buscava ampliar a participação social nos espaços de controle social do SUS, e aumentar o alcance das políticas de saúde por meio da aproximação dos movimentos camponeses participantes do “Grupo da Terra” – constituído a partir de 2006 no MS – com o controle social do SUS.

Essa experiência com a formação de lideranças camponesas femininas para o fortalecimento da governança para atuação nos espaços de controle social no SUS me possibilitou conhecer de perto as especificidades locais e o cotidiano de trabalho das mulheres camponesas, permitindo, assim, uma maior aproximação com as questões relacionadas aos determinantes sociais da saúde (DSS).

O ponto de partida desta pesquisa assentou-se no contexto histórico, nas desigualdades sociais, e nas inúmeras violações aos direitos humanos e nos impactos do fechamento do lixão sobre a população da Cidade Estrutural, no Distrito Federal (DF), envolvendo não somente as famílias que dependiam diretamente da renda gerada na atividade de coleta de resíduos, como também aquelas indiretamente atingidas pela redução da atividade econômica local. Esse contexto local vem se agravando como consequência das

políticas de austeridade adotadas nos últimos cinco anos, com um teto de gastos (Emenda Constitucional nº 95/2016) que afeta particularmente as políticas sociais (2). Essa orientação de política econômica institucionalizou a desigualdade social no Brasil, evidenciando que a austeridade é somente para os pobres (3).

A Cidade Estrutural é um aglomerado subnormal¹ periférico com aproximadamente 36 mil habitantes² localizada no DF, às margens da Via Estrutural (DF-095), a cerca de 15 km do centro da capital federal. O seu processo de ocupação foi iniciado no final da década de 1960 por pessoas que trabalhavam como catadores no aterro sanitário denominado “Lixão da Estrutural”, e que passaram a construir suas moradias nas imediações. A então denominada Vila Estrutural se desenvolveu em torno daquele que viria a se tornar um dos maiores lixões da América Latina, cuja população registra “um dos maiores índices de vulnerabilidade do Distrito Federal”, com a menor renda per capita em 2018³ dentre as 31 Regiões Administrativas (RA) do DF (4).

Diante de tais contradições relacionadas ao modo de produção, buscou-se fazer uma reflexão sobre as políticas públicas territoriais que convergem com a saúde pública e com a Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (5), tendo como *locus* de estudo a Cidade Estrutural.

Para estabelecer o diálogo com o território, o *locus* inicial foi a Rede Social da Estrutural (RSE), haja vista que as redes sociotécnicas integram as ações dos territórios e são importantes na perspectiva da governança territorial e do fortalecimento das políticas públicas locais. Assim, esta pesquisa buscou compreender a capacidade da RSE e o direcionamento às

¹ Esse é um termo utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para denominar formas de ocupação para fins de habitação em áreas urbanas com padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação <<https://bit.ly/3dFs6Om>>.

² A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2018, da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), estimou a população da Estrutural em 35.520 habitantes. Dados disponíveis em <<http://www.codeplan.df.gov.br/pdad-2018/>>.

³ Dados publicados no relatório “PDAD 2018 – Destaques”, disponível em <<https://bit.ly/2RGi7fR>>. A renda per capita média da Estrutural em 2018 foi de R\$ 573,34, 77% inferior à média do DF (R\$ 2.481,37) e 29% inferior à segunda menor renda per capita, do Riacho Fundo II (R\$ 803,09).

ações do plano de ação para a Cidade Estrutural, pautado nos ODS da Agenda 2030, pactuado com a Fiocruz Brasília e com a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF).

Entendendo o conceito de território em sua totalidade, para além dos limites geográficos, o conceito de Territórios Saudáveis e Sustentáveis (TSS) tem sido referenciado como estratégia de implementação da Agenda 2030 e os seus ODS, um pacto global (6)⁴.

Como parte dos esforços do Brasil para a melhoria das condições de vida das populações, a Fiocruz incorporou a Agenda 2030 e seus ODS ao seu programa de trabalho de médio e longo prazo, atuando no sentido de reforçar as ações do Estado brasileiro, o pensamento crítico e o diálogo sobre temas como saúde, desenvolvimento e sustentabilidade, contribuindo, dessa forma, para o alcance das metas previstas nos objetivos estratégicos da Agenda 2030. Nessa perspectiva, a Fiocruz adotou a Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030 (EFA 2030) para a promoção de TSS, instituindo um Grupo de Trabalho⁵ por meio do Programa Institucional de Territórios Sustentáveis e Saudáveis (PITSS) para desenvolver e aprimorar políticas públicas ampliando o diálogo, o debate e a intersectorialidade sobre temas como saúde, desenvolvimento e sustentabilidade⁶ (7).

Assim, esta pesquisa tem como objetivo analisar a capacidade da Rede Social da Estrutural (RSE), especificamente a governança e a direcionalidade das ações que possam orientar a tomada de decisão para influenciar as políticas públicas que visem a promoção de TSS, tendo como referência a Agenda 2030 e seus ODS.

⁴ A agenda 2030 é um pacto global que foi assinado em 2015 por todos os 193 países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) que se comprometeram com um plano de ação que reconhece que o maior desafio global ao desenvolvimento sustentável é o combate à pobreza. São 17 ODS que atrelam o propósito de acabar com a pobreza com estratégias para melhorar a saúde e a educação, reduzir desigualdades e promover o crescimento econômico ao mesmo tempo em que busca preservar o meio-ambiente e combater as mudanças climáticas. Na área de saúde, o ODS 3 almeja “assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades” (6).

⁵ Portaria 1284, de 2018, disponível em <<http://bit.ly/2uNsaaY>>.

⁶ O VIII Congresso Interno Fiocruz elegeu 11 teses que reforçam a importância da ciência, tecnologia e inovação como pilares do desenvolvimento. Uma das diretrizes refere-se à promoção do conceito de TSS, para fomentar pesquisas sobre agravos do ambiente e violência e seus impactos na saúde (Fiocruz, 2018). Relatório disponível em <<http://bit.ly/2kZzj2V>>.

Os objetivos específicos são: i) analisar a dinâmica da Rede Social da Estrutural (RSE) e sua atuação para influenciar as políticas públicas locais; ii) identificar os espaços de governança para a tomada de decisão; iii) identificar indicadores das metas dos ODS que possam ser obtidos para a Cidade Estrutural para subsidiar suas ações e a tomada de decisão no território; e iv) identificar e mapear as áreas de maior vulnerabilidade social.

Diante dos desafios colocados por essa Agenda Global e do tema proposto nesse estudo de caso na Cidade Estrutural, e visando compreender a complexidade dos espaços negligenciados pelas políticas públicas e a atuação das redes sociotécnicas nesses territórios, as seguintes questões nortearam esse estudo:

Em que medida a Rede Social da Estrutural pode influenciar as decisões sobre as políticas públicas, contribuindo para ações estruturantes nos espaços de governança?

Em que medida a Rede Social da Estrutural pode contribuir para subsidiar a tomada de decisão dos atores, considerando as metas dos ODS da Agenda 2030 para a melhoria das condições de vida no território?

Em que medida as ações locais em redes podem contribuir para a implementação de políticas públicas em territórios vulnerabilizados?

A dissertação está estruturada em seis capítulos, além desta introdução. O primeiro apresenta o percurso metodológico do estudo de caso, com enfoque nos procedimentos da pesquisa: as técnicas, métodos e estratégias utilizadas para alcance dos resultados.

O segundo capítulo apresenta o referencial teórico, buscando ampliar o diálogo das políticas públicas e suas interfaces com o território como categoria de análise fundamental na saúde, considerando o processo de produção social e seus impactos no processo saúde doença. Apresenta também a natureza do jogo social nos espaços de produção social, as redes sociotécnicas como dispositivos de governança e sua capacidade de governar.

O terceiro capítulo é dedicado ao estudo de caso realizado na Cidade Estrutural, tendo como *locus* inicial a Rede Social da Estrutural (RSE), com uma abordagem sobre o processo histórico de formação e ocupação do território, o contexto atual sobre os impactos socioeconômicos decorrentes do fechamento do lixão e a análise da capacidade da Rede Social da Estrutural (RSE) para dar direcionamento às ações diante de um pacto.

O quarto capítulo é dedicado aos indicadores das metas dos ODS adequados à realidade nacional, que foram analisados para avaliar a possibilidade de desagregação para o nível territorial da Cidade Estrutural, para subsidiar o desenvolvimento de um sistema de monitoramento e acompanhamento das condições de vida da população nos territórios.

O quinto capítulo apresenta a discussão e os resultados da aplicabilidade do método da pesquisa, e o sexto capítulo, as considerações finais. Para melhor orientar o leitor, após os capítulos textuais foram incluídos anexos e apêndices contendo documentos que orientaram e subsidiaram essa pesquisa.

1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

*(...) diferentemente da arte e da poesia que se concebem na inspiração, a pesquisa é um labor artesanal, que se não prescinde da criatividade, se realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, linguagem esta que se constrói com um ritmo próprio e particular.
(Maria Cecília Minayo)*

Adotou-se o estudo de caso como método de pesquisa exploratório tendo como procedimento a análise por Triangulação de Métodos proposta por Minayo, que consiste na combinação de métodos mistos utilizando-se das abordagens qualitativa e quantitativa. De acordo com a autora, esta metodologia:

(...) contribui para aumentar o conhecimento do assunto e atender aos objetivos que se deseja alcançar. Busca-se, aqui, enfatizar dois pontos: as abordagens disciplinares quantitativas e qualitativas, em si; e as possibilidades interdisciplinares de estas abordagens se combinarem, produzindo a triangulação (8).

A pesquisa de campo visou aproximar e compreender a atuação da Rede Social da Estrutural (RSE), a dinâmica de atuação e a direcionalidade das ações no território por meio da observação participante, método de pesquisa qualitativa que busca aproximar com o tema estudado, possibilitando compreender a realidade local, a interação entre os atores, as formas de organização, coordenação, e o direcionamento das ações. A abordagem qualitativa da pesquisa de campo se estabeleceu como o suporte metodológico para realizar as entrevistas, mapear o território (espaços de governança, equipamentos públicos, serviços) e as áreas de maior vulnerabilidade social para elaborar cartografias georreferenciadas.

Com base nas informações coletadas, a análise da capacidade da Rede Social da Estrutural (RSE) teve como aporte teórico a Teoria do Jogo Social (9) e o Triângulo de Governo de Matus, instrumento criado para as organizações e que permite identificar e analisar elementos sobre a cultura organizacional, assim como o desempenho e a capacidade de gestão e execução das ações para o alcance de seus objetivos.

1.1. PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA, ENTREVISTAS E ANÁLISE DO CONTEÚDO

A entrevista é o método de análise de conteúdo definido como um conjunto de técnicas de análise de comunicação, utilizando procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem identificar a inferência relativa às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens (10).

Para a análise do conteúdo e do discurso das entrevistas foi utilizado como ferramenta o software IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), que analisa o conteúdo classificando-o de forma hierárquica descendente, análise de similitude e nuvem de palavras. As entrevistas foram transcritas para que então fosse possível a utilização do software para análise lexical por meio de indicadores estatísticos que possibilitam identificar características textuais, o posicionamento e a estruturação de palavras no texto (11).

As entrevistas foram realizadas no período de outubro de 2019 a janeiro de 2020, com 18 atores, sendo 17 agentes locais e atores sociais e técnicos, denominados “Atores da Rede” (AR) e um “Ator Chave” (AC), sendo este selecionado por ter participado do movimento de ativação de Redes Sociais Locais do Distrito Federal (RSLs-DF), conforme apresenta a figura 1 com o perfil dos entrevistados⁷.

⁷ O estudo de caso respeitou os princípios éticos da pesquisa, com o uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, o qual garante o sigilo e o anonimato dos sujeitos informando-os sobre os seus direitos, e inclusive sobre a retirada de sua entrevista caso fosse necessário, conforme Resolução 466/2012 e orientações do O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Fiocruz Brasília (CEP/ENSP).

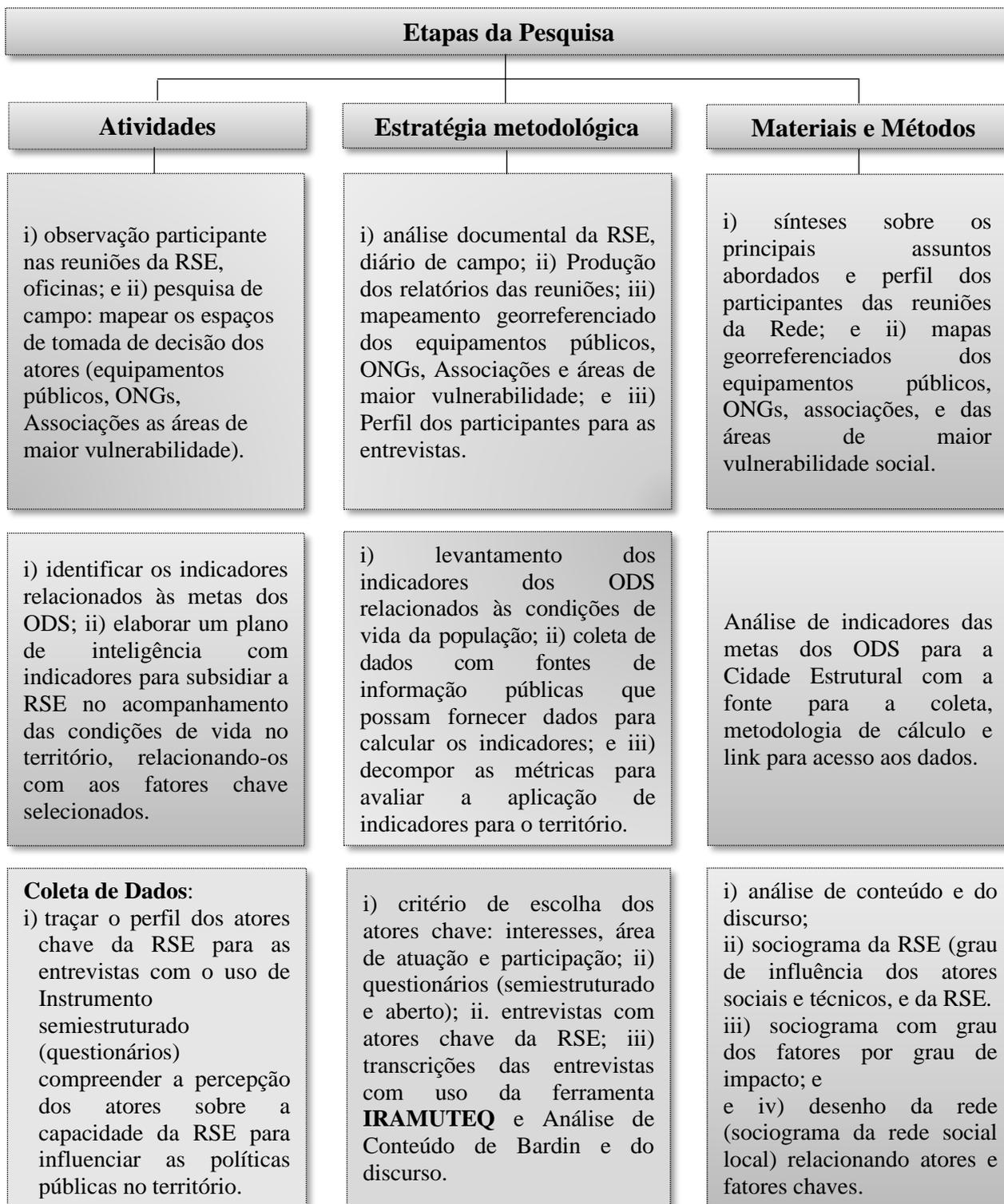
Figura 1 – Perfil dos(as) atores entrevistados(as)

Tema	Tipo	Sexo	Morador	Total = 18
Saúde	Pública	Feminino Feminino	Não	2
Assistência Social	Pública	Feminino	Sim (2) Não (2)	4
Administração Pública	Pública	Feminino Masculino	Sim	2
Segurança Pública	Pública	Masculino	Não	1
Educação	Pública	Feminino	Não	1
Economia Solidária	Associação	Feminino	Sim	4
Comunidade	Agentes Locais	Feminino	Sim	4

Fonte: Elaboração própria.

A seguir apresenta-se o percurso metodológico, o qual descreve o desenvolvimento da pesquisa, as técnicas e instrumentos utilizados para o alcance dos objetivos propostos (figura 2).

Figura 2 – Fluxograma das Etapas da Pesquisa: atividades, estratégias metodológicas e resultados



Fonte: Elaboração própria.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. SAÚDE, AMBIENTE, TERRITÓRIO E SUAS INTERFACES

A partir das bases teórico-conceituais da saúde pública, pretende-se fazer um diálogo sobre as interface entre saúde, ambiente e território, indo ao encontro da concepção da geografia crítica de Milton Santos sobre território como categoria de análise fundamental para o entendimento das políticas públicas de saúde e para a compreensão do funcionamento do mundo atualmente (12).

O homem urbano é um fator de produção com capacidade limitada de circular, de ser, ou até mesmo de existir. Assim, a organização do território de um país, ou de uma cidade, é uma forma de dominação do espaço, sendo, portanto, importante considerar as especificidades de cada território no âmbito dos estudos e das práticas como proposta para investigação, planejamento e gestão da saúde. Nesse diálogo, Milton Santos desenvolve o conceito de território como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, no qual as técnicas são fruto da ação humana sobre o seu uso, sendo parte de um processo social dentro de um espaço geográfico (12).

Nesse contexto, os conceitos de espaço e território de Milton Santos possibilitaram uma aproximação da geografia com a saúde a partir da década de 1970, permitindo à epidemiologia incorporar instrumentos para explicar os componentes sociais do processo saúde-doença. A categoria analítica proposta pelo autor não é a de território como ambiente, mas “o território usado pelos homens, tal qual ele é, isto é, o espaço vivido pelos homens, sendo também, o teatro da ação de todas as empresas, de todas as instituições” (13)⁸. O autor considera como categoria de análise social, “(...) recorte ou fração do espaço qualificado por seu sujeito” (14).

⁸ Grifos no original.

O modelo econômico capitalista brasileiro determinou uma sociedade extremamente desigual, historicamente baseada na superexploração do trabalho e do ambiente, características que geram impactos na saúde e nas condições de vida da população. Esses impactos são decorrentes das diferentes formas de utilização do território, principalmente a partir de intensificação do fenômeno da globalização, com a abertura das fronteiras para as grandes empresas multinacionais, com os grandes avanços tecnológicos nos transportes e nas comunicações, estabelecendo normas econômicas, políticas, sociais e ambientais, que atingem também a economia local, como pequenos comércios e pequenas indústrias, e resultam em grandes transformações em diversas escalas – local, regional e global. A atuação de grandes empresas de forma global a partir da aceleração do processo de acumulação de capital desconsidera o saber e as práticas cotidianas locais; esse modelo evidencia cada vez mais os desequilíbrios nas relações sociais, tornando as sociedades cada vez mais complexas e desiguais.

Para Harvey o fenômeno da urbanização e sua relação com o desenvolvimento do capitalismo é parte do processo de acumulação de capital.

(...) como a urbanização depende da mobilização de excedente, emerge uma conexão estreita entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização. Os capitalistas têm de produzir excedente para obter mais-valia; esta, por sua vez, deve ser reinvestida a fim de ampliar a mais-valia. O resultado do reinvestimento contínuo é a expansão da produção de excedente a uma taxa composta – daí a curva lógica (dinheiro, produto e população) ligada à história da acumulação de capital, paralela à do crescimento da urbanização sob o capitalismo (15).

O processo de acumulação de capital induz a busca por novos meios de produção e recursos naturais, aumentando a pressão sobre os recursos naturais também pela necessidade de absorção dos resíduos decorrentes da produção e do consumo. Ainda de acordo com o autor,

O neoliberalismo criou, também, um novo sistema de governança que integra o Estado e os interesses corporativos e, através do poder monetário, ele assegurou que a disposição do excedente através do aparato estatal favorecesse o capital corporativo e as classes superiores na moldagem do processo urbano. Elevar a proporção do excedente apropriado pelo Estado terá um impacto positivo apenas se o próprio Estado for submetido a controle democrático (...) O direito à cidade, como ele está constituído agora, está extremamente confinado, restrito na maioria dos casos à pequena elite política e econômica, que está em posição de moldar as cidades cada vez mais ao seu gosto (15).

A “moldagem do processo urbano” tratado por Harvey faz parte de um ciclo de apropriação do território por empreendimentos que se caracterizam sempre como ameaças, sendo este, um processo que sempre resulta em desigualdades.

Para Haesbaert, o território é um “espaço vivido” em permanente construção em sua própria dinâmica social que ocorre dentro desse espaço-tempo, pois o território é sempre múltiplo em sua complexidade. O autor trata da multiterritorialidade como alternativa conceitual para a compreensão das complexas relações espaciais do mundo contemporâneo. A territorialização e a multiterritorialidade se identifica em quatro grandes objetivos da territorialização, valorizados ao longo do tempo de diferentes formas:

- abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção;
- identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais (a começar pela própria fronteira).
- disciplinarização ou controle através do espaço (fortalecimento da ideia de indivíduo através de espaços também individualizados);
- construção e controle de conexões e redes (fluxos, principalmente fluxos de pessoas, mercadorias e informações); (16).

Nesse sentido a desterritorialização é constitutiva da dinâmica capitalista. Toda e qualquer ação sempre implica em uma dinâmica de um ou novos processos de desterritorialização e reterritorialização pela intensificação da mobilidade, uma vez que é impossível a vida sem território.

Os debates produzidos pela geografia crítica foram muito importantes na incorporação de conceitos das ciências sociais nas discussões da saúde no Brasil, das quais os conceitos de espaço e território foram temas recorrentes a partir da obra de Milton Santos. Para Monken e Godim conhecer o território vivo (o território concreto no qual a vida transcorre), contribui para entender como as pessoas adoecem e como podem ter saúde (processo saúde-doença), e para identificar formas de organizar ações e serviços no enfrentamento aos problemas e as necessidades da população. As formas de uso do território exercem influência sobre o processo de saúde-doença das populações (17).

O diálogo entre saúde, ambiente e território no âmbito das políticas públicas é necessário para entender o processo de territorialização, que para os autores é a forma de organizar as ações de saúde pública voltadas para os indivíduos e as coletividades (17). No que tange ao processo de territorialização. Monken aponta um aspecto muito importante em relação ao território para compreender as suas diferentes escalas, considerando o processo pelo qual as pessoas, grupos, organizações e instituições se fixam em um espaço, em um determinado tempo, e no qual organizam e estabelecem relações sociais que permitem criar identidade, vínculo e pertencimento ao lugar, pois os “territórios nunca são semelhantes” (18).

De acordo com Monken e Barcellos, a proposta é criar condições para a compreensão dos problemas de saúde utilizando-se o conceito de uso do território (espaço geográfico) para promover as soluções para os problemas de saúde das populações (19). Estes autores utilizam os conceitos de fluxos e fixos de Milton Santos para desenvolver ferramentas que auxiliem a análise dos problemas de saúde, considerando as especificidades dos contextos de vida no território, aproximando de forma mais adequada às ações de saúde à “produção social dos problemas de saúde”.

Podemos afirmar que a doença é uma manifestação do indivíduo e a situação de saúde é uma manifestação do lugar, pois os lugares e seus diversos contextos sociais, dentro de uma cidade ou região, são resultados de uma acumulação de situações históricas, ambientais, sociais, que promovem condições particulares para a produção de doenças (19).

De acordo com os autores, as ações de saúde devem, portanto, considerar as especificidades de cada população e de cada território para melhorar a governança e a gestão territorial das políticas públicas (12) (19).

Nesse contexto a aproximação da geografia com a saúde, assumindo o território como categoria de análise, permite especialmente à epidemiologia, entender a influência dos fatores sociais, econômicos, políticos, culturais e étnico/raciais no processo saúde-doença, comportamentais, psicológicos que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população. Nesse sentido, as ações de enfrentamento dos Determinantes

Sociais da Saúde (DSS) devem ser constituídas de uma pluralidade de conhecimentos construídos a partir das práticas cotidianas dos sujeitos do território.

As formas de uso do território determinam as condições de saúde dos diferentes grupos sociais, por exemplo, a partir da exclusão socioespacial, das condições de exposição a fatores de risco, ou da desigualdade de acesso a serviços de saúde. O espaço geográfico permite ao setor saúde entender o processo saúde-doença como resultado de uma dinâmica social complexa, possibilitando à epidemiologia incorporar questões relacionadas aos processos de urbanização, à desigualdade social, aos impactos ambientais e às novas epidemias decorrentes do processo de globalização.

Pereira defende a adoção de novas abordagens para a relação entre saúde e ambiente diante dos desafios relacionados à globalização, que traz consigo o fenômeno da busca por padrões de produção e consumo cada vez mais acelerados para atender as demandas que tem como consequência a mudança do padrão saúde-doença, com mudanças de hábitos de vida e exposição a produtos nocivos à saúde (20).

2.2. POLÍTICAS PÚBLICAS SAUDÁVEIS

As políticas públicas saudáveis são estratégias de promoção da saúde adotadas a partir do reconhecimento dos Determinantes Sociais da Saúde (DSS), como fatores explicativos dos problemas de saúde que afetam grande parte das populações, relacionados aos padrões de alimentação, habitação, saneamento, oportunidades de acesso à educação, apoio social, ambiente, etc., além dos cuidados com a saúde. Essa concepção deriva de um conceito ampliado do processo saúde-doença (21).

Nesse contexto, é fundamental o papel exercido pelo documento que ficou conhecido como Informe Lalonde (1974), no qual se reconhece que as condições de saúde da população são influenciadas por fatores que vão muito além da organização do sistema de saúde. As

mortes e enfermidades de uma população estariam relacionadas a outros componentes: a biologia humana, ambiente, estilo de vida e organização da assistência à saúde⁹ (21).

A Conferência de Alma-Ata “Saúde para todos no ano 2000”, ocorrida em 1978, constitui um marco fundamental para a promoção de políticas públicas saudáveis ao ter destacado a importância da atuação de outros setores sociais e econômicos para a melhoria das condições de saúde das populações, introduzindo internacionalmente a noção de DSS, e por indicar a atenção primária à saúde nos territórios como principal estratégia dos países subdesenvolvidos para enfrentar os problemas de saúde de suas populações. Buss nos recorda que apesar de a proposta de organização da atenção primária ser a principal marca de Alma-Ata, um componente do relatório final da Conferência apontava a importância dos DSS: “que as desigualdades são inaceitáveis; que os governos têm a responsabilidade pela saúde dos cidadãos; e que a população tem o direito de participar das decisões no campo da saúde” (21).

A primeira proposta de construção de cidades saudáveis surgiu em Toronto, no Canadá, em 1978, como uma estratégia para a promoção da saúde que indicava um caminho para tratar das questões colocadas pelo Informe Lalonde por meio do estabelecimento de linhas de ação política, social e de desenvolvimento comunitário local para a promoção da saúde (22).

Paralelamente, no Brasil, nesse período se estruturava o movimento de reforma sanitária (MRS). A VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986 é considerada um marco histórico da luta pela democratização das políticas, pela afirmação do direito à saúde, pelo amplo debate e maior participação da comunidade em todo o processo de decisão, além de definir as bases para a institucionalização do SUS e da saúde como direito na CF/1988 (23). A Carta Magna viria a incorporar uma série de princípios defendidos pelo MRS na Conferência, reconhecendo os princípios da universalidade e da integralidade como direito de cidadania. Desta forma, o direito à saúde é consolidado no Brasil a partir de um conceito

⁹ Lalonde, então ministro da saúde do Canadá, buscava enfrentar os custos crescentes da assistência médica para as doenças crônicas, e não obtinha resultados com a abordagem exclusivamente médica.

amplo, que deve ser garantido “mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos” (24).

No mesmo ano, oito meses após a VIII Conferência Nacional de Saúde, ocorreu a I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, realizada em Ottawa, no Canadá, com o objetivo de traçar estratégias e ações para assegurar “Saúde para Todos no Ano 2000”. Esta Conferência reforçou que “[a] saúde deve ser vista como um recurso para a vida, e não como objetivo de viver” (25). A Carta de Ottawa (1986) define pré-requisitos básicos que contribuem para a promoção da saúde e que são fundamentais para a melhoria das condições de vida, reconhecendo a noção de determinantes da saúde como: Paz – Habitação – Educação – Alimentação – Renda – ecossistema estável – recursos sustentáveis – justiça social e equidade (25).

A Carta de Ottawa introduz o conceito de políticas públicas saudáveis, baseado na necessidade de enfrentamento dos DSS a partir do reconhecimento de que as condições de vida e de saúde estão diretamente relacionadas às condições sociais e econômicas da população (26) (27). É um dos documentos fundadores da promoção da saúde, e está fundamentado na capacitação da comunidade com maior participação social, que vai além de um estilo de vida saudável, partindo-se do pressuposto de que a saúde envolve diversas dimensões – fatores políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais, comportamentais e biológicos – que podem tanto favorecer como prejudicar a saúde dos indivíduos. A Carta de Ottawa coloca as ações comunitárias no centro dos esforços de promoção da saúde.

A promoção da saúde trabalha através de ações comunitárias concretas e efetivas no desenvolvimento das prioridades, na tomada de decisão, na definição de estratégias e na sua implementação, visando a melhoria das condições de saúde. O centro deste processo é o incremento do poder das comunidades – a posse e o controle dos seus próprios esforços e destino (25).

Esse novo entendimento sobre a saúde que envolve também a qualidade de vida das populações é um conceito ampliado de saúde, decorrente de uma conquista popular, tanto em seu conceito, quanto nas suas ações intersetoriais.

(...) [A] saúde é produto de um amplo espectro de fatores relacionados com a qualidade de vida, incluindo um padrão adequado de alimentação e nutrição, e de habitação e saneamento; boas condições de trabalho; oportunidades de educação ao longo de toda a vida; ambiente físico limpo; apoio social para famílias e indivíduos; estilo de vida responsável; e um espectro adequado de cuidados de saúde (21).

O Movimento Cidades Saudáveis (MCS) surgiu no Canadá, em 1986, e se difundiu a partir dos anos 1990, principalmente na forma de redes nacionais, mas também através de redes subnacionais, com o intuito de operacionalizar estratégias e ações intersetoriais de acordo com os compromissos da promoção da saúde no contexto local que são fundamentados na Carta de Ottawa, considerando as características de cada território. O movimento foi impulsionado na América Latina pela Organização Mundial da Saúde (OMS) / Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), e se difundiu através da criação de redes, que propiciavam trocas de experiências e informações.

As diferentes propostas de construção de cidades saudáveis têm como características comuns o compromisso com a saúde, a tomada de decisões políticas em prol da saúde, a ação intersetorial, a participação comunitária e a busca de inovação das políticas públicas (22).

A promoção de políticas públicas saudáveis coloca a saúde na agenda de prioridades, com ações que contemplam políticas sociais e econômicas que assegurem o acesso a bens e serviços suficientes, seguros e saudáveis.

A implementação de políticas públicas que atuam sobre os DSS trouxe para o campo da saúde o adjetivo “saudável”, utilizado para qualificar um conjunto de políticas que têm como norte a atuação sobre os DSS, uma proposta de linha de atuação no campo da saúde que teve como origem o Movimento Cidades Saudáveis (MCS), surgido nos anos 1980 a partir de uma nova concepção de saúde que considera que as condições de vida de uma população dependem de uma série de fatores que influenciam nas condições de vida impactando na qualidade de vida, e que envolvem diversas dimensões – econômica, social, cultural e ambiental – além do fator biológico.

Esse novo conceito agrega esses fatores de forma transversal como elemento essencial nas políticas de saúde, sendo acordado e materializado na Carta de Ottawa, e o Movimento Cidade Saudável surge como uma estratégia de operacionalização da promoção da saúde no contexto local a partir do enfrentamento dos DSS, visando implementar a promoção da saúde em nível local, considerando ações políticas coletivas intersetoriais para a implementação de políticas públicas saudáveis (PPS) (22).

Embora alguns autores critiquem a incorporação dos determinantes sociais da saúde, os considerando “sintetizados”, é importante destacar que esta pesquisa não desconsidera os efeitos da determinação social da saúde no processo saúde-doença. Entende-se que os determinantes sociais são importantes para entender como a saúde é sensível ao ambiente social e funcionam como um elemento de justiça social, sendo assim um importante desafio para o campo da saúde.

Nesse sentido, é importante destacar que a análise dos DSS é fundamental para identificar fatores que são decorrentes do processo de produção social (determinação social da saúde) que impactam nas condições de vida, considerando as especificidades locais e seus aspectos culturais, a desigualdade social, tanto no acesso às políticas públicas, quanto de renda, que conseqüentemente, gera uma desigualdade socioespacial. Portanto, todas essas questões estão interligadas, causam grandes impactos na saúde e precisam ser consideradas no âmbito das políticas públicas para atuar sobre os DSS.

As metas dos ODS da Agenda 2030 foram pactuadas na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2012 no Rio de Janeiro (Rio+20), e em setembro de 2015 a Assembleia Geral da ONU aprovou o documento *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, que define como o maior desafio global, “a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões” (6). É composta por 17 ODS e 169 metas, a serem cumpridas até o ano de 2030, formuladas

considerando a intersetorialidade entre as políticas públicas em seus diversos campos de atuação. Os principais marcos da evolução desse novo conceito de saúde são apresentados na figura 3.

Figura 3 – Principais marcos para a construção de um novo conceito de saúde



Fonte: Elaboração própria.

A Agenda 2030 e seus ODS são a referência para a construção de um pacto de território, ou pactos estruturantes no nível local, abrangendo um conjunto de políticas e ações que possam ser utilizadas para o desenvolvimento de territórios saudáveis e sustentáveis como instrumento ao mesmo tempo local e global, por propor metas estruturantes com indicadores que podem ser adaptados para a realidade de cada país, para atender às singularidades de cada território e população, possibilitando maior aproximação com a realidade local.

Mais do que propor metas e indicadores, a Agenda 2030 permite pensar desenvolvimento e sustentabilidade sob a perspectiva local. Segundo Gallo e Setti, a implementação dos ODS e mecanismos de governança é necessário a construção de agendas territoriais.

(...) a definição de uma agenda de implantação de um novo modo de produção e organização social, mais cooperativo e solidário, capaz de

promover a justiça socioambiental, ainda que isto dependa dos processos históricos de disputa de hegemonia, o que demanda a necessidade de articulação dos diferentes atores e redes sociais que compartilham da mesma visão de mundo para a construção de uma Agenda contra-hegemônica de implementação dos ODS e de mecanismos de governança capazes de implementá-los territorialmente (28).

Nesse sentido, as redes sociotécnicas são estratégicas para a implementação da Agenda 2030, e se constituem como espaços de produção social de conhecimentos. Essa interação propicia a articulação e o compartilhamento de saberes e práticas em um diálogo horizontal e um debate democrático, para construção de agendas coletivas que potencializem a formulação de estratégias e ações que orientem a tomada de decisão em torno de um propósito. De acordo com Dowbor,

(...) hoje entendemos que existem várias territorialidades que precisam se articular de maneira mais inteligente, e nessa diversidade o território local surge como um grande potencial subutilizado, na medida em que permite políticas diversificadas segundo as diferentes situações e uma articulação dos diversos atores locais visando processos de decisão mais participativos e mais democráticos, além da maior produtividade sistêmica do território (29).

O autor reforça a importância da intersetorialidade entre as políticas e de ações integradas e conectadas com os modos de produção e reprodução social dos territórios para que tenham a efetividade no âmbito da implementação de políticas públicas que promovam uma vida saudável. Nessa perspectiva, destaca-se a saúde como elemento fundamental para a vida e para a promoção de territórios saudáveis e sustentáveis, conceito definido por Machado et al,

(...) espaços relacionais e de pertencimento onde a vida saudável é viabilizada, por meio de ações comunitárias e de políticas públicas, que interagem entre si e se materializam, ao longo do tempo, em resultados que visam a atingir o desenvolvimento global, regional e local, em suas dimensões ambientais, culturais, econômicas, políticas e sociais (30).

A Figura 4 apresenta as interfaces entre os ODS nas dimensões social, econômica e ambiental, e a saúde como elemento central da vida.

Figura 4 – A conexão dos ODS com as dimensões dos DSS para uma vida saudável



Fonte: Elaboração própria a partir da figura de Wagner Martins, apresentada em aula do curso “Inteligência de Futuro: perspectiva para a Agenda 2030 dos ODS”, do Mestrado Profissional de Políticas Públicas em Saúde, Escola de Governo da Fiocruz Brasília, 2017.

2.3. AGENDA 2030: O PACTO GLOBAL ABERTO A NOVOS PACTOS

Pacto territorial estrutural (...) ainda que não seja praticado, tem que ser aprendido, tem que ser estudado (...), pois este contemplaria a realidade toda, e não apenas uma como é o pacto territorial funcional. Milton Santos.

O estudo parte da ideia de pacto territorial estrutural, denominado neste estudo, pactos estruturantes, que na concepção de Milton Santos é um modelo democrático de territorialização tendo como referência um Pacto de Estado, de Nação, Global, que vai além da formalização e do uso do território, ao contrário do pacto territorial funcional que não reconhece as necessidades e especificidades do território como um todo, sendo este, portanto, um pacto seletivo e excludente em todos os aspectos, tanto no acesso às políticas públicas quanto nos direitos sociais. “conjunto de propostas visando a um uso do território coerente com um projeto de país e parte essencial desse projeto” (31).

O pacto proposto pelo autor está relacionado com a concepção de um território usado igualmente por todos e todas, que integra níveis e escalas territoriais com usos coerentes,

em prol de um projeto de país menos desigual, o qual considera como um compromisso moral para transformar a realidade considerando, o *território banal*, usado, incluindo todas as empresas e instituições. Sendo assim, sua proposta enfatiza um pacto como “sendo aquele que contemple a pluralidade e o território em sua totalidade” (31).

Um pacto é o reconhecimento pelas partes de uma evolução necessária de uma evolução necessária cuja santificação por **um acordo que se impõe e se faz**. Mas um acordo aberto, aberto a nova evolução a novos progressos, um acordo que é destinado a se desfazer durante o curso da história para dar lugar a outro acordo, seja pela violência, ou seja, pelo consenso, e a história, já dizia o geógrafo e filósofo Merleau-Ponty, é um progresso sem fim (32).

O autor ao analisar historicamente a dinâmica do espaço, as formas de ocupação e usos do território desde a instalação do Império no Brasil, constatou que sua história é marcada por uma sucessão de pactos territoriais de natureza funcional, e não de natureza estrutural. “O território foi base tangível para a constituição do Império, do novo estado-nação que surgiu a partir do abandono do estatuto colonial (...) e o território continua a ser usado como palco de ações isoladas e no interesse conflitante de atores isolados” (31).

É importante ressaltar que o pacto territorial estrutural não se refere exclusivamente às dimensões espaciais, e sim a um compromisso assumido em prol de uma mudança, uma transformação social (oportunidades, condições, acesso) e possibilidades de uso do território, fragmentado pela ação dos interesses do capital. Portanto, o que se pretende nesta seção é apresentar a importância de um pacto estruturante que promova ações estruturantes para um desenvolvimento territorial saudável e sustentável (seja local, regional, ou global) no qual as instituições de natureza pública ou privada, juntamente com os atores sociais e técnicos, assumam o seu papel e o compromisso na formulação de um plano estratégico focado em ações para implementação de políticas públicas que reconheçam as necessidades das populações locais.

Os ODS possuem metas estruturantes em potencial conforme serão apresentadas no capítulo 4, abrangendo diversas dimensões do desenvolvimento humano e seus meios de

implementação, buscando alcançar as diversas realidades de todos os países que fazem parte da ONU, em um acordo internacional no qual os países desenvolvidos reconhecem que devem apoiar o desenvolvimento social das populações menos favorecidas. Os ODS possuem metas desagregadas que se adaptam às singularidades dos territórios e das populações, abrindo a possibilidade de aproximação com a realidade local.

Portanto, a formulação de uma agenda territorial com um plano de metas para desenvolver ações e projetos orientados na Agenda 2030 e seus ODS depende da construção de mecanismos de governança a partir da articulação e interação dos atores em redes sociotécnicas.

Para o processo de elaboração do plano, o caráter participativo permite que as demandas locais sejam colocadas e negociadas pelos atores sociais que vivem e reproduzem o território. (...) discutir planos locais territorializados implica em conhecer as peculiaridades de cada espaço/território (33).

A partir do conceito de território proposto por Milton Santos compreende-se que as relações sociais no território são determinadas pelas relações de poder e de apropriação do espaço, assim como os impactos causados na saúde das populações, decorrentes de um processo de produção social.

No que se refere à capacidade da população em intervir nos fatores que causam esses impactos, Dowbor considera que a descentralização do poder do Estado para a população legitima a criação de mecanismos de atuação, espaços de governança para intervenção no desenvolvimento local, articulando em conjunto com os atores sociotécnicos que focalizem na solução dos problemas, portanto, a construção de uma agenda ou de um plano comum com metas estruturadas.

O problema central, portanto, é o da recuperação do controle do cidadão, no seu bairro, na sua comunidade, sobre as formas do seu desenvolvimento, sobre a criação das coisas concretas que levam a que a nossa vida seja agradável ou não. Mais uma vez, não há nenhuma lei que determine que devemos nos matar todos de trabalho para criar um mundo que não queremos. Já é tempo que nos tornemos exigentes (34).

Ao tratar da gestão ao nível local, o autor reforça que a articulação horizontal de atores sociais dentro dos municípios e as formas intermunicipais de gestão – como comitês,

consórcios entre outros espaços, etc. – são formas de tornar as decisões sobre as políticas públicas mais próximas da população e para solucionar ou mitigar o problema da escala dos serviços. Quando há cooperação entre municípios com participação social ativa, a tomada de decisão sobre políticas públicas é realizada em terreno mais firme, com ganhos de escala e maiores chances de sucesso na resolução dos problemas sociais.

[As] comunidades deixam de ser “pequenas demais” para serem viáveis, pois podem se articular de maneira criativa e diferenciada nas diversas territorialidades. O ponto chave aqui é a iniciativa, o sentimento de apropriação das políticas, que é devolvido ao espaço local, onde as pessoas podem participar diretamente, pois conhecem a realidade e a escala de decisão coincide com o seu horizonte de conhecimento (34).

O autor destaca o espaço local como esfera de decisão, e a importância da articulação entre os diversos atores, o que possibilita maior intercâmbio de saberes, práticas e apropriação das políticas públicas e maior governabilidade de ação para a tomada de decisão.

Nesse sentido, a referência de pacto territorial estrutural ou pactos estruturantes considerada nesse estudo é o plano de ação com os ODS da Agenda 2030 (o pacto de território), pactuado entre a Fiocruz, a SES-DF e a Rede Social da Estrutural (RSE), com o intuito de criar um modelo de governança, a partir da construção das capacidades locais envolvendo os atores da RSE para promover um desenvolvimento local saudável e sustentável tendo como foco principal a promoção da saúde e a redução das desigualdades sociais e da pobreza.

As redes sociotécnicas como um novo modelo de governança são capazes de fortalecer o poder local. Contudo, há uma complexidade decorrente das relações de poder entre os atores que geram disputas, conflitos e, paradoxalmente, a cooperação, para o alcance de um propósito. Trata-se do “jogo social” a dinâmica de interação das relações que envolve diversos interesses em um processo de construção coletiva que faz parte da própria natureza do espaço, conforme será abordado nas seções a seguir (2.4 e 2.5).

2.4. O JOGO SOCIAL É DE NATUREZA DESIGUAL, MAS NÃO EXCLUDENTE

O jogo social implica obrigatoriamente conceitos de coletividade, de agregação de seres humanos em cooperação, concorrência, conflito, empatia ou antipatia. Daí surge o conceito de jogo social. Carlos Matus.

A produção social é tudo que o homem cria (valores, ideologias, crenças, instituições, organizações, partidos políticos, os sistemas); regras do sistema social (genoestruturas) constituídas no processo de produção social, que determinam e limitam os espaços e possibilidades de produção no jogo social (fenoestruturas). As fenoestruturas, por sua vez, são os espaços de atuação dos atores que Matus denominam de “jogadores” que também possuem regras pactuadas que definem a prática do jogo (governança), o que é permitido ou não, os espaço das jogadas, a liberdade (governabilidade) de ação dos jogadores (agentes locais, personalidades, atores sociais e técnicos), para que haja um equilíbrio dos recursos para o alcance de um determinado objetivo (9) (35).

O jogo social é complexo e desigual por natureza, mas não é excludente, pois reconhece a complexidade das relações sociais, agrega a diversidade de atores com diversas capacidades acumuladas ao longo do processo de fenoestruturação social (convertidos em recursos de diversas naturezas (conhecimento/intelectual, político, econômico, emocionais, por exemplo). Tais acumulações determinam as diferenças e as desigualdades no jogo social, e são governadas pelas regras que permeiam o jogo, acordos, um pacto social que define o espaço de jogadas (liberdade) dos diversos atores que em conflito ou em cooperação, lutam para o alcance de objetivo comum. Conforme Matus,

(...) O processo social é o homem, exprimindo-se através de organizações ou personalidades, que guiadas por motivações próprias (...) lutam para alcançar seus objetivos conflituosos ou cooperativos, que às vezes são transitoriamente incompatíveis, outras vezes são transitoriamente cooperativos (9).

Para o autor, o alcance de um objetivo comum só ocorre se houver cooperação, a intencionalidade coletiva que motiva a cooperação dos atores reforçando o propósito coletivo que faz parte do processo de compartilhar e comunicar-se com o outro, “(...) o sentido de fazer,

desejar e crer junto ao outro com outro” (9). Sem a comunicação não há intencionalidade coletiva, não há produção de fatos, e conseqüentemente, não haverá uma ação social, apenas uma ação coletiva. Nesse sentido, o autor nos coloca uma reflexão referente a tal diferenciação.

(...) intencionalidade coletiva é uma conexão de sentido que supera a motivação individual. Isso significa não apenas que os atores entram em cooperação, mas também compartilham conscientemente crenças, desejos e intenções (...) Embora possa parecer paradoxal, o conflito é um tipo de cooperação (...) Sem cooperação não há conflito. Só há ação social quando há intencionalidade coletiva (...) a cooperação também pode ser não-intencional, pode aparecer por acaso (...) Nesse caso não há intencionalidade coletiva, há apenas uma ação coletiva que não é uma ação social (9).

O jogo social e a governança em redes se referem à correlação entre tais conceitos no que diz respeito à complexidade das relações sociais e o jogo de interesses pautados no intercâmbio de ideias, no compartilhamento de valores, crenças, interesses individuais, conflitos e contradições, pois o jogo é competitivo, de natureza desigual, mas não excludente. As regras estabelecem o convívio de forma a garantir a integração, a interação e a cooperação pelo ato da “fala”, que dão direcionamento para coordenar as ações, denomina por Matus cálculo interativo, que só ocorre quando há intencionalidade coletiva para produzir a ação social.

(...) o mundo interior do homem combina as capacidades racionais com as emocionais e as axiológicas (...) embora haja sempre um forte predomínio das raízes emocionais. Essa estruturação gera três características muito importantes aos seres humanos: a tomada de consciência da existência do outro, a capacidade de reflexão crítica, e a sensibilidade emocional. (...) a conjugação das mesmas cria e reforça a intencionalidade coletiva. Surge daí o jogo social (9).

Toda ação é impulsionada por um coletivo. O autor nos chama atenção para a ação social, que só ocorre com “o ato de compartilhar”, atuar em cooperação independentemente de crenças, valores, juízos ou preconceitos. Sem a intencionalidade coletiva a cooperação não será intencional, e não haverá uma ação social, apenas uma ação coletiva.

Não interessa, neste momento, se acredito que a sua explicação é errada, é extremista, é diretista ou é ineficaz. Não interessam os qualitativos que eu possa imputar-lhe. O que interessa é que a sua explicação é o que move a ter um plano distinto do meu, e o leva à ação que me obstaculiza (36).

Como toda ação social tem um propósito e objetivos a serem alcançados, é necessário planejar. Nessa perspectiva, Matus desenvolveu um método de planejamento focado nos problemas, considerando os distintos olhares dos múltiplos atores envolvidos na situação, refletindo sobre as causas dos problemas, e por meio da seleção dos mais críticos, os *nós críticos*, planejar as ações pensando no futuro, denominado Planejamento Estratégico-Situacional (PES).

PES é a busca e construção de soluções criativas que envolvem a negociação com outros atores que controlem variáveis importantes na situação problemática. Portanto, se a causa tem um alto impacto sobre o problema, se existe oportunidade política de atuação e é possível intervir sobre ela, mesmo que esteja fora do espaço de governabilidade do ator, vale a pena selecioná-la. A intervenção sobre este nó poderá situar-se em um plano de demandas e dependerá da capacidade de negociação, da criatividade do ator(es) interessado(s) (37).

O formato flexível do método permite que ele seja aplicado, com sucesso, nos níveis locais, sem perder sua amplitude, mantendo a qualidade da explicação situacional e a riqueza de possibilidades de intervenção na realidade (37).

O PES consiste em quatro momentos: o Explicativo; o Normativo; o Estratégico; e o Tático-operacional. Cada um desses momentos possui um método dialógico, considerando que pode ser aplicado em vários níveis e contextos.

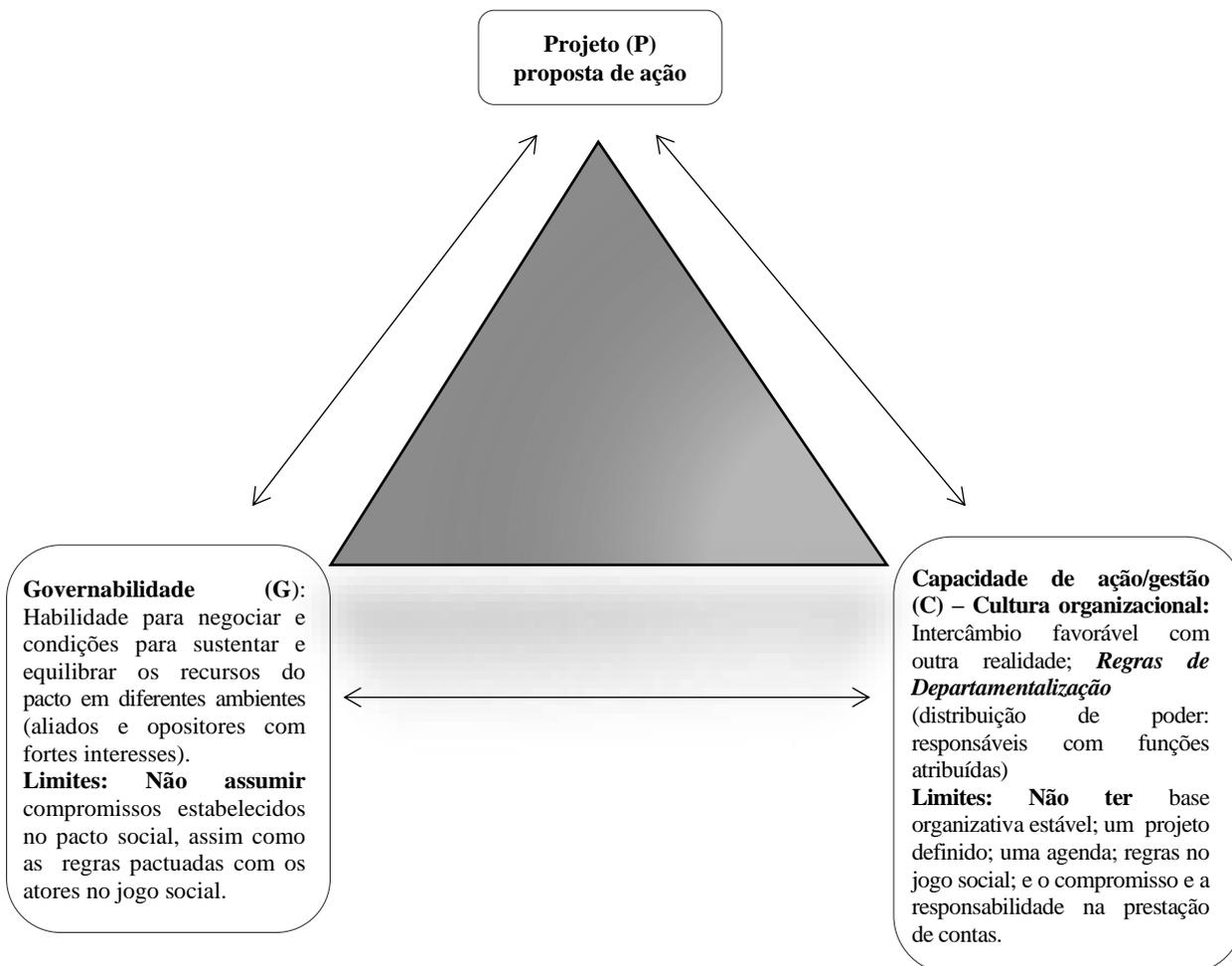
- i. **Explicativo:** busca compreender a situação, explicar os problemas e causas, e a seleção dos problemas mais críticos.
- ii. **Normativo:** seleção dos problemas, no qual se define ação/operação, objetivos, metas e resultados que se pretende alcançar: quais os recursos (vários tipos) necessários para realizar as operações, e quem são os responsáveis. O desenho do plano de intervenção sobre os problemas.
- iii. **Estratégico:** análise da viabilidade das operações do plano para o alcance dos resultados. Habilidades para mapear os atores, capacidades (recursos). O cálculo iterativo para viabilizar as estratégias: o compartilhamento, a negociação, conflitos, e o consenso para a construção de viabilidade para as operações.

iv. **Tático-operacional:** momento da ação, execução do plano. A capacidade de ação do ator: coordenar, planejar as ações como direcionalidade, agenda (para não se entregar a improvisação), organizar as práticas de trabalho (atribuir funções), e a responsabilização na prestação de contas. O momento que define a dinâmica organizacional: **alta** ou de **baixa responsabilidade**. (9) (35) (37).

O Triângulo de Governo (figura 5) criado por Matus, criado para as organizações, permite acompanhar o desempenho dos atores sociais (organizações) (formas organizacionais, cultura organizacional), avaliar a capacidade de governar (ação) diante de um acordo (plano) para a prestação de contas (37). As regras de *departamentalização*, requisitos que são fundamentais para o cumprimento de tais acordos: a) estruturas mentais (cultura organizacional); b) práticas de trabalho; e c) formas organizacionais. Na concepção do autor, o triângulo é a base estruturante para condicionar a organização da cultura organizacional para gerar maior compromisso e a responsabilização das ações pactuadas (37).

O conceito de triângulo é outra criação humana que existe em virtude de um acordo que lhe confere certas propriedades e lhe permite desempenhar certas funções úteis no desenho de formas e estruturas (9).

Figura 5 – Triângulo de Governo de Matus



Fonte: adaptado de Matus (9).

Governar exige a articulação constante de três variáveis:

- i. **Projeto de governo (P):** refere-se ao conteúdo propositivo projeto ou plano, ação que um ator visa implementar para alcançar seus objetivos.
- ii. **Capacidade de governo (C) ou capacidade de gestão:** é a capacidade de condução ou direção (capacidade de fazer). Refere-se a técnicas, métodos, habilidades e experiências de um ator, e de sua equipe-Departamentalização/organização do trabalho, para conduzir o processo, agenda de compromissos do sistema de produção e o conteúdo propositivo para negociar um projeto.
- iii. **Governabilidade do sistema (G):** é a liberdade de ação, controle e equilíbrio sobre as variáveis: o que controla ou não controla dentro da sua fenoeestrutura. Quanto mais variáveis decisivas o ator controla, maior é a sua liberdade de ação e maior sua governabilidade (35) (38).

Embora o jogo social não tenha chefe e nem hierarquia, a organização e as práticas de trabalho são fundamentais coordenar as ações para o alcance dos objetivos, que consiste no cumprimento das metas e na distribuição de poderes (divisão do trabalho) para criar oportunidades e aumentar a capacidade dos atores e incentivar a cooperação (9). A distribuição de recursos aumenta a produção social e gera conhecimentos dando maior eficiência as ações para o alcance dos objetivos desejados. Para Fleury, as regras do jogo social das redes são fruto das interações, regulam o comportamento para que as ações se concretizem por meio de uma construção coletiva.

(...) Os jogos são entendidos como uma série de ações contínuas e consecutivas entre diferentes atores, realizadas de acordo com e guiadas por regras formais e informais que surgem em torno de temas ou decisões nos quais os atores têm interesse (39).

2.5. AS REDES SOCIOTÉCNICAS E A “INTELIGÊNCIA COOPERATIVA TERRITORIAL”: ESTRATÉGIA PARA TERRITÓRIOS SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS

As redes de governança surgem como alternativas com o propósito de romper com o paradigma mainstream, centrado na lógica da racionalidade formal – burocrática hierarquizada e centralizada – baseada no princípio determinista de que só os governos teriam a capacidade de governar. Embora existam várias tipologias de redes (redes de políticas públicas, redes sociais, redes colaborativas, redes de interesse, entre outras), este estudo adota o conceito de redes sociotécnicas, considerando a democratização da técnica como elemento central da teoria crítica da tecnologia (40).

Nessa perspectiva, a teoria crítica da tecnologia, tem como princípio a racionalidade sociotécnica, que emerge da teoria da dupla instrumentalização, que reconhece que os “códigos técnicos” não são exclusivos da administração pública ou do governo, estando vinculados a aspectos sociais, e devem ser compartilhados com a sociedade “avançando em direção a uma ordem (sociotécnica) mais empoderada, democrática ou popular” considerando a participação e cidadania na construção de políticas públicas (40).

Desta maneira, considera-se a política pública como uma tecnologia construída a partir dos olhares e necessidades sociais, que são fundamentais para elaboração de projetos ou de programas sociais que se desenvolvem por meio da articulação e do compartilhamento de saberes e práticas entre atores técnicos públicos e atores sociais, configurando-se em uma interação sociotécnica (social e técnica) democrática em torno de um aprendizado empoderador para o exercício da cidadania. Um instrumento de direito que pode ser usado de forma reivindicatória junto às instituições públicas e ao governo em prol dos interesses coletivos para mudanças sociais. Nas palavras de Feenberg, são aspectos fundamentais para a formação da consciência crítica e maior participação social nos processos decisórios.

(...) há dois aspectos fundamentais relacionados com a democratização da técnica nas suas múltiplas possibilidades e que não devem ser esquecidos. Por um lado, tais processos são potencialmente formadores de consciência crítica, por mais que eles sejam movidos por grupos de pessoas ligadas entre si apenas pelo interesse técnico que têm em comum. Quanto menos não seja, de facto, esses processos ajudam (ou podem ajudar) os participantes da rede de interesse tanto a desconstruírem os mitos da neutralidade e unilinearidade do desenvolvimento técnico, quanto a descobrirem mecanismos eficientes de superação, mesmo que pontual, do ordenamento tecnocrático vigente (40).

As redes de sociotécnicas são consideradas inovadoras por suas estruturas de governança de baixo para cima – *bottom-up* – aptas para enfrentar a complexidade dos problemas sociais, pois pressupõem ações voltadas para mudanças sociais a partir de um projeto construído coletivamente por diferentes atores que têm em comum a causa escolhida. São estruturas democráticas e horizontais e, por isso, favorecem o empoderamento social.

A inovação desse novo modelo reside na descentralização do poder do Estado para a Sociedade, com a interação e a participação da população, assegurando a garantia de poder por meio do exercício do direito de participação nos processos de tomada de decisão sobre as políticas públicas, que passam a ser realizados em estruturas reticulares e policêntricas.

(...) a democratização permitiu a emergência e consolidação de um rico tecido social com uma diversidade de atores políticos consolidado em torno das demandas sociais. Se os processos de descentralização provocam uma fragmentação inicial da autoridade política e administrativa, eles geram

formas novas de coordenação que buscam garantir a eficácia da gestão das políticas públicas. (39).

Segundo Dowbor, a criação de estruturas democráticas como as redes de governança, espaços horizontais que permitem maior participação e representação social, possibilitando o acesso a informações de melhor qualidade para o planejamento de ações que influenciam os processos decisórios.

(...) a mediação das relações entre o poder visto no sentido amplo, e a sociedade civil, se faz por meio da informação. Neste sentido, a democratização do acesso à informação, a geração de estruturas de informação menos manipuladas, e estruturadas em redes descentralizadas, tornam-se essenciais. (41).

A democratização da informação é essencial e determinante no fortalecimento da governança e no planejamento das ações locais no âmbito das políticas públicas, e por isso as redes sociotécnicas são estratégicas, são espaços de produção e de acúmulo com potencial de produzir informações dos territórios com a participação conjunta contemplando os diversos olhares e perspectivas em diversos contextos, possibilitando a sistematização do conhecimento, gerando inteligência sobre o território.

Girardot desenvolveu um método de aprendizagem denominado Inteligência Territorial (IT), fundamentado no conceito de Inteligência Coletiva (IC) de Lèvy. O conceito utilizado pelos autores trata das diversas inteligências que estão distribuídas em todas as partes, são as competências dos indivíduos que precisam ser mobilizadas e coordenadas para atuar em conjunto (42) (43).

Este estudo adota o conceito de Inteligência Cooperativa Territorial (ICT) por ser uma abordagem metodológica que integra as três inteligências: a *inteligência humana ou cognitiva*; a *inteligência coletiva* e a *inteligência cooperativa*. Embora ambos os termos (IT e ICT) sejam metafóricos, entende-se que a capacidade de aprendizagem do território reside nos atores que vivem, produzem e o reproduzem como locus de suas ações. A governança em redes sociotécnicas tem como princípio a cooperação, reconhecendo que “toda ação social é

precedida da intencionalidade coletiva que se converte em um cálculo interativo que só ocorre em cooperação” (9) (44). Considera-se, portanto, o aporte teórico que sustenta esta pesquisa.

Assim, a Inteligência Cooperativa Territorial (ICT) reconhece o território como o espaço de ação das comunidades – valoriza e agrega os diferentes olhares (individuais e coletivos), é inclusiva, participativa, ética e democrática – promovida em parceria e com o envolvimento de um conjunto de atores sociais e técnicos, com conhecimentos e capacidades multidisciplinares sobre o território, organizados em redes por meio do interacionismo sociotécnico, através da transferência de conhecimentos sobre um determinado território (42) (44). Conforme Dowbor:

O que nos interessa, portanto, é como transformar a informação em um instrumento de promoção da qualidade de vida, desenvolvimento sustentável e de um processo político transparente e participativo. Consequentemente, o que promove esses processos é a informação a focar. A informação, no entanto, é uma construção social e depende dos atores que a produzem, eles divulgam e usam. Em outras palavras, tão importante quanto definir o universo de informações, é identificar os atores-chave no processo (45).

A ICT se baseia nos recursos e acumulações que a sociedade da informação oferece com as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), articuladas à produção de teorias e ferramentas para entender o território, na qual o conhecimento disponível seja aplicado para a solução dos seus problemas locais. Esse aprendizado pode ser pensado como uma propriedade emergente do sistema, de tal maneira que os territórios possam ser considerados sistemas inteligentes capazes de mobilizar seus conhecimentos e sistematizá-los, produzindo informações para fortalecer a gestão do território (42) (44).

A ICT considera todo o potencial a serviço da ação territorial, contribuindo para que os atores locais, e não apenas os decisores institucionais, mas também aqueles diretamente envolvidos na ação incorporem mecanismos que orientem o curso de suas atividades comuns para facilitar a interação, promovendo a capacidade individual e conjunta de gerenciar informações, compartilhá-las e convertê-las em conhecimento que lhes permitam avaliar, redirecionar ou projetar informações com a junção de três inteligências, conforme colocam os autores (9) (42) (44) (45).

- i. **Inteligência humana ou habilidade cognitiva** é um atributo humano biológico dado pela natureza, ou seja, as habilidades emocionais e as cognitivas, convertidas em capital social de acordo com as acumulações e oportunidades sociais (9).
- ii. **Inteligência coletiva** são as diversas habilidades cognitivas (...) são as inteligências dispersas, que embora estejam, ou sejam coletivas, são valorizadas pelo quantitativo, mas sem interação, e comunicação para mobilizar e coordenar ações em cooperação (43).
- iii. **Inteligência cooperativa é a intencionalidade coletiva** é o compartilhamento de um propósito coletivo em cooperação, “é o sentido de fazer, desejar e crer algo junto ao outro com o outro”. A interação em diálogo para produzir uma ação social (mobilizada, acordada, integrada e coordenada) – em prol de um objetivo comum (9).

Embora a ICT seja um conceito polissêmico, com várias abordagens e correntes, todas reconhecem o território, suas especificidades e suas formas de territorialização em seu determinado tempo e espaço, assim como a sua capacidade de inovar e aplicar conhecimentos para desenvolver ações e respostas em diferentes situações baseadas em experiências passadas, mas que podem contribuir para a melhoria da gestão do território (42).

Assim, destaca-se a importância do desenho de ferramentas metodológicas participativas de trabalho que permitam o desenvolvimento das habilidades cognitivas dos atores para fortalecer a governança em nível local.

(...) a inteligência cooperativa segue procedimentos de produção similares aos da inteligência estratégica ou epidemiológica, quais sejam: 1) coleta de dados, 2) tratamento, 3) análise e 4) distribuição de informações relevantes às comunidades de práticas ou redes sociais segundo suas necessidades de tomada de decisão e de ação (44).

A partir dos conceitos, teorias e percepções apresentadas, destaca-se a potencialidade da governança em redes e a ICT como ferramenta para aprimorar a capacidade de gestão e coordenação das ações em cooperação para a construção de objetivos comuns e que possam ser eficazes nas ações políticas (38) (39) (42) (43).

3. ESTUDO DE CASO: A REDE SOCIAL DA ESTRUTURAL E UM PACTO ESTRUTURANTE PARA O NÍVEL LOCAL

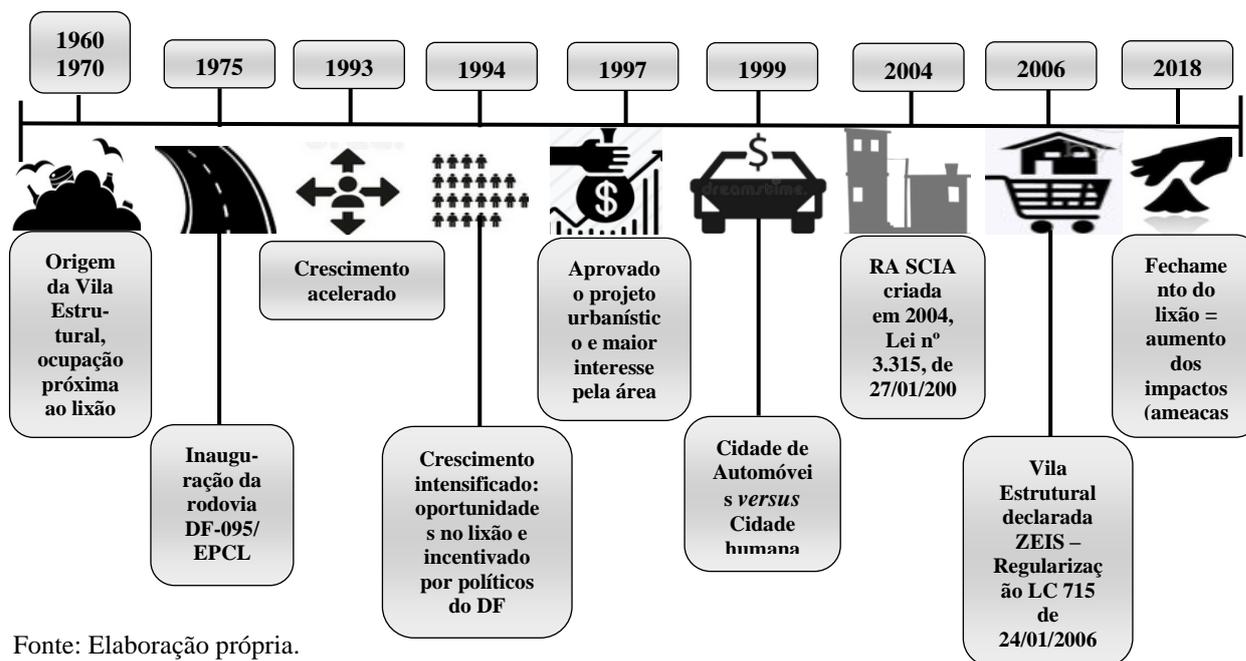
“Cabem, pelo menos, duas perguntas em um país onde a figura do cidadão é tão esquecida”. Quantos habitantes, no Brasil são cidadãos? Quantos nem sequer sabem o que são? “Há cidadãos neste país?” Milton Santos.

A Cidade Estrutural tem sua origem na ocupação de uma área próxima ao lixão da nova capital, instalado no local entre o final da década de 1960 e início de 1970¹⁰ (46). A nova ocupação, que ficou conhecida como Vila Estrutural – e denominada pejorativamente de “Invasão da Estrutural” – tinha como principal fator atrativo a busca pela sobrevivência na atividade de coleta manual de resíduos. A ocupação foi impulsionada pela construção da rodovia DF-095, a Estrada Parque Ceilândia – EPCL, conhecida como Via Estrutural, em meados da década de 1970, interligando a Estrada Parque Indústria e Abastecimento (EPIA) à Taguatinga e Ceilândia e à BR-070 (4), mas foi a partir da década de 1990 que passou a crescer de forma mais vigorosa, assim como o interesse pela área ocupada.

A partir de 1997 foi aprovado o projeto urbanístico e iniciada a implantação do SCIA, com a ocupação de agências de revenda de automóveis, antes localizadas inadequadamente nas quadras 700 da Asa Norte; tal projeto já previa a transferência da população da Vila Estrutural para outros locais, mas as etapas seguintes só foram iniciadas a partir de 1999, e foram implantadas parcialmente devido à permanência (e crescimento) da ocupação irregular. Somente em 2006 é que o Governo do Distrito Federal (GDF) reconheceu a impossibilidade de desocupação e declarou a área como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) por meio da Lei Complementar nº 715/2006, estabelecendo parâmetros urbanísticos especiais, admitidos pelo Estatuto da Cidade – Lei Federal nº 10.257/2001 (4). No mesmo ano foi criada a RA SCIA Estrutural, desmembrada da RA do Guará (figura 5).

¹⁰ De acordo com imagens de satélite publicadas na Revista Retratos do Brasil (46).

Figura 6 – Linha do tempo do histórico de ocupação da Cidade Estrutural



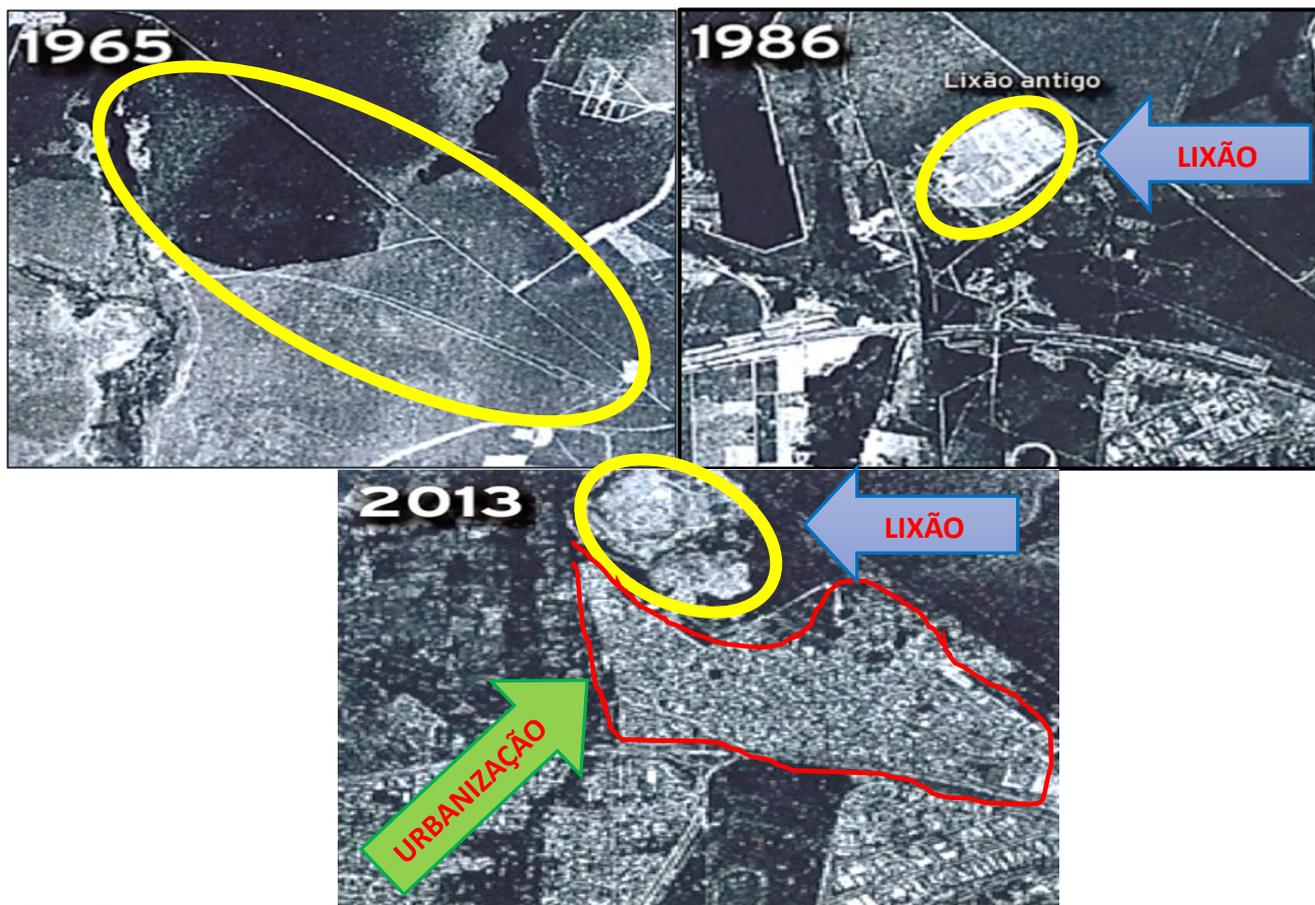
Fonte: Elaboração própria.

A especulação imobiliária se intensificou na região; aumentando também as tentativas de desocupação promovidas pelo poder público e incentivadas pelas empresas que vieram a se instalar na área. Segundo o relatório da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2018, publicado pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal a ocupação da Vila Estrutural cresceu nos anos 90 com o estímulo do Poder Legislativo:

A partir de 1989, a área passou por várias tentativas de implantação da extensão do Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), denominado Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (SCIA). Naquela altura, a invasão do lixão contava com cerca de cem barracos. Havia consenso técnico de que deveriam ser removidos, não somente pelos riscos de contaminação advindos do aterro, como pela proximidade com o gasoduto da Petrobrás que abastece o Setor de Inflamáveis e, também, pelos riscos ambientais ao Parque Nacional de Brasília, limítrofe à área. Mesmo assim, até o final dos anos 1990, sucessivas ações do Poder Legislativo estimulavam a permanência dos ocupantes irregulares, o que criou um impasse no planejamento urbano do setor e acabou fomentando sua ocupação irregular (4).

A Figura 7 ilustra o processo de ocupação da Estrutural, mostrando que em 1965 ainda não havia lixão, enquanto em 1986 o lixão já estava instalado, mas a ocupação para moradia ainda não é adensada, e em 2013 o processo de ocupação está consolidado.

Figura 7 – Imagens Aéreas do Lixão da Cidade Estrutural em 1965, 1986 e 2013



Fonte: Pereira (46).

A cidade foi construída com sua população vivendo em moradias precárias, com péssimas condições sanitárias, e exercendo uma atividade laboral que, embora garantisse sua sobrevivência, violava os direitos humanos e causava impactos severos sobre a saúde.

O lixão veio a se tornar o maior a céu aberto da América Latina e segundo maior do mundo, atrás do de Jacarta, capital da Indonésia. Foi fechado em janeiro de 2018, o que causou grandes impactos socioeconômicos em função da perda da principal fonte de renda da economia local, além de impactos na saúde da população, principalmente, na saúde mental.

As ameaças de desocupação pelo poder público são constantes nas áreas de ocupação irregular, como no Setor de Chácaras Santa Luzia¹¹ (SCSL) – conforme será tratado mais adiante – o que não difere substancialmente do processo de ocupação da maior parte das cidades do DF.

¹¹ Nesta pesquisa o Setor de Chácaras Santa Luzia é denominado de Santa Luzia, termo mais comumente utilizado pela população da Estrutural.

Conforme dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios¹² (PDAD), da Codeplan-DF, em comparação com as outras RAs, a população da Estrutural registra os piores índices socioeconômicos e humanos, com a maior parte da população vivendo em péssimas condições sanitárias. É a população mais jovem, com média de 26,3 anos de idade, contra 33,0 anos na média do DF e 41,8 anos no Lago Sul; 50,7% da população é masculina, enquanto na média do DF é 47,8%. A Estrutural concentra a maior proporção de crianças e jovens em todas as faixas de idade de 1 a 29 anos: 35,5% da população têm menos de 18 anos, contra 24,9% na média do DF; e 24,8% da população têm 18 a 29 anos, enquanto a média do DF é 20,4 (tabela 1).

Tabela 1 – Percentual da população e até 29 anos por RA (média DF, maiores e menores %s)

Região Administrativa	até 17 anos	18 a 29 anos
SCIA – Estrutural	35,5	24,8
Itapoã	32,7	22,4
Varjão	31,7	23,6
Média DF	24,9	20,4
Lago Sul	16,5	16,0
Cruzeiro	16,4	18,5
Plano Piloto	16,1	16,3

Fonte: microdados da PDAD/Codeplan. Elaboração própria.

A RA SCIA-Estrutural é também a que tem a menor proporção de pessoas com mais de 60 anos, 4,0%, enquanto a média do DF é de 10,6%, e no Lago Sul o índice é de 23,8%. Com relação à naturalidade da população, 49,6% era natural do DF, enquanto a média do DF é de 55,3%, e no Plano Piloto, um dos menores¹³, é de 39,0%.

Para compreender a situação socioeconômica da população da Cidade Estrutural, é fundamental tratar do contexto da transição causada pelo impacto da retirada do lixão. As consequências sociais e econômicas desse evento estão relacionadas às contradições históricas

¹² A PDAD/CODEPLAN, realizada desde 2011, contém uma série de informações socioeconômicas sobre as condições de vida da população do DF, apresentadas de forma desagregada para as 31 Regiões Administrativas (RA). Além das informações apresentadas em publicações disponíveis em arquivos no formato “pdf” no site da CODEPLAN, com um relatório para cada RA, são disponibilizados os microdados em formato “csv” (valor separado por vírgulas), arquivo que pode ser lido no Excel®, software que foi utilizado para tabulação das informações dessa pesquisa, e que permitirão detalhar algumas características da população da RA SCIA/Estrutural e compará-las com a média do DF e com outras RAs, destacando-se aqueles com os maiores e os menores índices.

¹³O menor percentual é o do SIA, mas a população dessa RA, por não ser uma área residencial, é muito reduzida, de apenas 1.549 habitantes, de forma que a comparação mais relevante é com a RA de segundo menor percentual, o Plano Piloto.

do processo de formação da Cidade Estrutural; por um lado, um local privilegiado geograficamente por estar muito próximo ao centro da capital federal, e conseqüentemente cobiçado pela especulação imobiliária; por outro lado, a segregação socioespacial enraizada em sua história, principalmente, pela dinâmica de ocupação de Brasília que carrega tal marca desde a sua concepção, determina o padrão de ocupação do território, assim como as suas formas de uso.

A cidade “projetada” para ser a capital federal não se diferencia daquelas de ocupação espontânea. Nessa concepção, Derbli coloca que “uma cidade inventada para ser o marco de uma nova era de um país (...) é uma síntese nacional: uma região com muitas riquezas, mas profundamente desigual” (47).

O fato é que o lixão não surgiu sozinho, é resultado de um modelo de desenvolvimento que privilegia o consumo e o lucro em detrimento da vida, dos direitos sociais e da sustentabilidade ambiental, impulsionado pela geração crescente de resíduos derivados da expansão demográfica acelerada, causando um desordenamento demográfico provocando uma segregação socioespacial dentro do próprio território.

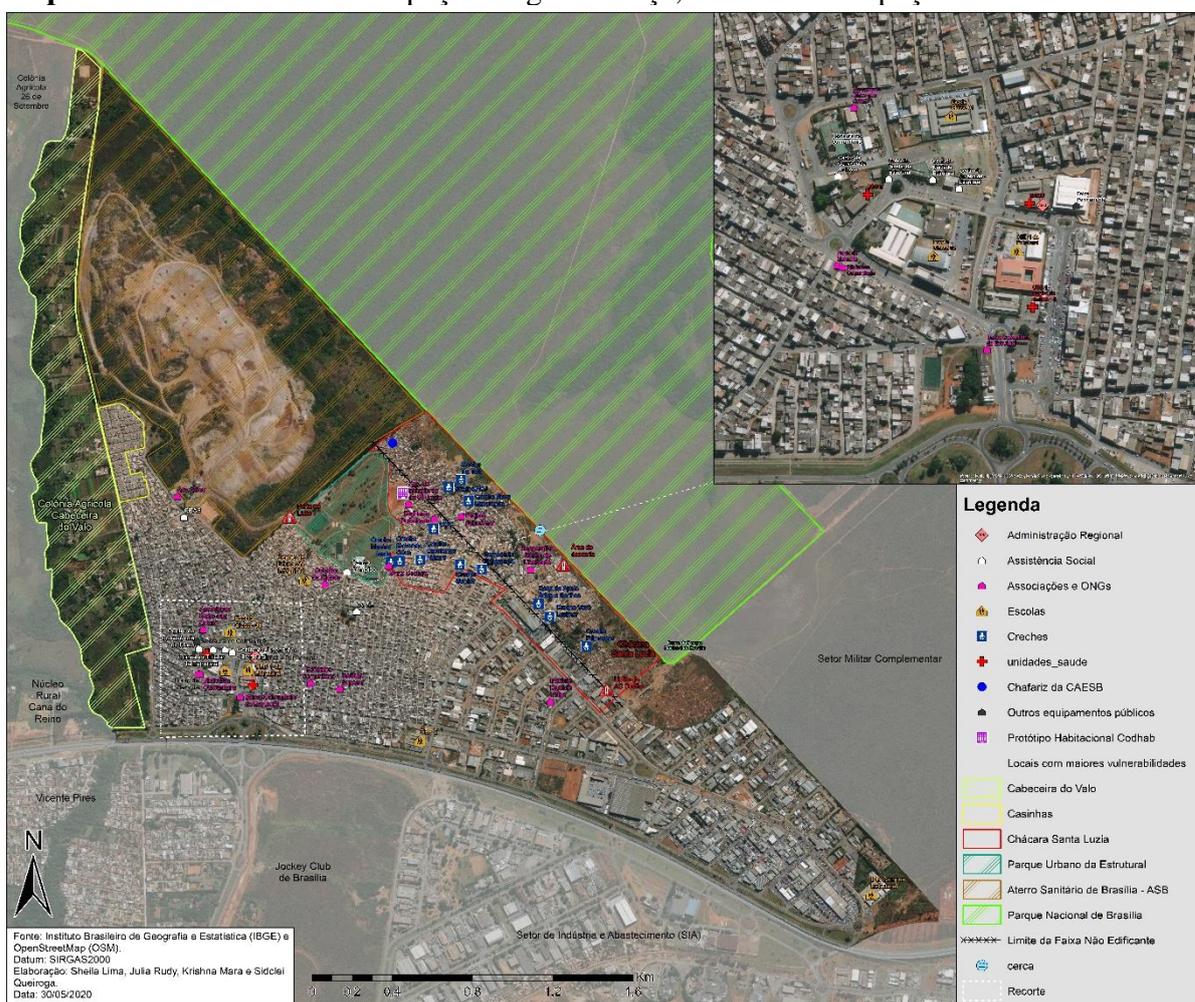
O próprio poder público, nos diversos governos distritais, incentivou a ocupação ao manter o funcionamento do lixão, além das ações de políticos com interesses eleitorais na distribuição de lotes sem infraestrutura mínima (46).

Entretanto, a população da Estrutural sofre duplamente, tanto com a ausência do poder público ao longo da história, quanto a com a responsabilização pela degradação ambiental nos limites do Parque Nacional de Brasília (PNB). Mesmo com todo descaso do poder público, é importante destacar as conquistas que foram frutos da organização de grupos e movimentos populares que se organizaram para lutar pelos seus direitos básicos de vida, moradia digna, e serviços de infraestrutura (saneamento, água, energia), equipamentos públicos de saúde, entre outros, e ainda enfrentam os impactos do fechamento do lixão, onde parte da população vive em situação de grande vulnerabilidade decorrida desse processo.

Os atores locais, em conjunto com os técnicos, se reúnem para discutir os problemas locais em um espaço, a Rede Social da Estrutural (RSE), legitimado em 2011 no movimento de ativação de redes sociotécnicas locais no DF, sendo uma conquista dos movimentos populares.

O mapa 1 apresenta os equipamentos públicos, associações e ONGs que são atuantes nas questões do território, sendo identificados, ainda, os espaços de reuniões dos atores para a tomada de decisão.

Mapa 1 – Cidade Estrutural: espaços de governança, entre outros espaços



Fonte: Elaboração própria a partir do georreferenciamento realizado no território, 2019.

3.1. SANTA LUZIA: O RETRATO DA DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL

O Setor de Chácaras Santa Luzia (SCSL) é uma área de ocupação irregular que foi iniciada em meados dos anos 2000. Segundo imagens de satélite publicadas em Oliveira (48), em 2004 já havia sinais de início de ocupação; em 2008 esse processo de ocupação se mostra mais

intenso; em 2012 já há um adensamento expressivo; e em 2016 o descontrole do crescimento da ocupação é evidente, chegando aos limites do Parque Nacional de Brasília (49). Segundo dados da CODEPLAN (4), a Santa Luzia possuía, em 2018, 3.739 domicílios e cerca de 16 mil pessoas, o que representa em torno de 45% da população total da Cidade Estrutural.

A ocupação situa-se dentro de Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), fora da poligonal da Estrutural, e seu crescimento desordenado levou à ocupação da faixa de tamponamento de 300 metros do Parque Nacional de Brasília, e da Área de Preservação Permanente do Córrego Cabeceira do Valo¹⁴, conforme Decreto nº 28.081 de 29 de junho de 2007. Em função disso, os moradores vivem sob constante pressão do poder público para a desocupação da área, e as ações de remoção são constantes, sendo que a última ocorreu em março de 2020¹⁵, no início da pandemia do coronavírus, deixando centenas de pessoas sem moradia.

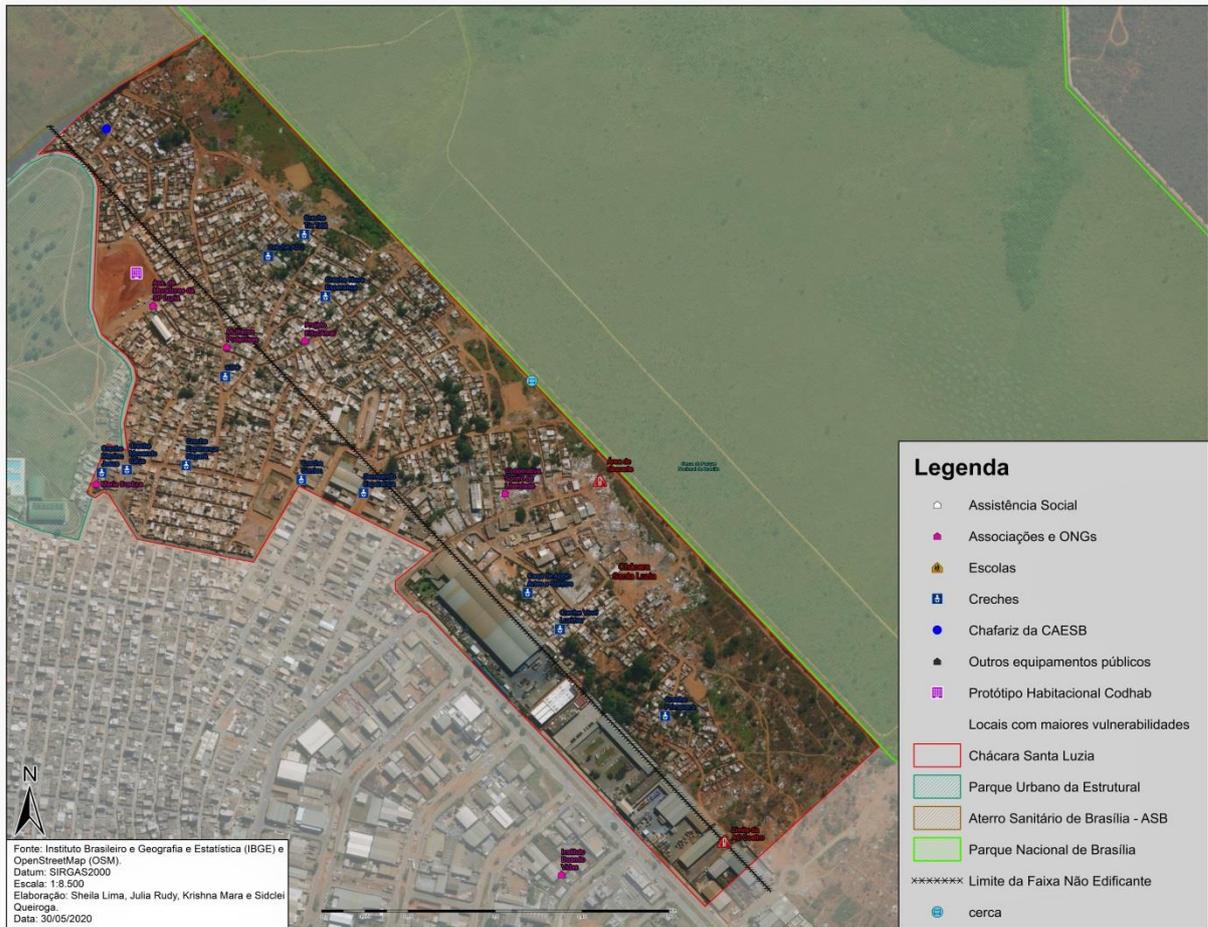
O processo de regularização fundiária iniciado em 2006 com a declaração do território da Cidade Estrutural como ZEIS, não beneficiou a população da Santa Luzia, principalmente pela vedação das leis ambientais, e essa ocupação representa hoje um dos principais motivos de tensão fundiária, pelo fato de a remoção das habitações ser condicionante para a regularização fundiária da Cidade Estrutural.

O Mapa a seguir apresenta o Setor de Chácaras Santa Luzia e contempla as áreas de maior vulnerabilidade do território, na ocupação da área nas proximidades do Parque Nacional de Brasília, a faixa de tamponamento de 300 metros, importante para a preservação dos mananciais.

¹⁴ O decreto dispõe sobre a criação da Área de Relevante Interesse Ecológico do Córrego Cabeceira do Valo e da Área de Relevante Interesse Ecológico da Vila Estrutural, situadas na Região Administrativa do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA – RA XXV. Ambas as ARIE têm por objetivo manter os ecossistemas naturais e estabelecer os parâmetros de uso da área de modo a impedir que a ocupação urbana objeto do Projeto Urbanístico da ZEIS Vila Estrutural possa interferir na conservação do Parque Nacional de Brasília e da Área de Preservação Permanente do Córrego Cabeceira do Valo. A faixa de tamponamento de 300 metros de largura junto ao Parque Nacional de Brasília, determinada pelo § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 715, de 24 de janeiro de 2006 está, em parte, inserida na ARIE da Vila Estrutural, garantida a sua preservação (49).

¹⁵ Reportagem do jornal Correio Braziliense disponível em <<https://bit.ly/2PXU231>>.

Mapa 2 – Santa Luzia: área de maior vulnerabilidade social



Fonte: Elaboração própria a partir do georreferenciamento realizado no território, 2019.

As subdivisões territoriais mostram as contradições existentes no território, evidenciando a extrema vulnerabilidade de uma parcela da população (Santa Luzia) que vive em péssimas condições sanitárias (água, saneamento e moradia).

Fotografia 1 – Cidade Estrutural: o centro da cidade e os equipamentos públicos



Fonte: A autora

Fotografia 2 – Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Cabeceira do Valo



Fonte: A autora

Fotografia 3 – Aterro sanitário Jóquei Club – Antigo lixão



Fonte: A autora

Fotografia 4 – Santa Luzia, divisa com o Parque Nacional de Brasília (Faixa de Tamponamento/300 metros)



Fonte: A autora

Em pesquisa de campo, pôde-se constatar que a população da Santa Luzia vive em condições extremamente precárias de moradia – barracos de madeirite e de papelão – e em

péssimas condições sanitárias, sem acesso a água encanada. O esgoto é despejado para fora das casas, em muitos casos para a rua. Parte da população tem água encanada proveniente de ligações “informais”, que são afetadas frequentemente pelas mudanças na pressão da água pela Caesb, que não teria, a rigor, compromisso com ligações irregulares. Em 2019 o GDF instalou uma caixa d’água pública de 25 mil litros com 10 torneiras, chamada localmente de “chafariz”, que serve como ponto de abastecimento emergencial para os moradores mais próximos. O famoso samba composto por Marlene, “lata d’água na cabeça”, que retrata um hábito que data do século XIX, ainda é atual na Santa Luzia.

Fotografia 5 – Santa Luzia e as péssimas condições sanitárias



Fonte: A autora

A população vive em condições de extrema vulnerabilidade, resultado de uma construção histórica que resulta numa sociedade extremamente desigual, com cidades dominadas pela força dos interesses do capital imobiliário. O processo histórico de

urbanização brasileira carrega a marca da desigualdade e da pobreza como formas de espoliação social, que ocasiona um desordenamento territorial com restrição de acesso à infraestrutura urbana, precarização sanitária e péssimas condições de habitação, com consequências importantes no processo saúde-doença.

3.2. ATIVAÇÃO DAS REDES SOCIAIS LOCAIS DO DISTRITO FEDERAL: UMA NOVA FORMA DE GOVERNAR

O movimento de ativação de Redes Sociais Locais (RSLs) no DF é considerado nesta pesquisa como uma nova forma de governar. Tal conquista parte de um processo de descentralização dos processos de tomada de decisões do Governo do Distrito Federal (GDF). O DF é um ente federativo híbrido, com características e estruturas administrativas de governos estaduais e municipais. Não possui divisão territorial interna (municípios) com autonomia administrativa, mas administrações regionais, com representantes não eleitos, indicados pelo governador, e com pouca capacidade de mobilização de recursos. As decisões sobre as políticas públicas são centralizadas nas secretarias de estado do GDF, muitas vezes com poucos elementos para definir as prioridades locais.

Em 2011, a Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (SEDEST) do GDF iniciou o movimento de ativação de redes no DF com a ideia de disseminar redes nos territórios do DF a partir do modelo da Rede Social de São Sebastião (outra RA do DF), que foi constituída pela sociedade civil a partir da base organizativa do Fórum de Entidades de São Sebastião. Um dos objetivos do Fórum era obter informações e dados estatísticos sobre o território, e a partir dessas informações orientar e potencializar suas ações na tomada de decisão, tendo em vista que as decisões sobre a execução dos recursos do orçamento do DF são tomadas de forma centralizada, no âmbito das secretarias de estado, cabendo às administrações regionais de cada RA um papel pouco relevante no processo decisório sobre a aplicação de recursos.

A estratégia de ativar redes no DF fez parte do processo de implantação do Plano Brasil Sem Miséria (BSM), instituído pela Lei nº 4.601, de 14 de julho de 2011, no âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS)¹⁶, para implantação de sua versão local, o Plano DF Sem Miséria. A partir dessa ideia matriz, as RSLs foram ativadas em outras regiões do DF – Samambaia, Planaltina, Sobradinho, Estrutural, entre outras.

A Rede Social da Estrutural (RSE) foi ativada no mesmo ano, coordenada por um colegiado composto por três órgãos locais da Assistência Social: i) o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS); ii) o Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (COSE); e iii) Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), atuando com foco, principalmente, nas políticas de proteção social e direitos socioassistenciais, em função da necessidade emergencial em função do contexto, época lixão, onde as questões mais problemáticas da cidade giravam em torno da violência, da exploração da mão de obra de trabalhadores/catadores, e do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, havendo a necessidade de se estabelecer diálogos intersetoriais entre as políticas públicas para a efetivação da proteção social. Para Seidel, ativação das RSLs foi uma conquista.

(...) [Uma] característica é a valorização da participação popular. Hoje no DF, foram organizadas 16 redes sociais nas cidades historicamente constituídas: são gestores das políticas sociais locais, que se reúnem mensalmente com usuários e organizações populares para enfrentar concretamente os desafios que a realidade apresenta. Estas redes sociais são geralmente lideradas pelas coordenadoras dos CRAS (50).

As RSLs se constituíram como redes sociotécnicas desde sua ativação em função da intencionalidade e do interacionismo entre agentes locais e diversas categorias de atores sociais – representantes de ONGs, associações e conselhos, agentes públicos de diversos órgãos com atuação local, pesquisadores e estudantes – de instituições com atuação em diversas áreas – saúde, educação, segurança pública, assistência social, entre outras.

¹⁶ O movimento de ativação de RSLs começou ainda em 2010, antes da posse do governo Agnelo no DF, quando a SEDEST pactuou com os movimentos sociais a ativação dessas redes nas outras RAs, e esse projeto entrou no planejamento estratégico da SEDEST para o mandato que se iniciava em 2011.

É um tipo de organização comunitária formada por um grupo de pessoas, que se reúne periodicamente para dialogar sobre seus territórios e as políticas públicas neles executadas, constituindo-se em ambientes colaborativos, suprapartidários, abertos a participação, horizontais, independentes, autônomos, construtores de vínculos, afetos e solidariedade (51).

Assim, ao tratarmos da governança, é importante não confundir com governo. Os atores sociais em redes sociotécnicas têm capacidade de governar, planejar e coordenar as ações compartilhadas em torno de objetivos comuns.

É importante não confundir essa noção [de governança] com a de "governo" ou com o de "administração pública". A governança em nível de território representa um processo de concertação que reúne atores privados, associativos e públicos em torno de um problema específico para definir objetivos compartilhados e coordenar suas capacidades para alcançar esses objetivos de maneira concertada e racional (42).

3.3. ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL E INTERINSTITUCIONAL: A INTENCIONALIDADE COLETIVA FORMALIZADA EM UM PROTOCOLO DE INTENÇÕES

A Fiocruz Brasília, com o intuito de implementar a Agenda 2030 no DF por meio de estratégias e ações integradas, firmou uma parceria interinstitucional com a SES/DF, a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), a Universidade de Brasília (UnB) e a Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (FEPECS), por meio de um Protocolo de Intenções¹⁷ para viabilizar diversos projetos de intervenção para o desenvolvimento de territórios saudáveis e sustentáveis no DF e na Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE). Tal protocolo prevê a produção de informações para formulação de estudos referentes à realidade local dos territórios como forma de produzir conhecimentos para a melhoria das condições de vida da população fomentando o desenvolvimento de uma ciência de cidadania integrando à academia e os agentes locais na construção coletiva do conhecimento. Para Alblagi:

Ações de extensão, mais do que compartilhamento de conhecimento, devem expandir o local da universidade, estendendo-a a todas as pessoas e todo o território, numa perspectiva máxima de engajar a totalidade da população na produção acadêmica e sua aplicação (52).

¹⁷ O protocolo de intenções interinstitucional, assinado em 13/06/2017, está disponível em <<https://bit.ly/2YEIdTf>>.

O processo de articulação com a SES-DF para negociar a proposta para a construção de um projeto a ser implementado na Cidade Estrutural iniciou-se em 2017, com o objetivo de construir um projeto participativo para desenvolver um modelo de governança saudável e sustentável, orientado nas metas dos ODS da Agenda 2030, tendo a Cidade Estrutural como referência para desenvolver em outros territórios do DF.

A implementação de uma abordagem cooperativa de monitoramento e avaliação das situações de risco, de vulnerabilidade social e ambiental do território visa a orientar a política pública para a construção de Território Saudável e Sustentável (TSS). (53)

Assim, no âmbito do protocolo de intenções, a Fiocruz e a SES/DF firmaram um convênio¹⁸ para iniciar um projeto na Cidade Estrutural para implementar um modelo de governança, a Inteligência Cooperativa Territorial (ICT), com Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para fortalecer a governança local.

Para conjugar a preocupação do Governo do Distrito Federal de implementar a Agenda 2030 e acompanhar o alcance de seus ODS com a necessidade de melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde, em 2016 a Fiocruz e o GDF estabeleceram um Protocolo de Intenções para a implementação de projetos e programas que possibilitassem tornar o DF em Território Saudável e Sustentável (53).

Uma das metas previstas no projeto era ativar a Rede Social da Estrutural (RSE), criar um sistema de monitoramento e avaliação cooperativa de situações de risco e vulnerabilidade social, mas com a perspectiva de um novo processo de produção local saudável e sustentável.

(...) o projeto na Cidade Estrutural do DF pode ser um exemplo de como a ativação de redes sociotécnicas e seu engajamento na implementação da Agenda 2030, constitui-se numa estratégia para o alcance de seus ODS, bem como, a associação desta com os determinantes sociais da saúde, promovendo a busca social por um território saudável e sustentável (53).

¹⁸ O Convênio 01/2017, assinado em 13/06/2017 está disponível em <<https://bit.ly/31uoXv3>>.

3.4. TRIÂNGULO DA REDE SOCIAL DA ESTRUTURAL: INSTRUMENTALIZAÇÃO DO MÉTODO E ANÁLISE ORIENTADA PELOS ODS

Um ator social é uma organização e, em alguns casos, até mesmo uma pessoa/uma personalidade. Um ator social cumpre os seguintes requisitos: tem um projeto político; controla algum recurso relevante, ou variáveis importantes para a situação; tem força e, por conseguinte, tem capacidade de produzir fatos no "jogo social"; tem organização estável ou, no caso de uma personalidade, tem uma presença forte, capaz de influenciar/conduzir um coletivo social. Sá e Pepe.

Diante do exposto, o Triângulo da Rede Social da Estrutural (RSE) (figura 8) foi construído a partir das bases teóricas apresentadas no capítulo dois e as informações coletadas em campo (observação participante) que forneceram elementos para analisar a capacidade da RSE, o direcionamento das ações para a operacionalização do plano pactuado e formulado com a participação dos atores da RSE, a partir da seleção dos fatores críticos que ameaçam e colocam em risco o bem-estar da população, e os ODS como referência para o planejamento das ações que serão implementadas no território.

Os vértices do Triângulo da RSE apresentam requisitos que são as bases da governança em redes: (G) Governabilidade, a liderança de ação, (C) Capacidade de Gestão/Fazer e o (P) Projeto Orientado nos ODS da Agenda 2030.

3.4.1. (G) Governabilidade: liberdade de ação

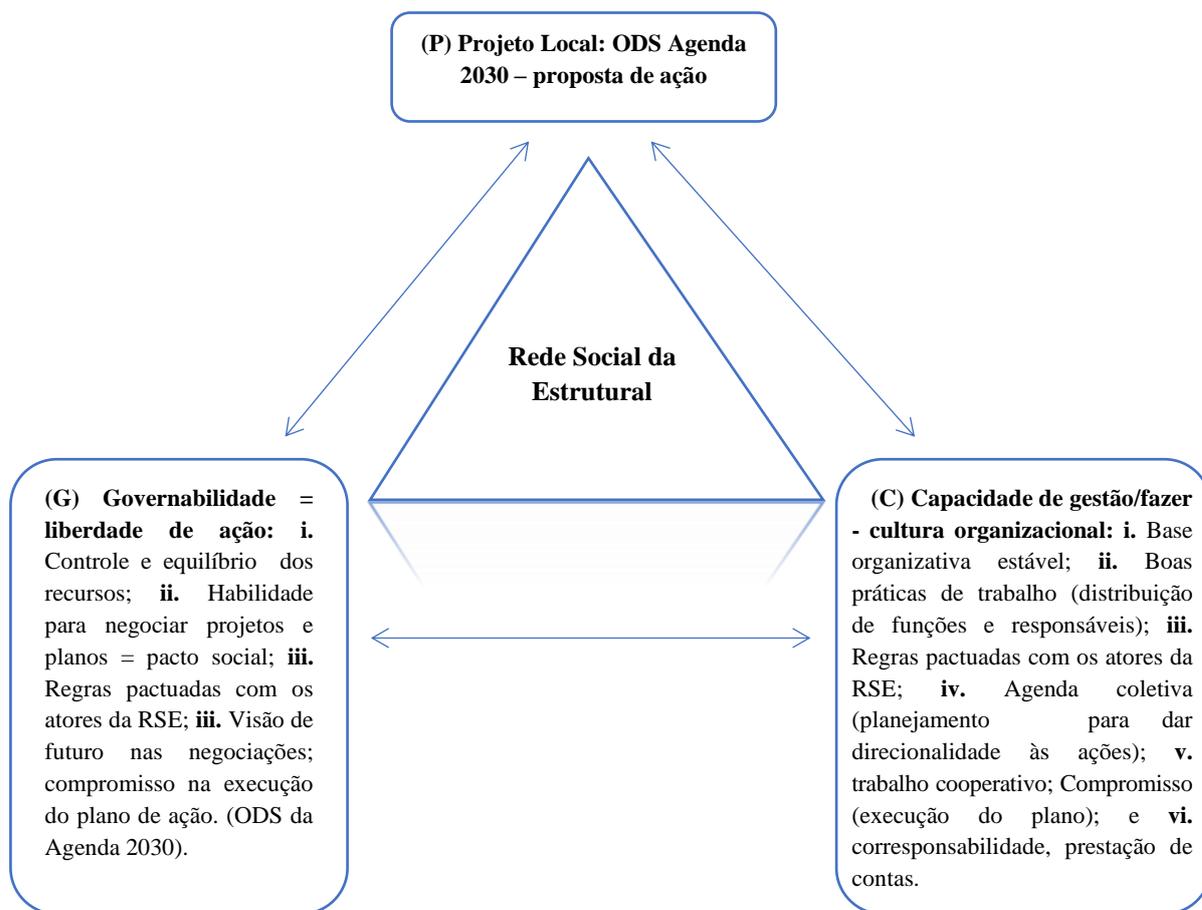
A governabilidade da Rede Social da Estrutural (RSE) se expressou com a liberdade de agir de um ator social¹⁹ para negociar um plano de ação com atores técnicos²⁰ de diferentes instâncias governamentais (estadual e federal), com diversos recursos de poder (político, intelectual, conhecimento, financeiro), um plano de ação para executar no território.

A governabilidade de tais atores se formalizou em um pacto estruturante (pacto de território), e como todo e qualquer acordo em torno de um objetivo comum, existem regras, compromissos e responsabilidades, independentemente de serem escritos ou não, porque sempre há uma intencionalidade que é motivada por interesses das partes.

¹⁹ Coletivo da Cidade.

²⁰ Fiocruz Brasília e Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Figura 8 – Triângulo da Rede Social da Estrutural



Fonte: Elaboração própria.

Com relação ao jogo social, a governança em redes, cabe lembrar o que dá a determinados atores maior liberdade de ação em detrimento de outros atores, são regras pactuadas que governam o jogo.

Todo jogo social tem regras (...). Essas regras permitem que cada ator disponha de um quadro ou espaço de possibilidades dentro do qual possa guiar sua ação com relação aos outros, e calcular o que pode ou não esperar das jogadas dos outros participantes (...). (9).

O pacto aumentou a governabilidade dos atores (Fiocruz, SES-DF e a RSE), criando oportunidades, resultando em novos pactos, envolvendo outros atores com potenciais para agregar e fortalecer as ações para a implementação do plano para tornar a Cidade Estrutural um território saudável e sustentável.

Destaca-se o Acordo de Cooperação Técnica²¹ firmado entre a Fiocruz e o Instituto Federal de Brasília (IFB) Campus Estrutural, para executar ações referentes ao ensino, pesquisa e aplicação, com a realização do Curso de Formação de Agentes Populares em Governança Territorial (APGT)²², parceria interinstitucional (Fiocruz, IFB e a UnB), o convênio em parceria com a SES-DF, com a implantação da Sala de Situação (SS), ferramenta de informação estratégica para fortalecer a governança local, com dados desagregados da Cidade Estrutural e dos demais territórios do DF, para orientar as ações dos atores da RSE na tomada de decisão, e principalmente, subsidiar a operacionalização do plano pactuado no território.

Nesse novo modelo de formação de conhecimento coletivo a respeito da Cidade Estrutural, a Sala de Situação, parte desse convênio, contribui com a sistematização e a disponibilização de informações do território como um todo, incluindo a Estrutural (53).

O plano de ação da RSE foi formulado em três etapas (quadro 1), utilizando-se o método da Prospectiva Estratégica Territorial (PET) que consiste em uma reflexão coletiva situacional sobre os problemas, buscando compreender os fenômenos para a seleção de problemas (fatores críticos) com maior impacto no território, priorizados pelo grau de relevância e orientados pelas metas dos ODS da Agenda 2030, além da construção de cinco cenários. Conforme Martins, a prospectiva é um método coordenado pela linguagem visando dinamizar a negociação por meio de um diálogo mais interativo.

(...) Com base neste enfoque (prospectiva = inteligência de futuro) vamos discutir a abordagem prospectiva para dinamizar um processo de negociação sobre as perspectivas de futuro que possa apoiar-se na teoria do agir comunicativo, que é uma forma de interação coordenada pela linguagem. A prospectiva traz à tona um processo de conversação que se baseia na razão comunicativa e na interação para a produção de consenso sobre as percepções de futuro, o que tende a motivar para a ação. Com isso, temos a intenção de ressaltar os elementos do mundo da vida que sustentam a percepção de futuro dos participantes e avaliar como essa abordagem poderá contribuir para a gestão estratégica das redes cooperativas. (44).

²¹ Acordo de Cooperação Técnica nº 004 de 2017, entre IFB e Fiocruz para executar ações e programas de ensino, pesquisa e aplicação e extensão nas temáticas profissional e tecnológica no campo da saúde no DF.

²² Curso de Governança Territorial para o Desenvolvimento Saudável e Sustentável em duas modalidades, uma de pós-graduação lato sensu e a outra em formato de curso livre, que não têm exigência de formação acadêmica, podendo ser adaptados para públicos dos mais diversos níveis de formação.

Quadro 1 – Oficinas territoriais: construção do projeto Estrutural e do plano de ação

Data	Seminário / Oficina	Objetivo	Resultados
07/04/2018	I Construção de um projeto participativo para territórios saudáveis e sustentáveis na Estrutural	Construir um projeto participativo com a comunidade local para a promoção de territórios saudáveis e sustentáveis	1) Implantar métodos, tecnologias, parâmetros e indicadores para diagnóstico e mapeamento de situações de risco e vulnerabilidade social e ambiental local; 2) Delinear um sistema interativo de análise, monitoramento e avaliação dos territórios com a participação dos cidadãos locais; 3) Pactuar metodologias para a capacitação dos atores locais para uso da inteligência na governança interativa dos territórios; 4) Realizar ativação de redes sociotécnicas dos atores locais para a mensuração dos determinantes de saúde em articulação com os ODS.
15/07/2018	II Diálogos Prospectivos: Estrutural Saudável e Sustentável	Identificar temas mais relevantes para o território ou dos fatores-críticos, associados às metas dos ODS, bem como suas possíveis trajetórias (cenários possíveis) em um horizonte temporal, de maneira a se constituir uma visão compartilhada de futuro	1) Método de Planejamento Prospectiva Territorial: i. identificar os fatores críticos que incidem no território; ii. cartografia social realizada mapeamento sobre os fatores críticos, relacionados a subespaços; iii. iv. construção de cenários prospectivos de acordo com as demandas do território, que ajudam a antecipar as ameaças e as oportunidades em um horizonte temporal de longo prazo; 4) definição dos ODS que dialogam com a realidade local.
11/06/2019	III Cidade do Futuro: Estrutural Saudável e Educadora	Apresentar a pesquisa “Cidade Educadora” sobre educação e evasão escolar de crianças e adolescentes na Cidade Estrutural, e elaborar o Plano de Ação ODS Agenda 2030 da RSE	1) Plano Estratégico ODS Agenda 2030 para catalisar as atividades e unir força no território da Cidade Estrutural/DF foi criar um Evento “aqui se faz” (Fórum) de projetos que são desenvolvidos no território, para que os atores possam articular melhor as políticas públicas e mais além conhecer os atores que atuam no território; e 2) Criar a Sala de cooperação Social de modo a monitorar e analisar os dados da Estrutural/DF. A partir do Curso de Especialização.

Fonte: Elaboração própria a partir da Oficina Diálogos Prospectivos, setembro, 2018.

O método PET foi desenvolvido com base no Planejamento Estratégico Situacional (PES), que tem como princípio a participação e a interação com enfoque multidisciplinar entre os diversos atores envolvidos para analisar a situação para desenvolver estratégias direcionadas para a ação. O método adquire seu formato estratégico a partir de três questões: *O que pode acontecer? O que posso fazer? Como vou fazer?* Tais questões são importantes para identificar os problemas, refletir sobre eles e selecionar os fatores mais críticos a partir da reflexão coletiva dos atores envolvidos, buscando-se a apropriação das informações para a construção de um plano de ação (quadro 2) (54).

Quadro 2 – Prospectiva Estratégica Territorial: momentos para a construção do plano de ação

1º Momento	2º Momento	3º Momento	4º Momento
Compreensão do fenômeno considera o todo, onde nada permanece igual: O que pode acontecer?	Variáveis são qualitativas (não necessariamente quantificáveis subjetivas, conhecidas ou ocultas)	Relações são dinâmicas, com estruturas em evolução	Atitude em relação ao futuro ativa e criativa (o futuro é construído)
i. análise da realidade ou de um problema para a compreensão do fenômeno; ii. seleção dos problemas (45 fatores críticos) relacionados às metas dos ODS da Agenda 2030; iii. 10 ODS; e iv. Cinco cenários.	Proposta de ação da RSE intervenções norteadas pelos fatores críticos e a seleção de 10 ODS da Agenda 2030.	i. viabilizar os elementos para a construção do Plano de Ação, para desenvolver uma agenda local com metas norteadas pelos ODS para monitorar os fatores críticos, ii. criar oportunidades para negociar projetos com outros atores que possam agregar para diminuir as incertezas locais; e iii. cenários que ordenarão as percepções sobre ambientes futuros alternativos sobre as quais as decisões atuais se fundamentarão.	Momento da ação (fatores críticos, cenários) para a instrumentalização do Plano de Ação orientado nas metas dos ODS da Agenda 2030

Fonte: Elaboração própria a partir da Oficina Diálogos Prospectivos, setembro, 2018.

As ações realizadas durante a oficina foram articuladas com foco na sistematização do plano de ação, resultante de uma reflexão coletiva para ser operacionalizado na Cidade Estrutural. Desta forma, foram selecionados 10 ODS que dialogam com a realidade local (figura 9), e 45 fatores críticos (quadro 3) que incidem nas condições de vida da população.

O enfoque territorial, portanto, é determinante para as ações de saúde coletiva. Um bom exemplo é a Agenda 2030, entendida como um plano de ação para estratégias globais de desenvolvimento sustentável pelo período de 15 anos, e os 17 ODS cujo êxito depende da melhor interação entre o Estado e a Sociedade (53).

Figura 9 – Os 10 ODS selecionados pela RSE



Fonte: (6).

Quadro 3 – Seleção dos Fatores Críticos

Fatores Críticos
Acesso a saneamento e higiene
Acesso a todos os níveis de educação e formação profissional
Acesso a espaços públicos
Adultos analfabetos
Alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano
Ambientes de trabalho seguros
Contaminação e poluição do ar, da água e do solo
Coordenação e coerência de políticas
Desnutrição
Direitos reprodutivos
Disponibilidade de dados de alta qualidade
Educação técnica, profissional e superior
Empreendedorismo, criatividade e inovação
Desemprego dos jovens
Epidemias
Experiências das estratégias de mobilização
Gestão da água e do saneamento
Gestão de resíduos
Desigualdade de gênero
Mortalidade materna
Mortalidade Neonatal
Parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem para o desenvolvimento sustentável
Parcerias públicas, público-privadas, privadas, e com sociedade civil
Participação plena e efetiva das mulheres
Pessoas que vivem na pobreza
Primeira infância, cuidados e educação pré-escolar
Programas e políticas para acabar com a pobreza
Promoção da cultura e dos produtos locais
Promoção de investimentos locais
Propriedade e controle sobre a terra
Relações entre áreas urbanas, periurbanas e rurais
Risco de Desastres
Saúde sexual e reprodutiva
Serviços de saúde e o acesso a medicamentos e vacinas
Serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social
Sistemas sustentáveis de produção de alimentos
Acesso a tecnologias ambientalmente sustentáveis
Trabalho infantil
Transportes públicos precários
Uso abusivo de drogas e álcool
Violência contra todas as mulheres e meninas
Mortalidade Infantil
Violência
Saúde mental
Igualdade Racial e étnica

Fonte: Elaboração própria a partir da Oficina Diálogos Prospectivos, setembro, 2018.

Assim, a capacidade de gestão/ação depende da inovação da organização (ator social) em mudar as regras do jogo para criar oportunidades, e maior qualidade na tarefa de governar.

Nessa concepção, reformar uma instituição em sua direção ou em seu sistema de planejamento consiste em repensar seus fluxos, estimar as deficiências de suas acumulações em relação aos novos fluxos, e verificar a necessidade de mudar as regras vigentes para torná-las consistentes com as acumulações requeridas (39).

3.4.2. (C) Capacidade de gestão/fazer: a cultura organizacional

A Rede Social da Estrutural (RSE) se constitui como um espaço de governança de caráter horizontal nas relações de intercâmbio e de interação entre os atores (locais, sociais e técnicos) que a compõem, em sua maioria, são do território, e que se reúnem mensalmente²³ para debater sobre os problemas locais e empreender ações em busca de soluções²⁴.

A atuação da RSE é voltada principalmente para as políticas de assistência e proteção social, o que se deve às características do território e à própria origem do movimento de ativação das redes sociais locais no DF, iniciativa da SEDEST no âmbito da implantação da versão local do Plano Brasil Sem Miséria, o Programa DF Sem Miséria. Grande parcela da população vive em situação de vulnerabilidade social, com renda per capita reduzida, baixo nível de escolaridade e proporção de crianças e adolescentes muito acima da média do DF.

Durante o período da realização desta pesquisa, observou-se que as questões mais debatidas nas reuniões foram relacionadas à infância e à adolescência, como a exploração do trabalho infantil, a saúde mental, e a evasão escolar, além das questões críticas relativas à população da Santa Luzia, como a questão fundiária, devido às constantes remoções, e as péssimas condições sanitárias. Esta última, um problema bastante complexo para a ação do poder público, dado a impossibilidade de investimentos em saneamento em territórios de ocupação irregular.

Outros temas são a violência – violência contra a mulher, violência sexual, e nas abordagens policiais –, e os relacionados ao combate à pobreza e à educação, como o da

²³ As reuniões mensais, ordinárias são realizadas às segundas terças feiras de cada mês. No início da pesquisa (maio de 2018) eram realizadas no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), quando a coordenação da RSE adotou como estratégia as reuniões itinerantes, e a partir de janeiro de 2019 passaram a ser realizadas em outros espaços (instituições públicas, associações e ONGs) do território.

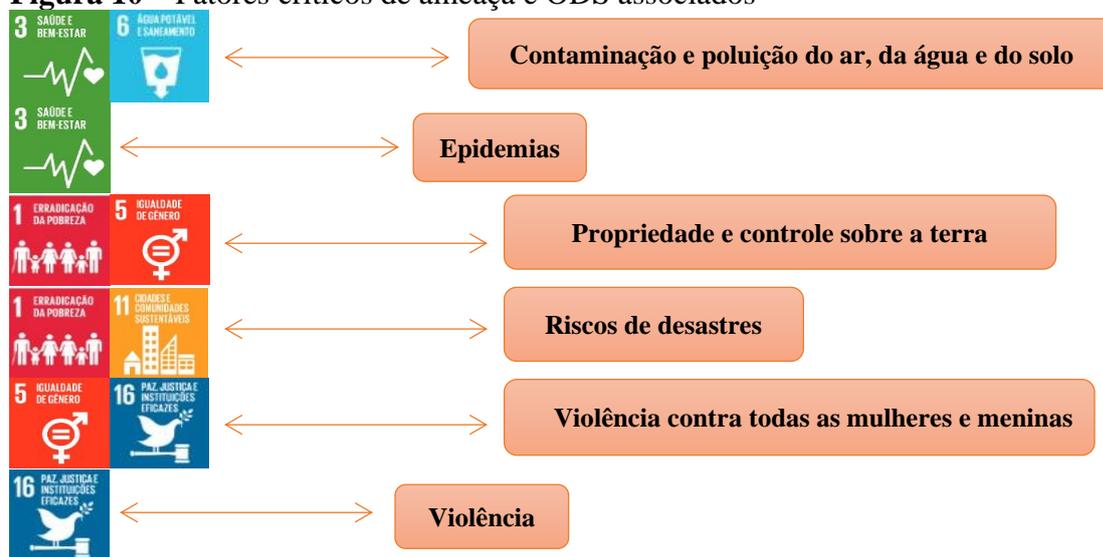
²⁴ As dinâmicas das reuniões se dão com apresentação de projeto ou de ações desenvolvidas por alguma instituição, seja de organizações não governamentais, associações ou de instituições públicas. Após as apresentações, abre-se o debate para discutir os problemas locais, e em seguida são definidos os encaminhamentos.

Educação de Jovens e Adultos (EJA), transporte escolar, e a evasão escolar nos diversos níveis educacionais. Os que receberam maior mobilização foram a saúde mental, com a demanda pela implantação de um Centro de Atenção Psicossocial – álcool e drogas (CAPS-ad) (ainda em curso) para tratar dos numerosos problemas de saúde mental, principalmente relacionados ao uso abusivo de álcool e drogas, e a falta d'água na Santa Luzia, que esteve presente em quase todas as reuniões.

As demandas percebidas são características e necessidades do território e dialogam com os ODS e com os fatores críticos selecionados contidos no plano. No entanto, o que pôde ser observado foi a desconexão dos temas tratados em reunião com o plano formulado.

A partir das demandas pautadas nas reuniões foi possível identificar a relação entre os fatores críticos, ODS aos problemas mais debatidos. Desta forma, os fatores críticos foram separados (ameaças, vulnerabilidades e resiliência), e associados aos ODS e aos problemas locais. ODS figuras (10 a 12).

Figura 10 – Fatores críticos de ameaça e ODS associados

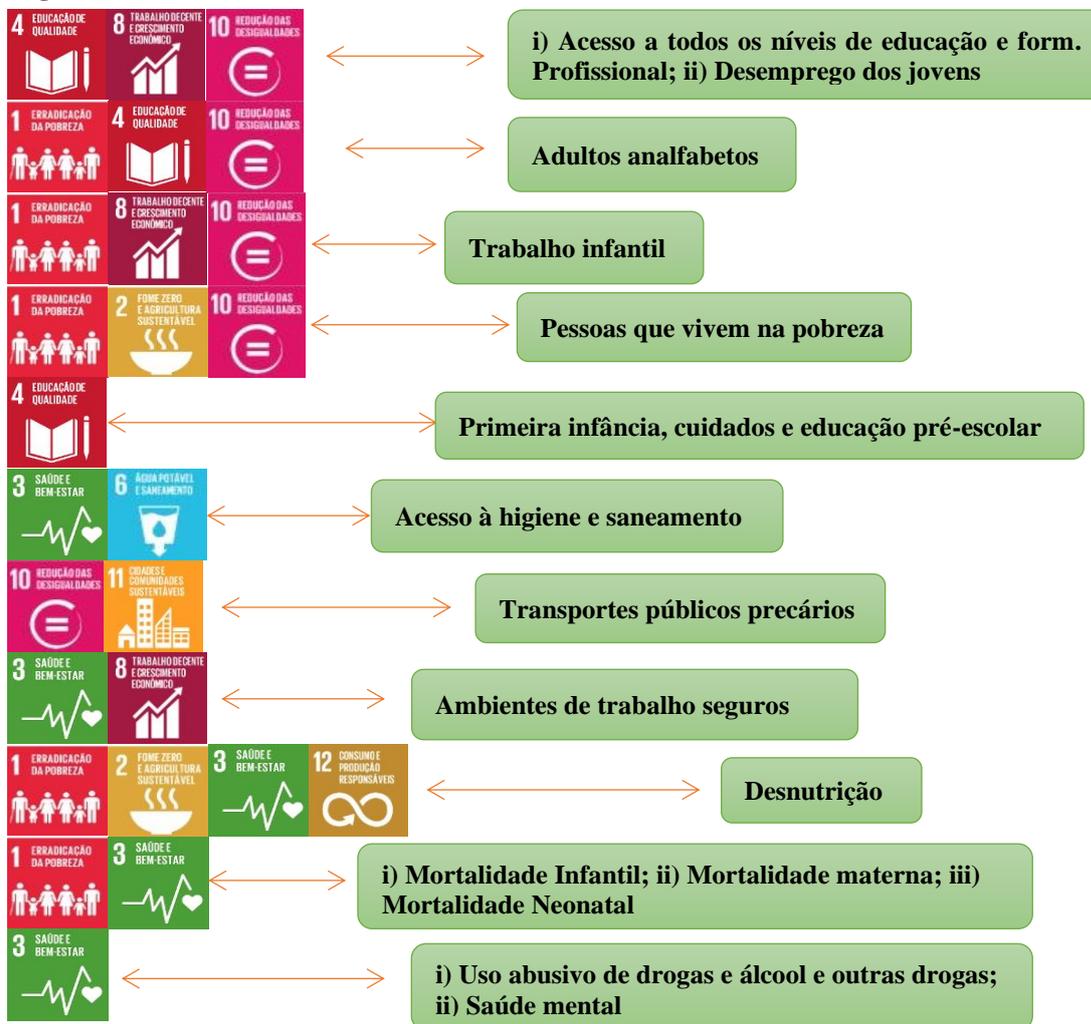


Fonte: Elaboração própria a partir da Oficina Diálogos Prospectivos, setembro, 2018.

No conjunto dos fatores de ameaça (figura 10) foram identificados dois fatores (violência, e violência contra a mulher – violência sexual) pautados nas reuniões e

relacionados aos ODS 3 (Saúde); ODS 1 (Erradicação da Pobreza); 5 (Igualdade de Gênero); 2 e ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

Figura 11 – Fatores críticos de vulnerabilidades e ODS associados



Fonte: Elaboração própria a partir da Oficina Diálogos Prospectivos, setembro, 2018.

A saúde mental, o uso abusivo de álcool e outras drogas, a exploração do trabalho infantil, a educação (EJA), relacionada a outro fator – adultos analfabetos, o acesso à higiene e saneamento, relacionado ao problema crônico da falta d’água na Santa Luzia, todos esses fatores relacionam-se concretamente com as demandas do território. Dentre esses, a saúde mental e o uso abusivo de álcool e outras drogas expressam a demanda pelo CAPS-ad.

Os fatores críticos de vulnerabilidades (figura 11) estão relacionados, aos ODS 1 (Pobreza), ODS 3 (Saúde); ODS 4 (Educação de Qualidade); ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico); e ODS 10 (Redução das desigualdades).

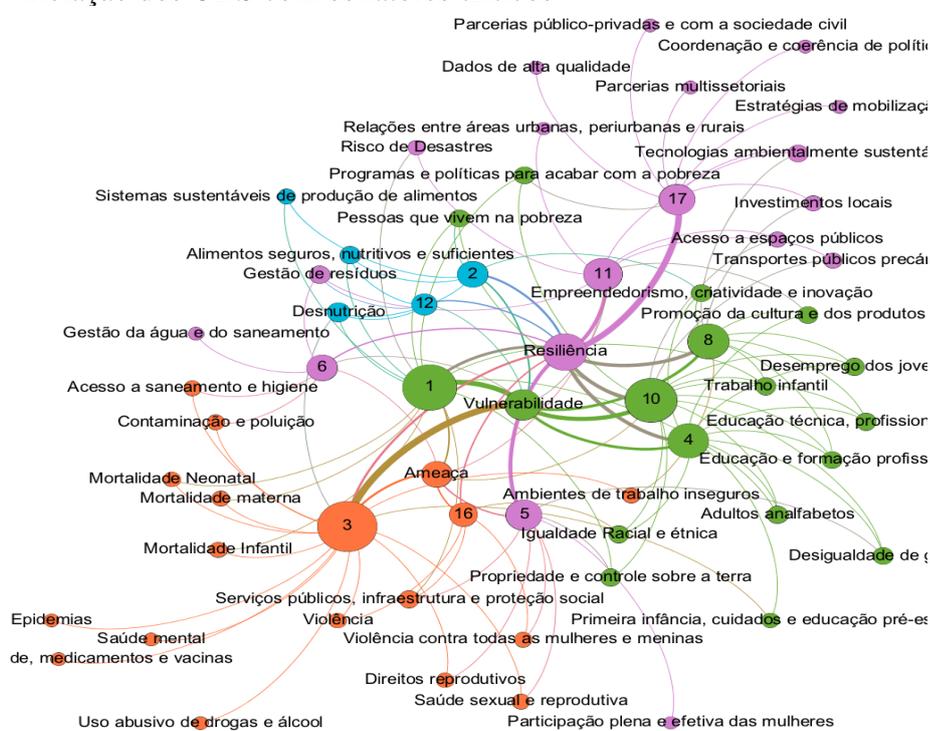
Figura 12 – Fatores críticos de resiliência e ODS associados



Fonte: Elaboração própria a partir da Oficina Diálogos Prospectivos, setembro, 2018.

Os fatores de resiliência (figura 12) estão relacionados às necessidades identificadas, decorrentes da ausência de políticas públicas e programas para a melhoria das condições de vida da população. Nesse sentido, para uma melhor compreensão sobre as dimensões dos problemas locais, analisou-se o grau de densidade entre os ODS e os fatores críticos do território buscando a relação entre eles, conforme apresenta o grafo (figura 13), dividido em duas classes: Densidade 1 – vulnerabilidades (D1), e Densidade 2 – resiliência (D2).

Figura 13 – Relação dos ODS com os fatores críticos



Fonte: Elaboração própria a partir da Oficina Diálogos Prospectiva. Setembro, 2018.

Observa-se que a Classe D1 – vulnerabilidade, apresenta o maior grau de densidade com os ODS 1 – Erradicação da Pobreza; ODS 3 – Saúde e Bem-estar; e com o ODS 10 – Redução das Desigualdades. A relação entre esses ODS e a classe D1 aponta a importância de investimentos em políticas públicas e programas sociais para reduzir a pobreza e as desigualdades e ampliar o acesso às ações e serviços públicos de saúde. A classe D2 – resiliência, tem forte relação com a classe D1- vulnerabilidade, e com maior grau de densidade em relação aos ODS 4 – Educação de Qualidade; ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico; ODS 10 – Redução das

Desigualdades; e ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação. Essa análise aponta para a necessidade de melhoria na educação em função do acesso e do analfabetismo, e as parcerias com instituições para o fomento de ações e programas para o trabalho e crescimento descente para o desenvolvimento local, principalmente, com a queda na economia com o fechamento do lixão.

A análise da correlação entre os fatores críticos e os ODS mostra a necessidade de ações como as pautadas na RSE, que foram elencadas no plano de ação para a execução no território.

O plano é uma ferramenta fundamental para orientar a coordenação das ações para o enfrentamento dos problemas, o que consiste na estruturação das relações, estabelecendo um canal de comunicação com um diálogo contínuo, de forma a garantir o envolvimento dos atores, o compromisso e a responsabilização para o alcance dos objetivos desejados (44).

A interação dos atores em rede é fundamental para estruturar uma base organizativa estável. Verificou-se que há grande rotatividade de atores na RSE. No período de 22 meses, 56% dos atores participaram de apenas uma reunião, e quase 80% de no máximo duas (tabela 2).

Tabela 2 – Participação dos atores nas 17 reuniões da RSE, por tipo de inserção

Nº de participações	Agente local	Ator Social	Ator Técnico	Total
Total	20	60	98	178
1 reunião	15	33	51	99
2 reuniões	2	16	23	41
3 a 4 reuniões	2	5	14	21
5 ou mais reuniões	1	6	10	17

Fonte: Organizado pela autora, a partir das listas de presença.

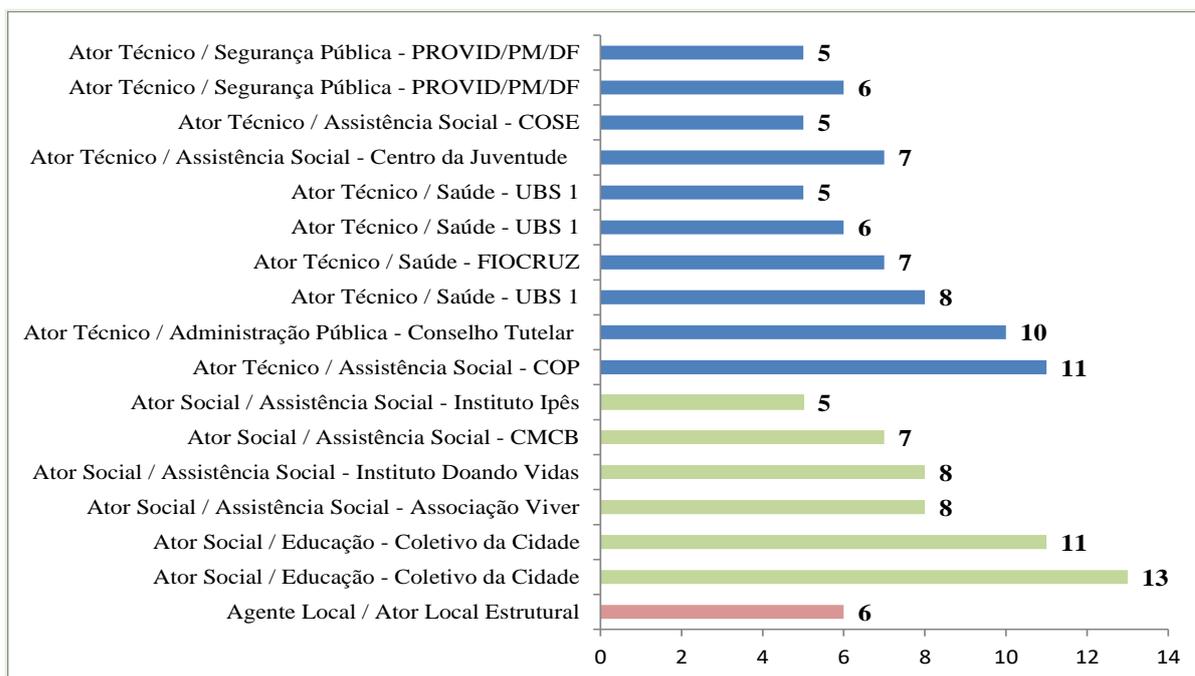
Um destaque importante é a reduzida presença de agentes locais, em especial de moradores da Santa Luzia, com participação em apenas quatro reuniões. Para analisar as características daqueles mais participam, foram destacados os atores com presença mais constante, em pelo menos cinco reuniões (gráfico 1). Verificou-se que, neste conjunto, predominam os atores técnicos das áreas de saúde e assistência social, e atores sociais das áreas de educação e assistência social. Apenas um agente local está neste conjunto. A tabela 3 apresenta o número de reuniões com participação de atores por instituição de que participam / trabalham, para mostrar as mais atuantes na RSE.

Tabela 3 – Participação de atores na RSE de mai/2018 a fev/2020

Atores	Nº de reuniões	% do total
Total de Reuniões	17	100%
Agentes Locais	13	76%
Ator Local Estrutural	12	71%
Ator Local Santa Luzia	2	12%
Atores Sociais (ONGs e Associações)	17	100%
Assistência Social	16	94%
Associação Viver	12	71%
Instituto Doando Vidas	8	47%
Cons. Mulheres Cristãs do Brasil	7	41%
Instituto Ipês	5	29%
Legião da Boa Vontade - LBV	4	24%
Tia Nair	2	12%
Uama/Recanto	2	12%
Gafard Plano Piloto	2	12%
Aconchego	1	6%
Creche Semeando Esperança	1	6%
Boa Ação	1	6%
Nossa Brasília	1	6%
Projeto Alvo Certo	1	6%
Fund. Assis Chateaubriand	1	6%
Economia solidária	5	29%
Aslavo/Cabeceira do Valo	2	12%
ASSOFEIRA	2	12%
Banco Comunitário da Estrutural	2	12%
Instituto B2	1	6%
Maria Costura	1	6%
Educação	17	100%
Coletivo da Cidade	17	100%
MECE	1	6%
Unesco/SESI	1	6%
UNIPLAN	1	6%
SINPRO/DF	1	6%
Ações comunitárias	5	29%
Cons. Comunit. da Estrutural	3	18%
Assoc. Morad. Quadra 12	2	12%
Outras	2	12%
INESC - Direitos Humanos	1	6%
Fundação MOOV - Educação	1	6%
ONG da Cidade Estrutural - Meio Ambiente	1	6%
Atores Técnicos	17	100%
Saúde	17	100%
UBS 1 e 2	13	76%
FIOCRUZ	16	94%
SES/DF	8	47%
HRGUr	7	41%
Assistência Social	13	76%
COP - Centro Olímpico e Paraolímpico	11	65%
CREAS - Centro Ref. Especializ. Assistência Social	7	41%
Centro da Juventude	8	47%
COSE - Centro de Convivência da Estrutural	8	47%
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social	6	35%
Administração Pública	14	82%
Conselho Tutelar	12	71%
ADM SCIA Estrutural	9	53%
Educação	5	29%
Centro de Ensino Fundamental - CEF 2	4	24%
Escola Classe - EC 2	4	24%
Segurança Pública	13	76%
PROVID/PM/DF	12	71%
PPCAAM-MPDFT	2	12%
Outras	4	24%

Fonte: Organizado pela autora, a partir das listas de presença.

Gráfico 1 – Atores com mais de cinco participações

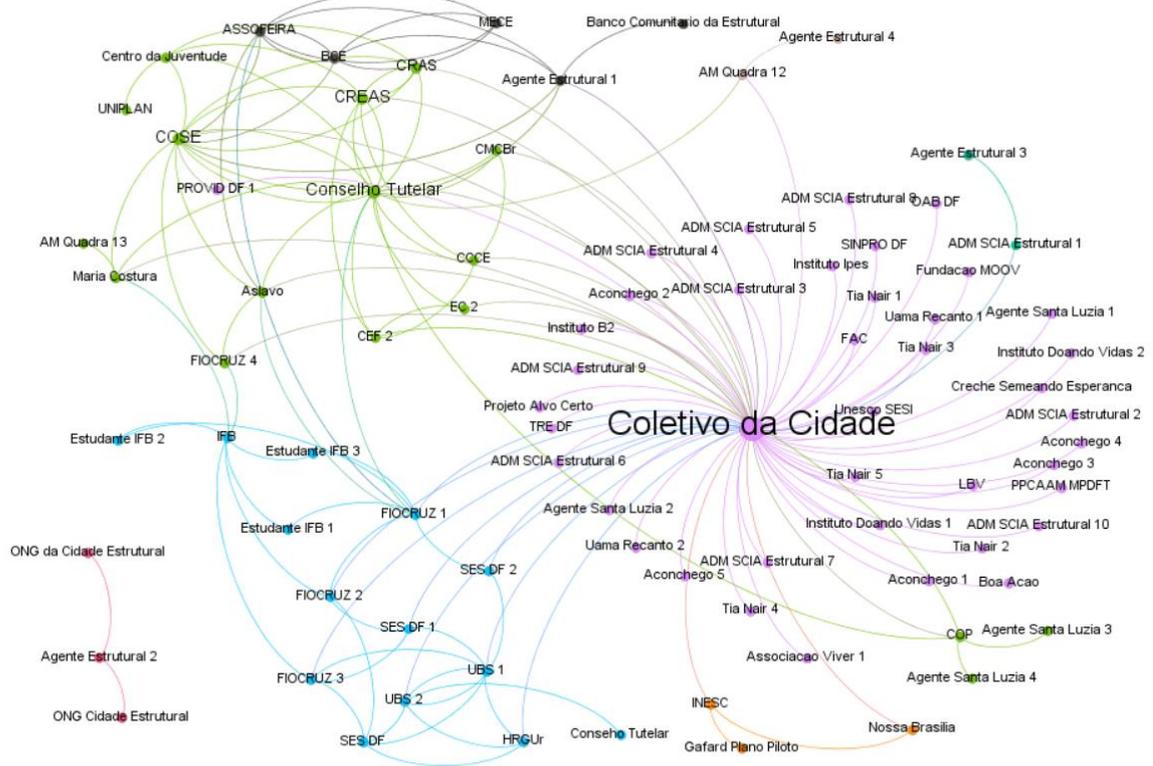


Fonte: Organizado pela autora, a partir das listas de presença.

A dinâmica de interação entre os atores da RSE segundo a percepção dos entrevistados foi representada em sociograma a partir da indicação dos atores considerados mais influentes na RSE. A partir das informações fornecidas pelos entrevistados entre outros atores da RSE, foi construído o sociograma que permitiu identificar aspectos relacionados ao padrão de interação e conexão entre os atores. Observa-se a dispersão entre os atores e a formação de duas redes de interação entre os técnicos da saúde e da assistência social com os poucos agentes locais, e uma posição central (figura 14).

A dispersão e a centralidade na RSE demonstram a dificuldade na mobilização dos atores, e a necessidade de criar estratégias de comunicação que promovam o envolvimento e a participação dos atores. A comunicação tem um papel fundamental nas redes de governança, sendo a base que sustenta o envolvimento dos atores e toda a dinâmica em redes (9) (55).

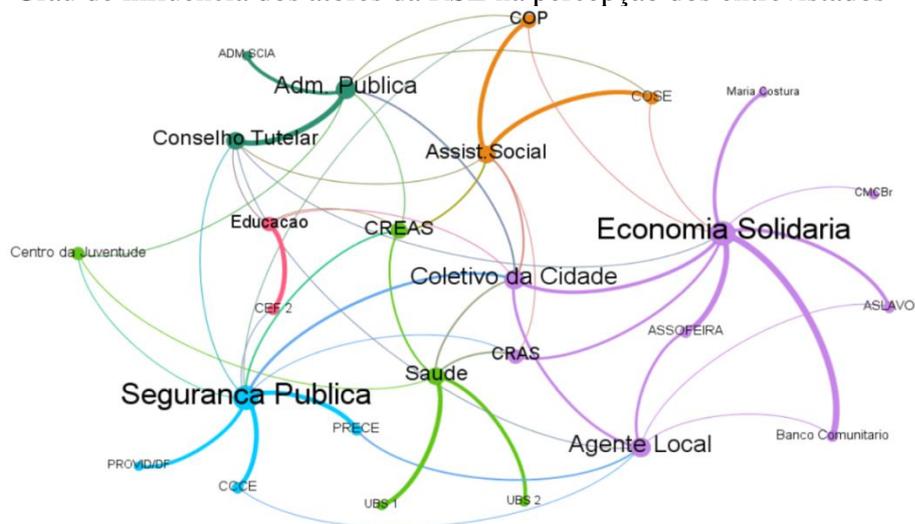
Figura 14 – A dinâmica de interação e relação entre os atores da RSE na percepção dos atores



Fonte: Elaboração própria a partir da percepção dos atores da RSE.

A figura 15 apresenta a percepção dos entrevistados quanto ao grau de influência dos atores da RSE, considerados chave, e podem agregar e desenvolver as ações do plano no território. Para melhor compreensão, os atores foram distribuídos por temáticas (Adm. Pública; Assist. Social; Agente Local; Economia Solidária; Educação; e Segurança Pública).

Figura 15 – Grau de influência dos atores da RSE na percepção dos entrevistados

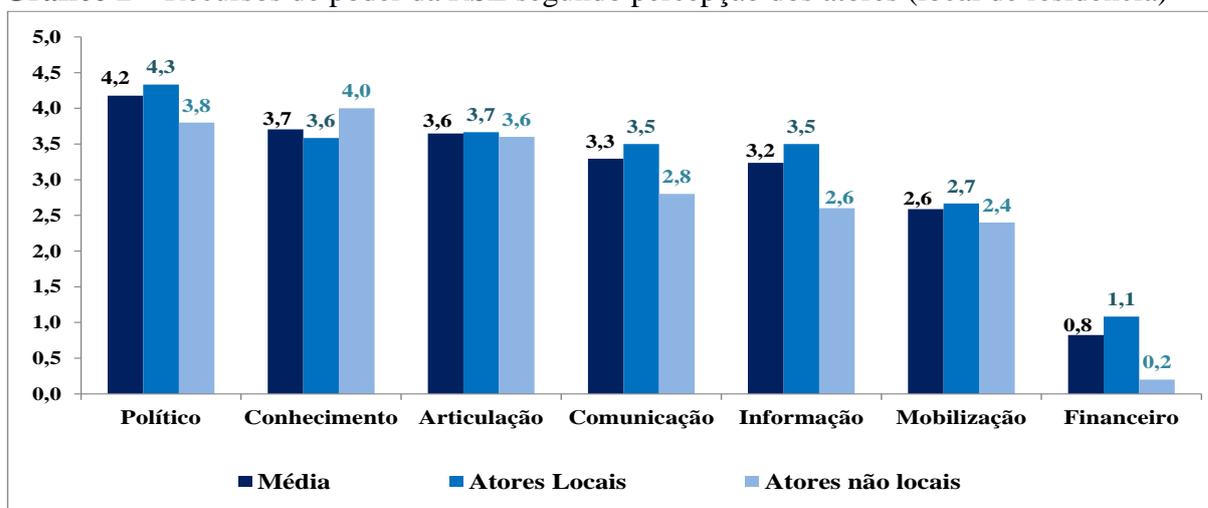


Fonte: Elaboração própria a partir da percepção dos atores da RSE.

Os atores indicados pelos entrevistados com potenciais recursos para fortalecer as ações no território foram: i. Banco Comunitário Estrutural (Economia Solidária); ii. CCCE, PRECE e PROVID (Segurança Pública); iii. Conselho Tutelar (Adm. Pública); iv. COP e COSE (Assistência Social); v. UBS 1 e 2 (Saúde); e vi. CEF 2 (Educação). Observou-se a importância de a RSE avaliar e equilibrar os seus recursos de poder dentro do seu espaço de produção, de visão estratégica e habilidade para negociar projetos com os outros atores que possam potencializar as ações locais, sendo estes requisitos da capacidade de gestão/fazer que geram maior governabilidade. Com relação aos recursos²⁵ mapeados, os entrevistados atribuíram valores, considerando os de maior valor o **político**, enquanto os menores foram **mobilização e financeiro**.

Na percepção dos atores locais, o recurso de maior valor da RSE é o político, enquanto para os demais é o de conhecimento. Os atores locais atribuíram maior valor para quase todos os recursos, com exceção de conhecimento, que teve maior valor para os atores não locais. Os demais recursos: político, informação, comunicação e financeiro, as médias dos atores locais são pelo menos 0,5 ponto percentual maior que a dos não locais, o que indica que os atores locais têm uma percepção positiva sobre o potencial da RSE (gráfico 2).

Gráfico 2 – Recursos de poder da RSE segundo percepção dos atores (local de residência)

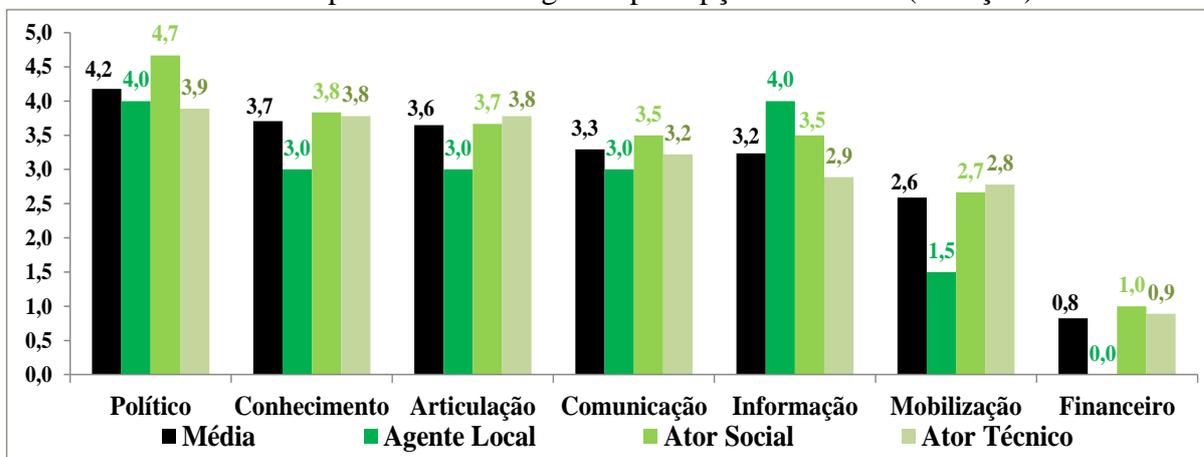


Fonte: Organizado pela autora, a partir das entrevistas.

²⁵ A partir dos recursos selecionados nesta pesquisa – i) conhecimento; ii) político; iii) mobilização; iv) comunicação; v) informação; vi) articulação; e vii) financeiro – os atores entrevistados atribuíram valores de 0 a 5.

Com relação à inserção dos atores, os agentes locais atribuíram valores inferiores em quase todos os recursos – financeiro, conhecimento, comunicação, articulação e mobilização. Os atores sociais e técnicos atribuíram mesmo valor (com margem de 0,1 ponto) para quatro tipos de recursos – conhecimento, articulação, mobilização e financeiro – enquanto para outros três os valores dos atores sociais são superiores às dos técnicos – político, comunicação e informação. Note-se que este último foi o único recurso no qual a maior média foi atribuída pelos agentes locais.

Gráfico 3 – Recursos de poder da RSE segundo percepção dos atores (inserção)



Fonte: Elaborado pela autora, a partir das entrevistas.

Os maiores valores foram atribuídos pelos atores locais, para os recursos político e de articulação. Por não possuir recursos financeiros, a RSE joga com os recursos disponíveis para viabilizar suas ações. Os recursos político e de conhecimento da RSE poderiam ser utilizados para mobilizar os atores e potencializar sua capacidade de gestão/ação, embora o recurso da mobilização seja considerado baixo. Esses recursos podem também ser potencializados com a utilização adequada de recursos tecnológicos para a inovação da RSE, fortalecendo a sua estrutura organizativa para que possa assumir compromissos, como o as ações do plano pactuado. A partir da percepção dos entrevistados, o gráfico 4 apresenta os fatores que mais impactam nas condições da vida da população no território.

Gráfico 4 – Fatores Críticos mais importantes na avaliação dos atores



Fonte: entrevistas com os atores da RSE.

A maior parte dos fatores selecionados pelos entrevistados são demandas discutidas nas reuniões da RSE, dentre os quais: **a violência, e a violência contra todas as mulheres e meninas; o uso abusivo de álcool e outras drogas; gestão da água e saneamento** (a falta d'água na Santa Luzia); **propriedade e controle sobre a terra** (relacionado às constantes remoções promovidas pelo poder público) **e a saúde mental (a demanda pelo CAPS-ad)**. Os temas mais emergenciais, principalmente referentes à parcela da população mais vulnerabilizada do território, a Santa Luzia, constam entre os fatores críticos selecionados e apontados como mais emergenciais.

3.4.3. (P) Projeto Local orientado pelos ODS da Agenda 2030

O projeto é o produto das ações materializadas em um propósito de fazer coletivo que se expressa pela definição de objetivo comum, fruto de um diálogo permanente, da interação e da cooperação. A comunicação é um elemento estratégico para gerar a cooperação, é o recurso que qualifica os demais recursos, o comprometimento e a responsabilização para executar um plano.

No entanto, o alcance desse vértice dependeria da incorporação e do compartilhamento do plano, mas não houve a intencionalidade coletiva, pois o compromisso pactuado não foi institucionalizado na RSE com o “ato da fala” para promover a mobilização ou debates que provocassem uma reflexão coletiva, negociações entre outros.

(...) entendimento mútuo é fruto do consentimento e da vontade de participar de um projeto coletivo construído pela conexão interativa motivada por um proferimento. Um acordo não é imposto às partes, é uma construção dialógica por atos de falas de pretensão de validade coletiva, um entendimento compartilhado da situação vivida (44).

A intencionalidade coletiva, é o que mobiliza a ação coordenada em cooperação para produzir fatos que resultem em uma ação social. Sem comunicação não há interação ou compartilhamento, não há produção de fatos, e nem “cálculo interativo” (9). O plano foi entregue à improvisação, conforme é colocado por Carlos Matus em entrevista a Huertas.

A facilidade de improvisação é óbvia. Qualquer um pode improvisar partindo de uma profissão universitária, de experiência e conhecimento prévio. A improvisação está ao alcance de todos, não requer treinamento ou conhecimento especial (56).

3.5. A PERCEPÇÃO DOS ATORES DA REDE SOCIAL DA ESTRUTURAL E DO ATOR CHAVE, OS ELEMENTOS DA PESQUISA

Neste tópico abordaremos as condições de vida e de trabalho, e os impactos causados com o fechamento do lixão, a partir das entrevistas de campo.

(...) Foi necessário o fechamento do lixão, não tinha mais condição de ter o lixão aqui, por “n” questões, das **ambientais** às questões **de saúde do ser humano**, porque não é mais possível que **no século XXI** as pessoas ainda tenham que trabalhar em condições tão **precárias de trabalho**, e chorar para

ter um emprego daquele. O governo teria que ter usado o dinheiro que foi mandado para a desativação do lixão e feito uma **desativação consciente e responsável**, em que esses catadores tivessem lugares decentes para trabalhar - e isso resolveria também **a questão de Brasília o lixão não é só da estrutural, ele é o lixão de Brasília** (Entrevista 1).

(...) muito difícil eu acho que o fechamento do lixão (...) era uma coisa **necessária sim**, mas afetou a **economia da cidade estrutural** porque muitas famílias trabalhavam ali constituíam aquele lixão e eles tinham uma renda até razoável e devido ao fechamento a economia dentro da cidade caiu e tem muitas famílias hoje **desempregadas**, mas ter outros rumos procurar dar outros rumos para aqueles catadores para aquelas pessoas que viviam sobreviviam tiravam a sua **subsistência do lixão**. Esse foi o grande problema do governo **não pensar no pós-fechamento** (Entrevista 9).

(...) Olha, eu acho que sim e não. Então assim, a gente fica dividido. Por quê? Sim, para o **desenvolvimento da cidade**, para melhoria da **questão da saúde**. E não devido à forma que foi o fechamento não foi feito de forma prudente. O impacto com o fechamento e o que ia causar na cidade - **desemprego**; na questão do comércio, muitos comércios fecharam; tinha muita gente que morava dentro do lixão e quando fechou o lixão, essas pessoas ficaram na rua sem ter para onde ir (Entrevista 15).

As entrevistas 1, 9 e 15 reconhecem que o fechamento do lixão foi uma medida necessária, considerando as diversas violações de direitos humanos, a precariedade e o risco do trabalho – decorrente de doenças e acidentes, muitas vezes levando à morte – exploração do trabalho infantil, entre outros, e criticam a forma que foi realizada a desativação pelo GDF, que anunciava haver um planejamento adequado para a realocação de todos os catadores em cooperativas de reciclagem, assim como o pagamento de uma compensação financeira. Apontam, ainda, que as medidas compensatórias adotadas pelo GDF foram insuficientes, o que, em paralelo à falta de programas e políticas sociais para solucionar os problemas sociais estruturais enfrentados pela população, agravou as condições de vida na Cidade Estrutural, tornando-a ainda mais vulnerável.

Por outro lado, as Entrevistas 9 e 15, acrescentam os impactos econômicos negativos na cidade, principalmente sobre o desemprego dos catadores que tinham as atividades no lixão a sua sobrevivência. Nesse aspecto, as falas das entrevistas apontam para fatores que estão intrinsecamente relacionados às condições de vida do território, conforme Buss e Filho,

(...) fatores relacionados a condições de vida e de trabalho, disponibilidade de alimentos e acesso a ambientes e serviços essenciais, como saúde e educação, indicando que as pessoas em desvantagem social correm um risco diferenciado, criado por condições habitacionais mais humildes, exposição a condições mais perigosas ou estressantes de trabalho e acesso menor aos serviços (57).

A respeito da estrutura e a capacidade da Rede Social da Estrutural (RSE), vejamos os seguintes trechos das entrevistas:

(...) **a Rede é importante, é um espaço onde você pode se abrir mesmo, fazer suas reclamações, suas denúncias**, eu acho que isso é importante, se você tem um espaço para reclamar do que não está legal, porque sempre vão ter reclamações, mas uma consideração que eu tenho a fazer (...) como tem esses **dois grupos que são muito atuantes a sociedade civil e o governo**, a Rede precisava ser mais **incisiva**. Tem muitas coisas que a Rede pode fazer porque tem **força para forçar** o Estado tem grupo para forçar o Estado e **não faz**. Eu acho que precisa disso que ela precisa ser mais **incisiva** (Entrevista 1).

(...) precisa melhorar envolver a comunidade da Santa Luzia nas reuniões da Rede e as lideranças locais porque de fato é notório que há uma divisão de lideranças locais e isso eu não acho legal (...) de fato, a rede, para que ela se torne **pontual, objetiva**, ela precisa se **organizar**, para que não **afaste as pessoas**, porque eu acredito que **por não ser tão objetiva** no intuito de fortalecimento das pessoas, acaba afastando algumas pessoas (Entrevista 4).

(...) eu só acho que a comunidade da **Santa Luzia tem que estar mais envolvida**. Isso pode melhorar porque estão todos os atores pensando em **conjunto montando estratégias**, então tem tudo para dar certo, **fluir, pensar coisas efetivas** para a cidade que realmente a cidade precisa (Entrevista 10).

As falas observadas nas Entrevistas 1, 4 e 10 reconhecem a importância da RSE no território como um espaço aberto para debater sobre os problemas e reclamações, o potencial da Rede Social da Estrutural (RSE) pela sua inserção sociotécnica (expressa pela Entrevista 1), assim como algumas críticas sobre a estrutura e a capacidade de atuação da RSE, tais como, tem “**força para forçar**”, tem “**grupo para forçar**” e “**não faz**”, e a necessidade de uma atuação mais “**incisiva**” e ter “**efetividade**”. Outra observação nas falas das Entrevistas 4 e 10, foi a importância de mobilizar mais a “comunidade”, e principalmente, a Santa Luzia nos debates nas reuniões da RSE, pois há uma necessidade de ter uma maior interação para “**pensar**”, “**fluir**” elaborar de forma cooperativa ações estratégias para uma

gestão com maior participação de todos, envolvendo a Santa Luzia para que essas ações se tornem “**pontual**”, “**efetiva**” e “**objetiva**”.

Assim, conforme análise das falas das três Entrevistas, de acordo com os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo, observa-se que os apontamentos se referem à capacidade de ação da RSE em executar suas ações de acordo com os seus recursos, considerando a sua potencialidade com a interação dos dois grupos, de atores sociais e técnicos, que compõe a RSE, mas a falta de organização dificulta a efetividade das ações.

A organização do trabalho, atores com funções e responsabilidades atribuídas para que não desistam da RSE. Direcionalidade, pontualidade e objetividade, conforme as falas das Entrevistas, ter uma agenda de compromissos, um plano com metas para orientar as ações.

Sobre as conquistas da Rede Social da Estrutural (RSE), destacamos:

(...) criação do centro olímpico, a escola infantil, **redução do trabalho infantil**, quebra-molas, contra turno no EJA, a pós-graduação da Fiocruz no IFB tudo isso são conquistas (Entrevista 3).

(...) na Estrutural então, a **saúde mental**, o impacto ambiental, a **violência contra a mulher**, **segurança pública**, **educação** é bem discutida eu acho que basicamente assim os que lideram mesmo as discussões são mais a assistência social (Entrevista 10).

(...) então, já tenho uma história de participação nas reuniões da rede social. A rede é muito importante, ela contribui para o fortalecimento das nossas políticas públicas em nível de território tanto na saúde mental, como na **educação**, como na **segurança pública** (...) então são muitas conquistas mais voltado para a área da educação, como a educação infantil, como eu já falei. Tem também da **assistência social**, da saúde, enfim eu acho que de certa forma mexe com todas as políticas (Entrevista 13).

As entrevistas 3, 10 e 13 evidenciam a importância e a contribuição da rede no território, elencando algumas conquistas referentes à instalação de equipamentos públicos e de infraestrutura urbana, e que consideram que tais conquistas tem relação com a atuação da RSE. Assim, os atores compreendem a RSE como um espaço de diálogo a partir de uma visão compartilhada e horizontal com técnicos, que contribuem para o fortalecimento das políticas públicas para a resolução dos problemas locais.

Dada as características do território e as condições socioeconômicas, o contexto da ativação da RSE no território condiciona os temas mais debatidos nas reuniões, que são voltados principalmente para a assistência social. Observa-se nas falas das Entrevistas, que os problemas de saúde mental são uma característica do território, principalmente os relacionados ao uso abusivo de álcool e drogas.

Com relação às conquistas mencionadas nas entrevistas 3 e 10 há, de fato, um destaque para as políticas de educação e assistência social, tendo sido citados o centro olímpico e paraolímpico, a primeira escola de ensino infantil da Estrutural, e a expansão do ensino de jovens e adultos, que contribuiu na redução do trabalho infantil. Outra conquista colocada foi a do curso de pós-graduação *latu sensu* da Fiocruz em parceria com o IFB da Estrutural, e da articulação com a RSE, sendo o primeiro curso de pós-graduação realizado na Cidade Estrutural.

Observa-se que os fatores citados com frequência foram a questão da violência – tanto a relacionada à (in)segurança pública, quanto a violência de gênero, fatores críticos que estão elencados no plano estratégico.

Os próximos trechos, dizem respeito à percepção dos entrevistados sobre relação e vínculo com o território:

(...) eu moro no território desde 1988, que foi a minha chegada; quando eu cheguei aqui na estrutural era só barraquinho todo de madeira onde eu construí meu barraquinho de madeira também (...) **era só poeira, não tinha água encanada, não tinha luz - era tudo escuro** - então a gente usava as velinhas para clarear o escuro. E durante esses anos todinhos, o meu serviço foi trabalhar no lixão como catadora no lixão (Entrevista 9).

(...) sou moradora estou aqui desde 1995; eu morava de aluguel na Ceilândia, e vim para **cá buscar trabalho e um espaço de moradia**, e quando eu cheguei aqui existia o lixão, toda essa questão (...) as pessoas estavam em torno, **buscando trabalho, viviam e sobreviviam do lixão**, ficávamos no espaço que é hoje a Cidade do Automóvel. (...) por questões ambientais, o governo não permitiu que a gente continuasse lá, e então fomos transferidos para a área mais próxima do lixão, que é onde eu estou até hoje, no Setor Leste. Trabalhei no lixão como catadora durante três anos, eu vi bebês mortos, eu vi pessoas perdendo a vida, as pessoas que sacrificaram as suas vidas (Entrevista 13).

(...) a minha relação com o território graças a deus é boa, cheguei há 10 anos morávamos no setor de oficina estrutural (...) quando eu cheguei havia um grande lixão, a cidade era simples. o pessoal **vinha de vários locais** para Brasília, pensando que a vida ia melhorar, eles foram se abrigar no lixão à **procura de trabalho para ajudar ou sustentar as suas famílias**. Ali não trazia sustentabilidade saudável nenhuma, muito pelo contrário, **lá causava muita doença, muitos danos à população, e muitas violações** (Entrevista 17).

As Entrevistas 9, 13 e 17, evidenciam o momento da chegada ao território e suas relações intrínsecas, onde o lixão se tornou a principal atividade econômica e de subsistência, além da moradia, é o lugar de produção e reprodução da vida. Construíram seus barracos, e desenvolviam suas atividades na coleta e separação de resíduos sólidos despejados diariamente no lixão. O ponto em comum na fala das Entrevistas são as histórias marcadas pela luta permanente pelo direito à moradia e por condições de vida dignas. Especificamente, as Entrevistas 9 e 13 são com ex-catadoras do lixão, que chegaram ao território em busca de oportunidade de trabalho e de moradia.

Embora a Entrevista número 17 não tenha uma relação direta com o trabalho no lixão, tem sua relação com o território, uma vez que a cidade foi construída nas raízes do lixão. O que há em comum entre as três Entrevistas: a história marcada pela luta permanente pelo direito à moradia e por condições de vida dignas. Assim, considera-se importante, no processo de territorialização, compreender as suas diferentes escalas no processo pelo qual as pessoas, grupos, organizações e instituições se fixam em um espaço, em um determinado tempo, e no qual organizam e estabelecem relações sociais que permitem criar identidade, vínculo e pertencimento ao lugar. Nesse sentido, as relações comunitárias fortalecem as relações de vizinhança e constroem processos de apoio social, principalmente em comunidades de baixa renda (17) (18).

Considerações dos atores referentes à dinâmica de atuação da Rede Social da Estrutural (RSE):

(...) eu vejo que ainda existe uma falha nessa questão da **Santa Luzia não participar das reuniões** eu acho que é importante esse envolvimento da

própria comunidade para falar. Precisamos disso porque nas nossas organizações ou instituições que nós **estamos representando é a nossa fala** (...) **para a rede funcionar melhor ainda**, acho que a participação da comunidade vai ser importante para isso (Entrevista 7).

(...) é muito **importante à atuação da rede no território.** Às vezes ela funciona de uma forma **que segrega bastante a Santa Luzia** em alguns problemas presentes aqui dentro da estrutural, falta muito à presença das pessoas da comunidade, que não são presentes dentro da rede. Às vezes, a **voz da comunidade não é muito ouvida** em relação aos órgãos do governo que estão presentes dentro da rede. Ela contribui, a atuação é boa, mas ainda **precisa melhorar bastante na questão de voltar mais para a comunidade** (Entrevista 8).

(...) conheço a rede, aqui foi constituída no ano de **2011**, ela sempre teve reuniões em rede com as instituições, ONGs e com as lideranças; **a comunidade participava mais naquela época.** Eu ainda participo de várias (...) mas a gente vê que **é de suma importância à rede**, ela consegue trazer as problemáticas que vão para essa reunião, e de lá são debatidas as demandas para você trazer um **retorno para a comunidade** (Entrevista 11).

As entrevistas 7, 8 e 11 evidenciam três falas distintas: a Rede constituiu-se com uma interação sociotécnica e sua importância em debater os problemas locais e na devolutiva para os agentes locais, a referência sobre um momento em que havia uma maior participação da “comunidade”, e a falta de participação e de representatividade da “comunidade” da Santa Luzia nas reuniões da Rede nos debates, conforme se apresentado na classe 2, que novamente nesta classe representa uma baixa capacidade com relação a um dos recursos que é base para o fortalecimento da Rede, a mobilização que consiste na participação para uma ação.

(...) toda ação depende da mobilização de um coletivo de atores em conjunto atuar em cooperação para o alcance de objetivo comum (...) recursos contam-se com poder político, conhecimento, capacidades organizacionais (...) o processo de produção social é uma rede de práticas humanas históricas por meio dos quais os seres humanos transformam em atores (...) nesse processo as pessoas atores são ao mesmo tempo produto e produtores (9).

As figuras 16 e 17 apresentam o mosaico de Nuvem de Palavras, que organiza as principais palavras destacadas nas entrevistas com os atores AR e ator chave AR, conforme explica Camargo e Justos.

A nuvem de palavras as agrupa e as organiza graficamente em função da sua frequência. É uma análise lexical mais simples, porém graficamente bastante interessante, na medida em que possibilita rápida identificação das palavras chave de um corpus (11).

Figura 16 – Mosaico de Nuvem de Palavras das 5 classes temáticas dos Atores da Rede (AR)



Fonte: Elaboração própria a partir do conteúdo das entrevistas realizadas na pesquisa

3.6. ATOR CHAVE (AC): O CONTEXTO DA ATIVAÇÃO DAS REDES SOCIAIS LOCAIS DO DF (RSLs-DF) E A HISTÓRIA REDE SOCIAL DA ESTRUTURAL (RSE)

A história da ativação de Redes Sociais no DF:

(...) **com a luta e militância das organizações sociais e movimentos sociais em São Sebastião eles começaram a ver a necessidade de individualizar os dados do seu território** então eu acho que isso foi extremamente importante e a partir daí começaram a provocar que houvesse reuniões (Entrevista 18).

(...) formaram um Fórum de Entidades Sociais e a partir desse Fórum começaram a perceber: a regional de ensino de São Sebastião era no Núcleo Bandeirante a regional da Assistência Social era no Paranoá **e não se tinham dados estatísticos da própria situação de São Sebastião** (Entrevista 18).

(...) Então essa ideia foi à **ideia matriz** para que depois nós pudéssemos então **espalhar**, e isso fez parte então do nosso **planejamento estratégico**, ainda em 2010. Eu lembro de um encontro que nós fizemos na imprensa nacional, se eu for recorrer a algum lugar eu devo ter ainda algum registro disso, que nós decidimos então com os movimentos sociais fazer essa pactuação de **disseminar a experiência de São Sebastião para outras regionais**. Começou em Samambaia, em Planaltina, **na Estrutural** a partir então da virada da gestão (Entrevista 18).

A Entrevista 18 discorre sobre a história do movimento de ativação das RSLs no DF, e de como surgiu a demanda dos movimentos populares, tendo como modelo a experiência de São Sebastião, que foi uma iniciativa da sociedade civil organizada que teve o intuito de romper com o modelo centralizado de gestão do DF. Explicou que a partir daí se organizaram e se constituíram em um Fórum de Entidades Sociais para mobilizar reuniões com atores sociais e técnicos para reivindicar a melhoria das políticas públicas, e principalmente, para o acompanhamento e monitoramento com o acesso a informações (dados estatísticos) de sua RA.

Assim, com a necessidade de se ter um modelo de governança nos territórios, pactuou-se com os movimentos populares a ativação das RSLs em outras RAs, como Samambaia, Planaltina, Cidade Estrutural, entre outras.

As redes são um espaço de legitimação das demandas da população junto ao poder público sob uma perspectiva intersetorial, na qual a característica de rede sociotécnica

estimula a interação entre agentes técnicos dos serviços públicos – saúde, educação, assistência social, trabalho – com atores sociais locais, possibilitando a construção de políticas voltadas para os problemas que, por definição, têm características intersetoriais e cujas propostas de solução são legitimadas pela participação da população local e pelo olhar multidisciplinar e intersetorial de resolução dos problemas.

A história da ativação da Rede Social da Estrutural (RSE):

(...) o papel da SEDEST então na Rede Social da Estrutural foi em 2011 quando ativamos a Rede Social da Estrutural foi organizar as demandas, pois inicialmente já juntava alguns gestores que eu também acho que foi uma diferença importante (...) sempre existiram movimentos sociais na Estrutural, mas a Rede não existia e nesse sentido como gestores do CRAS do CREAS e do COSE eram todos servidores de carreira não foi difícil para nós, e juntou mais a segurança alimentar que também ficava na SEDEST, que no caso foi a Francisca, em que pese não ser servidora pública, tinha compromisso, era da própria prefeitura comunitária da Estrutural (Entrevista 18).

(...) na Estrutural então nós conquistamos praticamente uns 10 a 12 grupos de mulheres, até que denunciasses ao governador dizendo que a SEDEST estava desenvolvendo massa crítica contra o Governo, mas o caminho era de aquisição de consciência crítica (Entrevista 18).

(...) Então a estratégia da SEDEST quando pensou em criar a rede social local em 2011, era justamente essa de potencializar o diálogo e a participação da sociedade civil e o conserto para que estabelecesse então quais eram as prioridades do território, porque quando tudo é prioridade, nada é feito, então precisava saber exatamente o que eram as ações prioritárias, e o atendimento de crianças e adolescentes no contraturno das escolas por essa rede de convivência foi colocada como uma principal prioridade, ao lado da necessidade de creches (Entrevista 18).

A Entrevista explicou que a Rede Social da Estrutural (RSE) deu um novo desenho ao encaminhamento das demandas da população, pois, embora existissem vários movimentos sociais na Estrutural, suas lutas eram muito fragmentadas. Assim, o entrevistado assinala que o papel da SEDEST era organizar as demandas locais, o que era bastante complexo à época, principalmente pelas questões relacionadas ao lixão, e considera que a Rede foi um diferencial importante, ao juntar os gestores dos serviços do CRAS, CREAS e COSE com a Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUBSAN), onde havia uma representante da Prefeitura Comunitária da Cidade Estrutural (PRECE) muito comprometida com as

questões locais. Assim, os agentes locais passam a influenciar as ações e projetos públicos, que ganham legitimidade a partir desse intercâmbio e acesso a distintos recursos de poder.

Foi ressaltada a importância da organização das demandas locais, que não devem ser tratadas de forma centralizada. Apontou algumas conquistas do território advindas da rede, e citou como a principal delas o desenvolvimento de uma consciência crítica por parte da população local. Em função do aumento da pressão por demandas mais concretas, em algumas ocasiões a ativação da RSE foi interpretada dentro da própria administração como formação de massa crítica contra o governo. As redes legitimam as demandas da população, contribuem com a gestão e definição de prioridades – ajudando na definição de prioridades para a ação pública.

As redes também são vistas como espaço de governança para empoderamento dos atores sociais, conforme apontam os trechos a seguir,

(...) naquele território além das ações que se potencializavam as redes sociais locais de fato lutavam para efetivação das políticas públicas, e as demandas foram fazendo com que alertassem o Estado, quais eram os equipamentos necessários. (Entrevista 18)

(...) política de Estado hoje eu não sei se está em execução, creio que não esteja justamente porque a gente acreditava que para fazer o fechamento do lixão da Estrutural você tinha que **dar uma perspectiva** de renda segura para aqueles que estavam naquela labuta. (Entrevista 18)

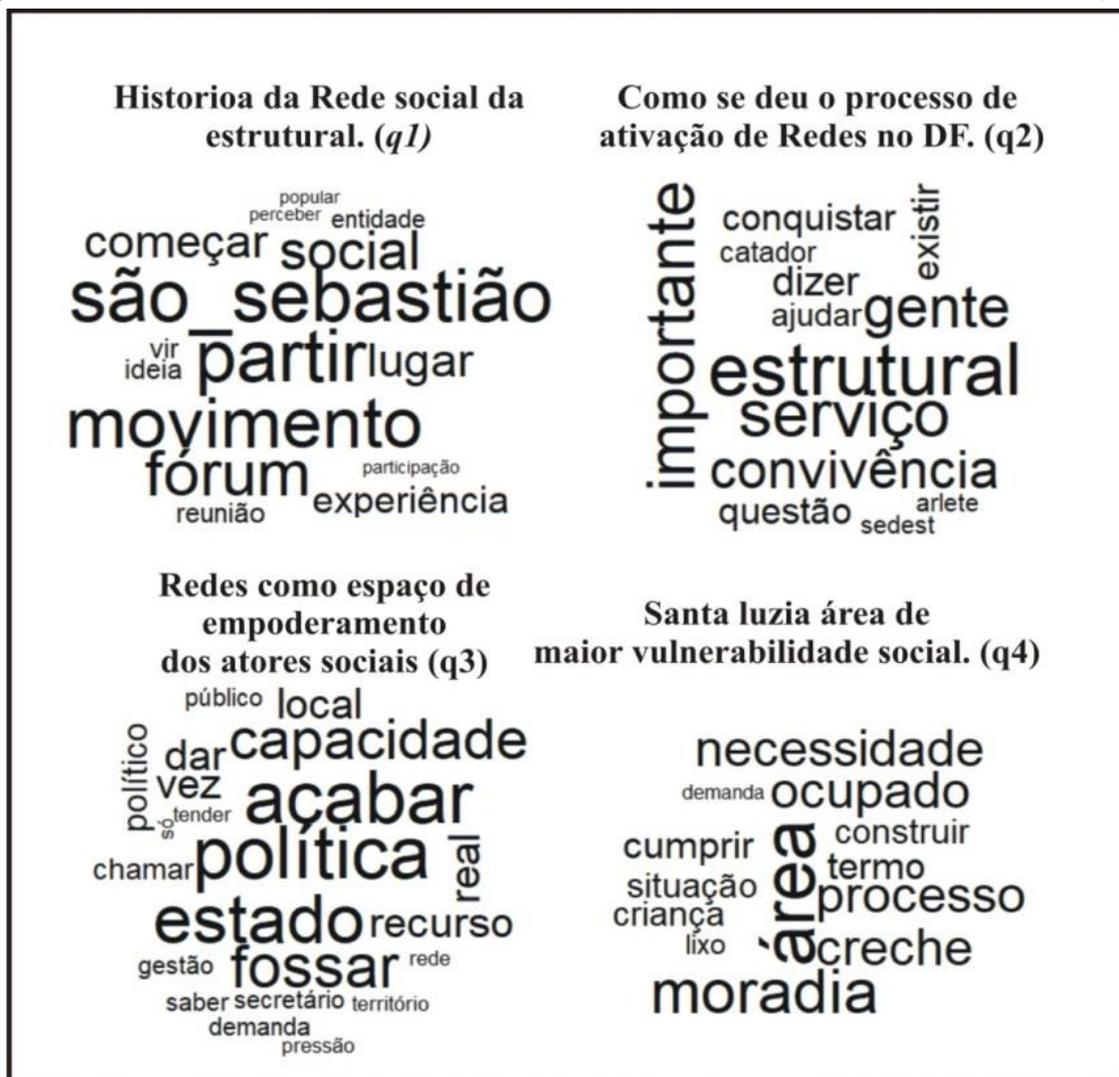
A entrevista aponta que as redes são, sem dúvida, espaços de governança fundamentais para o empoderamento dos atores sociais, que interagem por meio do compartilhamento de saberes e experiências, potencializando suas lutas para a efetivação de suas demandas, fortalecendo a governança e a efetivação das políticas públicas, e ativar a Rede Social da Estrutural foi fundamental, principalmente em função do contexto da época. E faz uma referência à época do lixão, como um fator condicionante sobre a situação atual, principalmente, a forma que foi realizada sem um planejamento, sem dar outra perspectiva de geração de renda gerou muitos impactos, como aumento do desemprego e da pobreza.

Acerca da área de maior vulnerabilidade da Cidade Estrutural, destaca-se o trecho a seguir:

(...) em termos de áreas vulneráveis que você me fala na Estrutural eu acho que ainda é o Santa Luzia a fronteira com a área de preservação ambiental com a **floresta nacional lá**. (...) e na verdade pega desde a parte de cima que já está completamente urbanizada tinha uma faixa de segurança que hoje não tem mais está ocupada essa faixa na verdade área de tamponamento 300 metros. Nós não conseguimos ter um equacionamento da demanda habitacional na estrutural, então eu acho que são questões que até hoje pesam (Entrevista 18).

O ator se refere à Santa Luzia como a área de maior vulnerabilidade dentro da Cidade Estrutural, cuja população vive em condições de extrema vulnerabilidade em função da precariedade de suas moradias e das péssimas condições sanitárias. O conflito fundiário que afeta a população que reside na área se intensifica a cada ano, por ser uma área de preservação ambiental próxima ao Parque Nacional de Brasília.

Figura 17 – Mosaico de Nuvem de Palavras das cinco classes temáticas do Ator Chave (AC)



Fonte: Elaboração própria a partir do conteúdo das entrevistas realizadas na pesquisa

4. INDICADORES TERRITORIALIZADOS DOS ODS: SUBSÍDIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PLANO DE INTELIGÊNCIA TERRITORIAL

A Agenda 2030 é um instrumento político pactuado globalmente que envolve as dimensões econômica, social e ambiental, e tem como princípio a redução das desigualdades sociais, da pobreza e da fome, considerando os impactos causados pelo processo de produção social, e reconhecendo na erradicação da pobreza o maior desafio para o desenvolvimento sustentável. Embora seja um pacto global, é constituído por objetivos e metas propositivas que são alcançáveis e adaptáveis ao âmbito local, e que podem contribuir para a redução das vulnerabilidades.

Os ODS são compostos por um conjunto de metas e indicadores que consideram diversos aspectos relativos aos fatores que impactam as condições de vida das populações e que decorrem de um sistema econômico excludente, reconhecendo-se que ninguém pode ser deixado para trás. Nessa perspectiva, os países associados à ONU se comprometeram a adotar políticas que busquem o desenvolvimento sustentável com erradicação da pobreza, e os países desenvolvidos se comprometem também a apoiar os países em desenvolvimento.

Como forma de contribuir para a montagem de um plano de inteligência com indicadores que possam subsidiar o acompanhamento sobre as condições de vida da população da Cidade Estrutural, foram analisados os 385 indicadores dos ODS adequados à realidade nacional²⁶ e buscadas fontes de informação em pesquisas e registros administrativos com dados desagregados por RA do DF.

²⁶ O processo de adequação das metas e indicadores globais para a realidade nacional passou a ser coordenado a partir de 2018 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que realizou 17 oficinas de trabalho – uma por ODS – com participação de 150 representantes de 80 órgãos do governo, que resultaram na publicação do relatório “ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, (IPEA, 2018) – que registra o resultado desse processo inicial de adequação das metas. Apesar de ainda ser um trabalho preliminar, pois o resultado das oficinas ainda deve ser validado pelos grupos de trabalho de cada ODS, é um primeiro norte para uma análise sobre a aplicabilidade dos indicadores.

É possível calcular indicadores dos ODS para a população da Cidade Estrutural, um território menor que um estado ou um município? Essa é a pergunta que se buscou responder como parte deste estudo de caso, a partir de uma análise dos indicadores adequados para o Brasil e suas fontes de informação. A proposta é construir um painel de indicadores que possa ser utilizado pela subsidiar as ações da RSE, com possibilidade de comparar com outros níveis territoriais, como as outras RAs, a média do DF, estados, regiões metropolitanas, municípios, ou até mesmo com bairros e comunidades das grandes cidades do país que tenham dados disponíveis e comparáveis.

Os indicadores nacionais dos ODS foram organizados e analisados quanto à sua aplicabilidade para a população da Cidade Estrutural, e podem subsidiar a construção de um plano de inteligência para a RSE, qualificando a tomada de decisões.

Os 45 fatores críticos foram relacionados a 10 ODS, conforme demonstrado na figura 6²⁷. A análise dos indicadores identificou mais três ODS que não foram selecionados anteriormente pelos atores, mas que estão relacionados às condições de vida da população da Cidade Estrutural: o 9 (indústria, inovação e infraestrutura), o 10 (redução das desigualdades) e o 12 (consumo e produção responsáveis), sendo que os dois primeiros têm indicadores. O grafo da figura 10 apresenta a interação dos 45 fatores críticos, classificados em três categorias – ameaça (laranja), vulnerabilidade (verde) e resiliência (roxa) – com os 13 ODS.

4.1. APLICABILIDADE DOS INDICADORES PARA A CIDADE ESTRUTURAL

As metas e indicadores de cada ODS, adequados à realidade nacional, foram organizados em planilha Excel e comparados com as metas e indicadores globais, tendo sido contabilizados 385 indicadores referentes a 109 das 169 metas globais. A tabela 4 apresenta a situação de cada ODS quanto ao número de metas e indicadores adequados à realidade nacional.

²⁷ ODS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 11, 16 e 17.

Tabela 4 – Número de Metas e Indicadores Nacionais por ODS

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Total de Metas	Metas com indicadores nacionais	Metas sem indicadores nacionais	Indicadores nacionais
Total	169	109	60	385
1 - Erradicação da pobreza	7	3	4	8
2 - Fome zero e agricultura sustentável	8	6	2	28
3 - Saúde e bem-estar	13	13	0	51
4 - Educação de qualidade	10	6	4	16
5 - Igualdade de gênero	9	9	0	39
6 - Água potável e saneamento	8	5	3	11
7 - Energia acessível e limpa	5	3	2	3
8 - Trabalho decente e crescimento econômico	12	10	2	15
9 - Indústria, inovação e infraestrutura	8	6	2	25
10 - Redução das desigualdades	10	5	5	18
11 - Cidades e comunidades sustentáveis	10	10	0	21
12 - Consumo e produção responsáveis	11	1	10	1
13 - Ação contra a mudança global do clima	5	2	3	9
14 - Vida na água	10	10	0	46
15 - Vida terrestre	12	6	6	19
16 - Paz, justiça e instituições eficazes	12	11	1	70
17 - Parcerias e meios de implementação	19	3	16	5

Fonte: Elaborado pela autora. Dados: (5)

Os 385 indicadores foram classificados conforme a disponibilidade de dados, a existência de metodologia de cálculo, e a aplicabilidade para o território da RA SCIA/Estrutural. A disponibilidade de dados foi buscada nas pesquisas e registros administrativos existentes em bases de dados públicas disponíveis na internet.

Dentre os 385 indicadores nacionais, 264 foram inicialmente descartados pelas seguintes razões:

- i) 156 indicadores são referentes a metas definidas para o país e que não se aplicam a níveis territoriais subnacionais;
- ii) 101 indicadores foram descartados por não se aplicarem a níveis territoriais inferiores a um estado ou um município ou por não serem relacionados às condições de vida da população de um território;
- iii) Seis indicadores não têm fontes de informação ou metodologia definida; e
- iv) Um indicador se aplica somente a países desenvolvidos.

Os demais 121 indicadores foram então classificados quanto à existência de dados desagregados disponíveis em formato que permita o cálculo para a Cidade Estrutural, tendo sido encontrados 68 indicadores com dados disponíveis. Os 53 indicadores restantes poderiam servir para avaliar aspectos relacionados às condições de vida da população, e não foram encontradas em pesquisas ou registros administrativos disponíveis de forma desagregada que permitam o cálculo para a Estrutural (tabela 5).

Tabela 5 – Metas e Indicadores Nacionais por ODS

Situação	Nº de Indicadores	% do total
Total	385	100,0
Dados disponíveis	68	17,7
Não pode ser desagregado para a Estrutural	53	13,8
Não se aplica ou não é possível calcular	264	68,6

Fonte: Elaborado pela autora. Dados: (5)

Os 68 indicadores têm dados disponíveis em seis fontes de informação:

- i. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios²⁸ (PDAD), da Codeplan/GDF: 32 indicadores;
- ii. Sala de Situação da Secretaria de Estado de Saúde do DF (SES-DF)²⁹: 24 indicadores disponíveis de diversas fontes de informação³⁰ desagregados por RA do DF;
- iii. Inep/MEC: quatro indicadores disponíveis por escola, sendo três do Censo Escolar e um da Prova Brasil.
- iv. Secretaria de Segurança Pública do DF (SSP-DF): seis indicadores de violência.
- v. Polícia Civil do DF: um indicador de violência.
- vi. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação: um indicador.

O resultado da análise da aplicabilidade dos indicadores por ODS é detalhada no anexo 1, em oito tabelas. Os anexos 1.1 a 1.6 apresentam a análise por indicador, organizados

²⁸ Dados disponíveis em <<http://www.codeplan.df.gov.br/pdad/>>.

²⁹ Dados disponíveis em <<http://www.saude.df.gov.br/sala-de-situacao/>>. A Sala de Situação, lançada em julho de 2018, é fruto de parceria da SES-DF com a Fiocruz Brasília, e conta com mapas, tabelas e gráficos constantemente atualizados. Segundo o site da SES-DF, os dados foram produzidos por meio de ferramentas livres de tecnologia de informação e comunicação (TIC), seguindo as diretrizes da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) e da Parceria para Governo Aberto (OGP).

³⁰ Do Ministério da Saúde: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc/SVS), Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/SVS), Sistema de Informações Hospitalares (SIH), Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), Sistema Nacional de Agravos de Notificação (Sinan/SVS). Do IBGE: Censo Demográfico.

da seguinte forma: anexo 1.1 – ODS 1 e 2; anexo 1.2 – ODS 3; anexo 1.3 – ODS 4 e 5; anexo 1.4 – ODS 6, 8 e 9; anexo 1.5 – ODS 10 e 11; anexo 1.6 – ODS 16. O anexo 1.7 apresenta os indicadores do ODS 17 – parcerias e meios de implementação – que tem 19 metas, das quais cinco estão relacionadas a aspectos fundamentais na proposição de políticas de desenvolvimento sustentável³¹, e o anexo 1.8 refere-se aos indicadores dos ODS 7, 12, 13, 14 e 15, inicialmente descartados por não conterem metas ou indicadores relacionados às condições de vida da população da Estrutural.

A seguir, apresenta-se a situação de cada ODS no que se refere à possibilidade de utilização dos indicadores nacionais para a Cidade Estrutural.

O ODS 1 – *Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares* – tem sete metas (anexo 1.1), das quais três (1.1, 1.2 e 1.3) tiveram indicadores nacionais definidos. As duas primeiras, relacionadas à redução da vulnerabilidade – erradicação da pobreza extrema e redução da pobreza – tem, cada uma, um indicador, ambos sobre o percentual da população abaixo de linhas de pobreza (1.1.1 e 1.2.1), e que podem ser calculados a partir dos microdados da PDAD. A meta 1.3, acesso a sistemas de proteção social, é relacionada à resiliência, e tem seis indicadores referentes ao acesso ao sistema de proteção social (previdência, benefício de prestação continuada, seguro-desemprego e bolsa família), dos quais três (1.3.1, 1.3.3 e 1.3.5) também podem ser calculados a partir da PDAD. O quadro 4 apresenta os cinco indicadores³² que podem ser calculados com dados da PDAD e os códigos das variáveis do questionário da pesquisa necessários para calcular cada um deles indicadores.

³¹ Aumentar a coerência das políticas (17.14), reforçar a parceria global (17.16), promover parcerias para mobilização de recursos nos âmbitos públicos, público-privados, privados e sociedade civil (17.17), apoio à desagregação de dados, integração, disponibilização e compartilhamento de registros administrativos e bases de dados (17.18) e desenvolver métricas sobre o progresso do desenvolvimento sustentável e apoiar o desenvolvimento de capacidades em estatística (17.19).

³² O ODS 1 tem oito indicadores nacionais definidos em Silva, Peliano e Chaves (2018) (5), dos quais sete tem como fonte de informação a PNADC/IBGE e um a PNS/IBGE.

Quadro 4 – Indicadores do ODS 1

 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA			
Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares: <i>Fatores: Pessoas que vivem na pobreza; Progr. e políticas p/ acabar c/ a pobreza; Propried. e controle sobre a terra; Risco de Desastres</i>			
Meta	Indicador adaptado para o Brasil	Fonte	Obs
1.1 - Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, medida como pessoas vivendo com menos de PPC\$ 3,20 per capita por dia	1.1.1 - Percentual da população abaixo da linha internacional de pobreza, por sexo, idade, cor ou raça e status de ocupação.	PDAD	Variáveis G16, G19, G20.1, G20.2, G20.3, G20.4
1.2 - Até 2030, reduzir à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza monetária e não monetária	1.2.1 - Percentual da população abaixo da linha de pobreza de 2011 PPC\$ 5,50 per capita por dia, por sexo, idade e cor ou raça.	PDAD	Variáveis G16, G19, G20.1, G20.2, G20.3, G20.4
1.3 - Assegurar para todos, em nível nacional, até 2030, o acesso ao sistema de proteção social, garantindo a cobertura integral dos pobres e das pessoas em situação de vulnerabilidade.	1.3.1 - Percentual da população com 65 anos ou mais que recebe benefícios previdenciários ou Benefício de Prest. Continuada, por sexo e cor ou raça.	PDAD	Variáveis G20.1, G20.2, G20.4 (idade: E05)
	1.3.3 - % da força de trabalho ocupada que contribui para a previdência social, por sexo, cor ou raça, faixa etária e posição na ocupação.	PDAD	Variáveis G12 (v = 1) / G05 (v = 1, 2, 3)
	1.3.5 - Percentual da população pobre (definida conforme a meta 1.1) coberta pelo Programa Bolsa Família, por sexo, cor ou raça e faixa etária.	PDAD	Variável G20.4

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados de (5).

A tabela 6 apresenta o resultado do cálculo de um indicador selecionado a partir dos microdados da PDAD. A Estrutural tem o segundo menor percentual de trabalhadores ocupados que contribuem com a previdência social, em torno de 60%, muito inferior à média do DF, de 75,5%.

Tabela 6 – Percentual de ocupados que contribuem para a previdência social (indicador 1.3.3) – PDAD 2018, média e % extremos

Região Administrativa	% ocupados que contribuem p/ a Previdência Social
Varjão	59,3
SCIA/Estrutural	60,5
Itapoã	61,1
Média DF	75,5
Park Way	81,7
Jardim Botânico	83,1
Lago Sul	83,8

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do PDAD 2018 (microdados).

O ODS 2 – Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável – tem oito metas (anexo 1.1), das quais três são metas para o país, três não se aplicam, e duas metas estão relacionadas aos DSS, a 2.1, *erradicar a fome e garantir alimentos seguros, culturalmente adequados, saudáveis e*

suficientes, e a 2.2, *erradicar as formas de má-nutrição, relacionadas à desnutrição e ao sobrepeso ou à obesidade*. Os dois indicadores da meta 2.1 são relacionados à utilização de agrotóxicos na produção de alimentos – número de casos de intoxicação (2.1.1) e consumo per capita de agrotóxicos (2.1.2). Já a meta 2.2 tem sete indicadores³³, nenhum deles com dados disponíveis para a Estrutural (anexo 1.1, coluna D), mas os indicadores 2.2.4, referente ao déficit de peso para crianças de até cinco anos de idade, e 2.2.7, percentual de adultos com excesso de peso, dois aspectos importantes do problema da má nutrição, poderiam ser monitorados localmente nos serviços de saúde de atenção primária.

O ODS 3 – *Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades* – tem 13 metas e 51 indicadores definidos para o Brasil (anexo 1.2). As metas 3.1 (mortalidade materna), 3.2 (mortalidade neonatal e na infância), 3.3 (epidemias) e 3.4 (doenças crônicas não transmissíveis e suicídio), são referentes a fatores de risco, e têm, em conjunto, 20 indicadores, dos quais 13 podem ser monitorados e calculados localmente com as seguintes informações, disponíveis na Sala de Situação da SES/DF³⁴: nascimentos³⁵, óbitos³⁶ e número de casos de algumas doenças notificadas ao MS³⁷, como AIDS, sífilis e dengue, por RA do DF. Os indicadores de taxas de incidência de algumas doenças que são medidos em nº de casos por 100 mil habitantes não devem ser calculados para a Cidade Estrutural, podendo nesses casos ser utilizado apenas o numerador do indicador³⁸. O quadro 5 apresenta os indicadores do ODS 3 que podem ser calculados para a Estrutural, todos obtidos na Sala de Situação da SES-DF. A coluna “detalhamento” apresenta a fonte primária da informação.

³³ A taxa de incidência de diabetes tipo II na população (2.2.3) tem como fonte o DATASUS, mas não foram encontrados dados mais recentes que 2013. Os indicadores 2.2.4 a 2.2.7 foram sugeridos pela Secretaria de Planejamento do Ministério da Fazenda (SEPLAN/MF), mas não foi definida a metodologia de cálculo. Os indicadores 2.2.4 – déficit de peso de 0 a 5 anos – e 2.2.7 – percentual de adultos com excesso de peso – não tem fonte de informação ou metodologia definida, mas poderiam ser coletados nos serviços de saúde de atenção básica locais.

³⁴ Dados disponíveis em <<https://salasit.saude.df.gov.br/>>.

³⁵ Sistema de Informações de Nascidos Vivos – Sinasc/SVS/MS.

³⁶ Sistema de Informações de Mortalidade – SIM/SVS/MS.

³⁷ Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN/SVS/MS.

³⁸ Sobre o cálculo de indicadores para grupos populacionais reduzidos, ver Mattos (2007), que analisou os indicadores municipais para o Pacto de Gestão do SUS, implementado a partir de 2007.

Quadro 5 – Indicadores do ODS 3

	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades: <i>Fatores: Contaminação e poluição do ar, da água e do solo; Direitos reprodutivos; Epidemias; Mort. materna; Mort. Neonatal; Saúde sexual e reprod.; Serv. saúde e acesso a medic. vacinas; Uso abusivo drogas e álcool; Mort. Infantil; Saúde mental</i>		
Meta	Indicador adaptado para o Brasil	Fonte	Detalhamento
3.1 - Até 2030, reduzir a razão de mortalidade materna para no máximo 30 mortes por 100.000 nascidos vivos.	3.1.1 - Razão de mortalidade materna	Sala Sit. SES-DF	Sim e Sinasc/MS
3.2 - Até 2030, enfrentar as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, objetivando reduzir a mortalidade neonatal para no máximo 5 por mil nascidos vivos e a mortalidade crianças menores de 5 anos para no máximo 8 por mil nascidos vivos	3.2.1 - Taxa de mortalidade neonatal	Sala Sit. SES-DF	Sim/MS
	3.2.2 - Taxa de mortalidade neonatal precoce	Sala Sit. SES-DF	Sim/MS
	3.2.3 - Taxa de mortalidade neonatal tardia	Sala Sit. SES-DF	Sim/MS
	3.2.4 - Taxa de mortalidade na infância (menores de 5 anos)	Sala Sit. SES-DF	Sim/MS
3.3 - Até 2030 acabar, como problema de saúde pública, com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária, hepatites virais, doenças negligenciadas, doenças transmitidas pela água, arboviroses transmitidas pelo aedes aegypti e outras doenças transmissíveis.	3.3.1 - Taxa de incidência de AIDS por 100 mil habitantes	Sala Sit. SES-DF	Sinan/MS
	3.3.2 - Taxa de incidência de sífilis congênita	Sala Sit. SES-DF	Sinan/MS
3.4 - Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, promover a saúde mental e o bem-estar, a saúde do trabalhador e da trabalhadora, e prevenir o suicídio	3.4.1 - Taxa de mortalidade por neoplasias entre adultos de 30 a 69 anos	Sala Sit. SES-DF	Sim/MS
	3.4.2 - Taxa de mortalidade por diabetes mellitus entre adultos de 30 a 69 anos	Sala Sit. SES-DF	Sim/MS
	3.4.3 - Taxa de mortalidade por doenças cardiovasculares entre adultos de 30 a 69 anos	Sala Sit. SES-DF	Sim/MS
	3.4.4 - Taxa de mortalidade por doenças respiratórias crônicas entre adultos 30-69 anos	Sala Sit. SES-DF	Sim/MS
	3.4.5 - Taxa de mortalidade por outras DCNT entre adultos de 30 a 69 anos	Sala Sit. SES-DF	Sim/MS
	3.4.6 - Taxa de mortalidade por lesões autoprovocadas intencionalmente	Sala Sit. SES-DF	Sim/MS
3.6 - Até 2030, reduzir pela metade as mortes e lesões por acidentes no trânsito.	3.6.1 - Taxa de mortalidade por acidentes de trânsito	Sala Sit. SES-DF	Sim/MS
	3.6.2 - Número de óbitos por acidentes de trânsito	Sala Sit. SES-DF	Sim/MS
3.7 - Até 2030, assegurar o acesso universal aos serv. e insumos de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planej. reprodutivo, à informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.	3.7.1 - Taxa de fecundidade na adolescência (10 a 14 anos, 15 a 19 anos)	Sala Sit. SES-DF	PNDS/MS

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados de (5).

A meta 3.5, sobre a prevenção do abuso de substâncias como o álcool e as drogas, tem seis indicadores, cujas fontes³⁹ não permitem a desagregação para a Estrutural. A meta 3.6 tem dois indicadores sobre a mortalidade por acidentes de trânsito com dados disponíveis na Sala de Situação, enquanto a meta 3.7, referente à saúde sexual e reprodutiva, tem três indicadores, dos quais o 3.7.1, taxa de fecundidade na adolescência, também pode ser obtido a partir de dados da Sala de Situação e dois, sobre métodos contraceptivos, que não podem ser desagregados para a Cidade Estrutural.

O ODS 4 – *Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos* – tem 10 metas (anexo 1.3), das quais seis tem 16 indicadores nacionais definidos. Foram identificados dez indicadores que podem ser calculados, sendo seis com dados da PDAD, e quatro com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP/MEC), referentes à Prova Brasil e Censo Escolar, por escola (quadro 6).

³⁹ Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) e Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel).

Quadro 6 – Indicadores do ODS 4

Meta	Indicador adaptado para o Brasil	Fonte	Detalhamento
4.1 - Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino fundam. e médio, equitativo e de qualidade, na idade adequada, assegurando oferta gratuita na rede pública e que conduza a result. de aprendiz. satisfatórios e relevantes.	4.1.1 - Percentual de jovens com 16 anos que concluíram o ensino fundamental, por sexo	PDAD	Variáveis F11 (sexo: E03; idade: E05)
	4.1.2 - % de estudantes que atingiram nível de proficiência X na Prova Brasil (matemática e língua portuguesa)	Inep / MEC	https://bit.ly/2B34tOL
4.2 - Até 2030, assegurar a todas as meninas e meninos o desenvolv. integral na primeira infância, acesso a cuidados e à educ. infantil de qualidade, de modo que estejam preparados p/ ensino fund.	4.2.2 - Taxas de frequência na creche (0 a 3 anos) e na pré-escola (4 a 5 anos), por sexo	PDAD	Variáveis F02 (sexo: E03; idade: E05)
4.4 - Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham as competências necessárias, sobretudo técnicas e profissionais, para o emprego, trabalho decente e empreendedorismo.	4.4.1 - % de jovens e adultos com formação profissional técnica de nível médio, p/ sexo e faixa etária	PDAD	Variáveis F11 (sexo: E03; idade: E05)
	4.4.2 - % jovens e adultos com formação em nível superior, por sexo e faixas etárias	PDAD	Variáveis F11 (sexo: E03; idade: E05)
4.6 - Até 2030, garantir que todos os jovens e adultos estejam alfabetizados, tendo adquirido os conhecimentos básicos em leitura, escrita e matemática.	4.6.1 - % de alfabetização da população de 15 anos ou mais, por sexo	PDAD	Variáveis F01 (sexo: E03; idade: E05)
	4.6.2 - % de alfabetização nas faixas etárias de 15 a 17 anos e de 18 a 24 anos, por sexo	PDAD	Variáveis F01 (sexo: E03; idade: E05)
4.c - Até 2030, assegurar que todos os professores da educação básica tenham formação específica na área de conhecimento em que atuam, promovendo a oferta de formação continuada, em regime de colaboração entre União, estados e municípios, inclusive por meio de cooperação internacional.	4.c.1 - % professores com pelo menos a formação em ensino médio que atuam em creches	Censo Escolar	https://bit.ly/2B34tOL
	4.c.2 – Proporção de professores com form. em nível superior que atuam na pré-escola	Censo Escolar	https://bit.ly/2B34tOL
	4.c.3 - Proporção de professores com formação em licenciatura que atuam no ensino fundamental	Censo Escolar	https://bit.ly/2B34tOL

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados de (5).

O ODS 5 – Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas – tem nove metas, sendo seis delas para o país, com 39 indicadores nacionais, dos quais apenas um não tem indicação de fonte de dados (casamento antes de 18 anos). Para os demais 38 indicadores foram identificadas como fontes de informação, 22 pesquisas ou banco de dados de registros administrativos diferentes; 24 dos 38 indicadores não se aplicam à Estrutural, sendo que 21 por serem metas nacionais.

Foram identificados 11 indicadores que podem ser calculados para a Estrutural com informações de três fontes diferentes: a secretaria de segurança pública do GDF, a PDAD e a Sala de Situação da SES-DF (quadro 7).

Quadro 7 – Indicadores do ODS 5

	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas: <i>Fatores: Direitos reprodutivos; Desigualdade de gênero; Participação plena e efetiva das mulheres; Propriedade e controle sobre a terra; Saúde sexual e reprodutiva; Serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social; Violência contra todas as mulheres e meninas</i>		
Meta	Indicador adaptado para o Brasil	Fonte	Detalhamento
5.2 - Eliminar todas as formas de violência de gênero nas esferas pública e privada, destacando a violência sexual, o tráfico de pessoas e os homicídios, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, defic., orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacion., em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.	5.2.2 - Taxa feminicídio – homicídios de mulheres > 15 anos assassinadas por razões gênero, por 100 mil mulheres	GDF – Secret. Secur. Pública	https://bit.ly/2B2ciUQ
5.4 - Eliminar a desigualdade na divisão sexual do trabalho remunerado e não remunerado, inclusive no trabalho doméstico e de cuidados, promovendo maior autonomia de todas as mulheres, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas, por meio de políticas públicas e da promoção da responsabilidade compartilhada dentro das famílias.	5.4.1 - Proporção de crianças que frequentam creche de 0-3 anos e educação infantil de 4 a 6 anos	PDAD	Variáveis F02 (idade: E05)
	5.4.2 – Prop. crianças e jovens matriculados na Educação Básica em tempo integral	PDAD	Variável F03
	5.4.3 - % das mulheres inativas de 18 a 60 anos por motivo de cuidados e afazeres domésticos	PDAD	Variáveis G18 (idade: E05)
	5.4.4 - % de jovens de 15 a 18 anos que não trabalham nem estudam e realizam + de 20 h de afazeres domésticos e cuidados	PDAD	Var. E05, F02, F14, G01, G02, G05, G18
5.6 - Promover, proteger e garantir a saúde sexual e reprodutiva, os direitos sexuais e reprodutivos, em consonância com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão, considerando as intersecções de gênero com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.	5.6.1 - Cobertura de consultas pré-natal: distrib. % de nasc. vivos segundo nº de consultas de pré-natal (0-3 e 4 ou mais)	Sala Sit. SES-DF	Sinasc
	5.6.2 - % partos cesáreos no total de partos hospitalares	Sala Sit. SES-DF	Sinasc
	5.6.3 – Nº hospitalização por complic. aborto por idade	Sala Sit. SES-DF	SIH/MS
	5.6.5 - Nº novos casos de HIV p/ 100 mil hab., por sexo e pop. alvo (mulheres grávidas, < 5 anos e 15 a 24 anos)	Sala Sit. SES-DF	Coord. DST / Aids / MS
	5.6.6 - Variação anual dos novos casos HIV seg. categ. exposição	Sala Sit. SES-DF	Sim/MS

Fonte: Elaboração própria, com base de dados de (5).

O ODS 6 – *Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos* – tem oito metas, sendo cinco delas para o país. As metas 6.1 e 6.2 têm cada uma dois indicadores que podem ser calculados para a Estrutural com dados da PDAD: o 6.1.1 – percentual da população com fonte de água segura; o 6.1.4 – percentual da população abastecida por solução alternativa por nível de renda; o 6.2.1 – percentual da população com instalações sanitárias seguras; e o 6.2.3 – percentual de esgoto coletado e tratado adequadamente. A meta 6.3, sobre a qualidade da água, redução da poluição e eliminação de despejos, não teve indicadores definidos (quadro 8).

Quadro 8 – Indicadores do ODS 6

 Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos: <i>Fatores:</i> Acesso a saneamento e higiene; Contaminação e poluição do ar, da água e do solo; Gestão da água e do saneamento			
Meta	Indicador adaptado - Brasil	Fonte	Detalhamento
6.1 - Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água para consumo humano, segura e acessível para todas e todos	6.1.1 - % da população que utiliza fontes de água segura	PDAD	Variáveis B14.1 a B14.6
	6.1.4 - % pop., total e por nível de renda, abastecida por sist.. ou solução alternativa de água	PDAD	Variáveis B14.1 a B14.6
6.2 - Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade	6.2.1 - Percentual da população que utiliza instalações sanitárias seguras	PDAD	Variável B13
	6.2.3 - Percentual de esgoto coletado e adequadamente tratado	PDAD	Variáveis B15.1 a B15.4

Fonte: Elaboração própria, com dados de (5).

O ODS 8 – *Promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos* – tem 12 metas, das quais duas tem indicadores com dados da PDAD que podem ser calculados para a Estrutural (quadro 9). Seis das metas, 8.5, 8.6, 8.7, 8.8, 8.9 e 8.10, têm um total de nove indicadores cuja metodologia e fontes de dados não permitem desagregação menor que o nível territorial dos estados.

Os outros cinco indicadores também têm como menor nível de desagregação os estados: 8.7.1 – trabalhadores resgatados em condições análogas à escravidão em relação ao número de estabelecimentos inspecionados; 8.8.1 – razão entre novas reclamações na justiça

trabalhista e trabalhadores ocupados; 8.10.1 – que mede o acesso a serviços bancários e financeiros.

Quadro 9 – Indicadores do ODS 8

 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos: <i>Fatores: Ambientes de trabalho inseguros; Empreendedorismo, criatividade e inovação; Desemprego dos jovens; Promoção da cultura e dos produtos locais; Acesso a tecnologias ambientalmente sustentáveis; Trabalho infantil</i>			
Meta	Indicador adaptado para o Brasil	Fonte	Detalhamento
8.6 - Alcançar uma redução de 3 pontos percentuais até 2020 e de 10 pontos percentuais até 2030 na proporção de jovens que não estejam ocupados, nem estudando ou em formação profissional.	8.6.1 - Proporção de jovens de 15 a 24 anos que não estejam ocupados, nem estudando	PDAD	Variáveis F02, F14, G01, G02, G05 (idade: E05)
	8.6.2 - Descontar da proporção acima os jovens de 15 a 17 anos só trabalhando	PDAD	Variáveis F02, F14, G01, G02, G05 (idade: E05)
8.8 - Reduzir o grau de descumprimento da legislação trabalhista, no que diz respeito ao registro, às cond. de trabalho, às normas de saúde e segurança no trabalho, com ênfase nos trabalhadores em sit. de vulnerabilidade	8.8.2 - Razão entre empregados sem carteira e total de empregados	PDAD	Variável G13

Fonte: Elaboração própria, com dados de (5).

Dois indicadores não podem ser desagregados para a Estrutural, o 8.5.1, taxa composta da subutilização da força de trabalho, cuja fonte é a PNAD Contínua, e o 8.7.1, total de trabalhadores resgatados de condição análoga à escravidão.

O ODS 9 – *Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação* – tem oito metas, das quais sete são metas para o país. A meta 9.c – *aumentar o acesso às tecnologias de informação e comunicação e oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet* – tem um indicador que pode ser calculado para a Estrutural com dados da PDAD, o 9.c.1, percentual de proprietários de smartphone (quadro 10).

Quadro 10 – Indicadores do ODS 9

 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação			
Meta	Indicador adaptado para o Brasil	Fonte	Detalhe
9.c - Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e empenhar-se para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet, até 2020, buscando garantir a qualidade, a privacidade, a proteção de dados e a segurança cibernética	9.c.1 - Percentual de proprietários de smartphone	PDAD	Variável C03.18 e C03.19

Fonte: Elaboração própria, com dados de (5).

O ODS 10 – *Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles* – tem 10 metas, das quais cinco delas tiveram 18 indicadores nacionais definidos. As metas e os indicadores são em sua grande maioria relacionados ao impacto de políticas públicas, aspectos macroeconômicos e questões referentes à cooperação internacional. Três metas podem ser relacionadas à população da Estrutural, mas somente a 10.4 – Reduzir desigualdades através da adoção de políticas fiscal, tributária, salarial e de proteção social – tem indicadores que podem ser calculados para a Estrutural, com dados da PDAD, o percentual de ocupações potencialmente precárias (10.4.1) e a proporção de pessoas que não contribuíam para a previdência social (quadro 11).

A meta 10.2 tem quatro indicadores, dos quais três poderiam ser calculados para a Estrutural se tivessem metodologia definida. Para o 10.2.1 e o 10.2.2 a proposta é acompanhar, por meio da PNADC, indicadores de renda média, taxa de ocupação, taxa de desemprego, cobertura da previdência, proporção de participação de programas sociais, escolaridade e condições dos domicílios. Outros ODS têm indicadores que abarcam esses aspectos de forma mais detalhada.

Quadro 11 – Indicadores do ODS 10

 Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles: <i>Fatores: acesso a todos os níveis de educação e formação profissional; Adultos analfabetos; Educação técnica, profissional e superior; Desemprego dos jovens; Pessoas que vivem na pobreza; Programas e políticas para acabar com a pobreza; Igualdade Racial e étnica</i>			
Meta	Indicador adaptado para o Brasil	Fonte	Detalhamento
10.4 - Reduzir desigualdades através da adoção de políticas fiscal, tributária, salarial e de proteção social.	10.4.1 - % de ocupações potencialmente precárias	PDAD	Variáveis G08 e G13
	10.4.2 - Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, que não contribuíam para a previdência social	PDAD	Variável G20 (idade: E05)

Fonte: Elaboração própria, com dados de (5).

As metas 10.5, 10.6, 10.7, 10.a, 10.b e 10.c são para o país, referentes ao comércio internacional e à regulamentação de fluxos financeiros de pessoas, portanto, não se aplicam à Estrutural.

Quadro 12 – Indicadores do ODS 11

 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis: <i>Fatores: Acesso a espaços públicos; Gestão de resíduos; Prom. cultura e prod. locais; Relações entre áreas urbanas, periurbanas e rurais; Risco de Desastres; Acesso tecn. ambient. sustentáveis; Transp. Públ. precários</i>			
Meta	Indicador adaptado para o Brasil	Fonte	Detalhamento
11.1 - Até 2030, garantir o acesso de todos a moradia digna, adequada e a preço acessível; aos serviços básicos e urbanizar os assentamentos precários de acordo com as metas assumidas no Plano Nacional de Habitação, com especial atenção para grupos em situação de vulnerabilidade	11.1.2 - Percentual de domicílios precários em relação ao total de domicílios	PDAD	Variáveis B01 e B08 a B19
	11.1.3 - Percentual da população residente em aglomerados subnormais em relação a população total	PDAD	Variáveis B01 e B08 a B19
11.2 - Até 2030, melhorar a segurança viária e o acesso à cidade por meio de sistemas de mobilidade urbana mais sustentáveis, inclusivos, eficientes e justos, priorizando o transporte público de massa e o transporte ativo, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, como aquelas com deficiência e com mobilidade reduzida, mulheres, crianças e pessoas idosas.	11.2.3 - Taxa de óbitos em acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Sala Sit. SES-DF	Sim/MS
11.5 - Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por desastres naturais de origem hidrometeorológica e climatológica, bem como diminuir substancialmente o número de pessoas residentes em áreas de risco e as perdas econômicas diretas causadas por esses desastres em relação ao produto interno bruto, com especial atenção na proteção de pessoas de baixa renda e em situação de vulnerabilidade.	11.5.1 - Percentual de domicílios (ou da população) em áreas de risco	GDF - Secretaria de Habitação	
11.7 - Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, e demais grupos em situação de vulnerabilidade	11.7.1 - % de pessoas residentes em domicílios cujo padrão urbanístico do entorno tem calçadas c/ rampas de acesso e áreas verdes nas faces de quadra dos domicílios	PDAD	Variáveis B18.1 a B18.4

Fonte: Elaboração própria, com dados de (5).

O ODS 11 – *Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis* – tem 10 metas, com 21 indicadores, dos quais cinco podem ser calculados para a Estrutural (quadro 12). Um é relacionado à segurança no trânsito (11.2.3) e os outros quatro relacionados às condições de moradia: domicílios precários (11.1.2), população em aglomerados subnormais (11.1.3), domicílios em áreas de risco (11.5.1) e padrão urbanístico do entorno da residência (11.7.1).

Quadro 13 – Indicadores do ODS 16

Meta	Indicador adaptado para o Brasil	Fonte	Detalhe
16.1 - Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas, em todos os lugares, inclusive com a redução de 1/3 das taxas de feminicídio e de homicídios de crianças, adolescentes, jovens, negros, indígenas, mulheres e LGBT.	16.1.2 - Taxa feminicídio p/ 100 mil mulheres	SSP-DF	https://bit.ly/2B2ciUQ
	16.1.3 - Proporção da população que foi vítima de estupro nos últimos 12 meses	SSP-DF	https://bit.ly/2yCdBJk
	16.1.4 - Proporção da população que foi vítima de roubo nos últimos 12 meses	SSP-DF	https://bit.ly/3ehGTfq
	16.1.5 - Proporção da população que foi vítima de discriminação (raça, gênero, homofobia, etc.) nos últimos 12 meses	SSP-DF	https://bit.ly/2X6cjQl
	16.1.8 - % da população que foi vítima de violência sexual nos últimos 12 meses	SSP-DF	https://bit.ly/2B2ciUQ
	16.1.9 - Taxa de óbitos por arma de fogo por 100 mil habitantes	Sala Sit. SES-DF	https://bit.ly/3ehH3U4
16.2 - Proteger todas as crianças e adolescentes do abuso, exploração, tráfico, tortura e outras formas de violência.	16.2.5 - % pessoas de 5 a 17 anos ocupadas, por sexo, cor ou raça e faixa etária	PDAD	Variáveis: G05 (idade: E05)
	16.2.6 – Nº crianças e adolescentes desaparecidos	Polícia Civil DF	https://bit.ly/2ZyqLCd
16.b - Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias e afirmativas	16.b.1 - Acesso da pop. de 18 a 24 anos às instit. de ensino superior, p/ sexo e raça/cor	PDAD	Variáveis: F07, F09, F10, F11 (idade: E05)
	16.b.2 - Taxa de escolarização líquida, por sexo, cor/raça e nível ensino	PDAD	Variável F07
	16.b.3 – Pop. ocupada c/ 16 anos ou mais, por sexo, cor/raça e setor de atividade	PDAD	Variável G05

Fonte: Elaboração própria, com dados de (5).

O ODS 16 – Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis – tem 12 metas, com 70 indicadores nacionais para 11 metas, mas nove delas são para o país (anexo 1.f). As metas 16.1, 16.2 e 16.b têm um total de 11 indicadores que podem ser calculados para a população da Estrutural de quatro fontes de informação: PDAD, Sala de Situação da SES-DF, SSP-DF e Polícia Civil do DF (quadro 13).

Em síntese, foram listados 68 indicadores de 10 ODS (quadros 7 a 16), que podem ser calculados para a Estrutural. As duas principais fontes de informação são a PDAD, com 32 indicadores e a Sala de Situação (SES-DF), com 24 indicadores. Esta seleção de indicadores pode subsidiar a ação da RSE com informações para o fortalecimento da governança local para a tomada de decisão, assim como para desenvolver estratégias para implementar ações orientadas nos ODS, criando oportunidades que fomentem o desenvolvimento local.

5. DISCUSSÃO E RESULTADOS

Os resultados da análise sobre a capacidade de gestão da RSE para operacionalizar o plano pactuado, revelaram fragilidades relacionadas à sua cultura/estrutura organizacional. A rotatividade dos atores dificulta a construção de uma base organizativa estável, influenciando o padrão de interação que se expressa na baixa capacidade de mobilização dos agentes locais, principalmente os da Santa Luzia.

A RSE é de dinâmica flexível, horizontal e aberta, característica das redes de governança, entretanto, os resultados apresentam alto grau de centralidade e dispersão entre os atores, o que demonstra a necessidade de implementar um modelo de gestão para fortalecer a governança e aumentar a capacidade de gestão. A formação de equipes com atribuições e tarefas é um caminho para gerar compromissos e corresponsabilidade.

Uma das dimensões do plano é o momento tático-operacional, da ação, e a sua operacionalização só ocorre se houver a intencionalidade coletiva, o compartilhamento e a construção de um planejamento com foco nos problemas prioritários, com ações articuladas e integradas a uma agenda para gerenciar o acompanhamento e os resultados. Por isso o Triângulo de Matus é tão importante, porque permite avaliar e acompanhar o desempenho do ator à luz dos recursos existentes ou que possam ser mobilizados, dando maior sustentabilidade e eficiência às ações do plano.

As ações da RSE ocorrem de acordo com as demandas pautadas nas reuniões, em regra, voltadas para soluções de curto prazo, sem planejamento e sem agenda. Na ação referente à demanda pela implantação do CAPS-ad, por exemplo, houve a intencionalidade, que gerou uma mobilização para uma ação coletiva, espontânea e imediata em torno de uma necessidade, mas que não foi planejada, e sim, improvisada.

O plano subsidiaria o acompanhamento das ações da RSE, e a formulação de uma agenda evitaria a improvisação, fazendo com que os atores desenvolvam as mesmas ações repetidamente sem avaliar seus impactos, e aumentando as incertezas.

As urgências nos distraem da planificação, mas o jogo da planificação a curto prazo pode, por sua vez, distrair-nos e cegar-nos quanto à reflexão sobre nosso lugar no mundo nos próximos quarenta anos. Quando essas perguntas surgem, ultrapassamos os limites da planificação estratégico-situacional como técnica de visão curta, para entrar no domínio da grande estratégia (36).

O que está sendo posto é uma análise crítica referente à improvisação da ação sobre um plano. “a improvisação é o meio mais fácil e oportuno para realizar uma ação” (55), por ser um método flexível e adaptável, não exigindo responsabilidades ou compromissos, já o plano requer um planejamento contínuo, uma ação cooperativa com monitoramento e a reavaliação das ações, além da habilidade na negociação com outros atores.

Para alcançar um acordo que possibilite a execução dos planos de ação dos diferentes atores, o ator tem de buscar entendimento sobre a situação no mundo objetivo. Mas não somente o mundo objetivo é representado pelo “ato da fala”, a representação dos fatos é apenas uma das várias funções do entendimento mútuo linguístico, as relações sociais também são produzidas ou reproduzidas em atos de fala para o mundo social, bem como para as referências individuais, manifestas na experiência de vida do ator – o mundo subjetivo (44).

Os diversos atores que participam da RSE possuem diversas capacidades e acumulações com forte atuação no território, como é o caso dos atores sociais (ONGs e associações) e dos técnicos (com mais presença das áreas de saúde e assistência social), realizam ações que contribuem para o desenvolvimento local, e que poderiam estar integradas para operacionalizar as ações do plano, como o Banco Comunitário Estrutural, ator mais apontado pelos entrevistados com maior influência no território, que atua no fomento à ações voltadas para a economia solidária, incentivando a autogestão e o microempreendedorismo, principalmente das mulheres, sendo uma necessidade fundamental em função dos impactos causados pelo fechamento do lixão.

A Agenda 2030 propõe também desafios relacionados à sua incorporação nas agendas governamentais e à participação social organizada para criar mecanismos de governança que tenham como foco os ODS. A análise sobre a capacidade da Rede Social da Estrutural (RSE) e a sua governança a partir da abordagem teórico-metodológica deste estudo, permitiu observar e compreender as diversas dinâmicas do território, a relação e a interação dos atores e o sentido de suas lutas, ancoradas e determinadas pela herança da desigualdade social, da pobreza, da invisibilidade, da exclusão social e o do descaso do poder público.

Ainda que todo esse processo tenha deixado marcas, causando impactos significativos, a população se organizou e desenvolveu seus próprios mecanismos de luta, realizando conquistas importantes, tais como, equipamentos públicos, infraestrutura, direito à moradia entre outros.

A RSE é de grande importância para os atores locais, é um espaço essencial para debates, reflexões e reivindicações das ações comunitárias, e tem um papel catalizador no território. A sua práxis em atuar em torno dos problemas emergenciais se deve ao contexto social de grande vulnerabilidade, onde praticamente todos os problemas são emergenciais, e, contudo, surgem dificuldades em priorizá-los, como é o caso da Santa Luzia, que se destaca, principalmente, por envolver um conjunto de questões estruturantes, debatidas nas reuniões da RSE, porém sem a participação da comunidade, o que seria fundamental para planejar e integrar as ações em conjunto.

Ainda que a RSE não tenha incorporado o plano com os ODS, observou-se que os atores locais, juntamente com os técnicos dos serviços públicos realizam ações que estão diretamente associadas aos fatores críticos relacionados às metas dos ODS da Agenda 2030, tornando-as um importante instrumento direcionador das estratégias para o desenvolvimento territorial.

O planejamento, assim como a inteligência, e o Triângulo de Governo de Matus, não são recursos de uso exclusivo de organizações públicas ou privadas, são atributos e atividades inerentemente humanas, estruturas mentais e adaptáveis a qualquer situação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As redes sociotécnicas são potentes dispositivos estratégicos de governança territorial, capazes de gerar respostas que incidem sobre os fatores que impactam as condições de vida da população nos territórios que o próprio Estado muitas vezes negligencia. Contudo, necessitam de inovação, como a incorporação de um modelo de gestão estratégica e de comunicação interativa com capacidade de gerar maior responsabilização para implementação do plano pactuado.

A transferência de conhecimentos por meio do interacionismo sociotécnico em redes contribui para o empoderamento social, permite a construção de projetos de comunicação comunitária que podem dar maior perenidade a formulações estratégicas que contribuem para o desenvolvimento saudável e sustentável do território. A Inteligência Cooperativa Territorial (ICT) permite acumular e disseminar conhecimentos a partir dos diversos saberes, olhares e perspectivas, aumentando a capacidade de interação e comunicação entre os atores. O uso de informações territoriais fortalece a governança local, pois a informação é a principal ferramenta que alimenta e orienta a ação.

A conversão das metas dos ODS da Agenda 2030 em fatores críticos associados ao território torna os ODS mais concretamente relacionados ao cotidiano das pessoas, podendo ser adequados e incorporados para a construção de uma agenda local, servindo para o acompanhamento das condições de vida nos territórios.

A aproximação dos ODS com o território pela tradução das metas em fatores críticos com a participação dos atores do território é um dos principais resultados desta pesquisa, proposta apresentada no capítulo quatro, de um conjunto de 68 indicadores relacionados a 13 ODS que podem ser desagregados para o território da Estrutural com base em pesquisas e registros administrativos disponíveis para as RAs do DF. A este conjunto inicial podem ser agregados outros indicadores destas e de outras fontes de informação,

incluindo dados produzidos no próprio território, para subsidiar a construção de um plano de inteligência para a RSE como elemento estruturante para o conhecimento da realidade local com a ICT.

Os ODS são um potente instrumento de luta e podem intervir e influenciar as políticas públicas, e não devem ser deixados de lado. Esta pesquisa evidenciou a sua importância ao identificar e propor a utilização de indicadores que podem compor o planejamento das ações, não somente da Rede Social da Estrutural (RSE), mas de todas as redes sociotécnicas locais do DF. Os ODS integrados aos indicadores e à produção do conhecimento local podem contribuir para a formulação de políticas públicas, espelhando-se nas necessidades dos territórios.

Nesse sentido, cabe ressaltar algumas questões consideradas fundamentais nesta pesquisa, que se coloca como reflexões. Primeiramente, a autonomia de produzir informações e sistematizar o conhecimento sobre o próprio território é um direito democrático e um direito de cidadania, pois sem informação não há ação, nem democracia.

A ICT é muito mais que uma ferramenta de coleta de dados, é uma metodologia de aprendizagem que propõe o uso pedagógico do território, com o potencial de promover saúde, elemento fundamental da vida. Pode-se afirmar que a produção do conhecimento é a produção da vida, e são esses territórios vivos que produzem cotidianamente fatos e informações relacionadas aos fatores dos determinantes sociais da saúde (DSS) nas dimensões social, econômica e cultural, permitindo, assim, projetar um sistema de acompanhamento das situações que ameaçam os modos de vida, colocando em risco a saúde das populações, e que possam, principalmente, subsidiar a construção de políticas públicas para a redução das vulnerabilidades sociais, proporcionando bem estar e melhores condições de vida.

A atual crise sanitária e humanitária causada pela pandemia evidenciou ainda mais as desigualdades sociais, acelerando mudanças sociais e tecnológicas que já estavam em

curso, e transformando rapidamente as relações de trabalho, de consumo, e de sociabilidade. Essas mudanças tendem a acelerar esse processo como decorrência da distribuição extremamente desigual no acesso às tecnologias.

Assim, diante dos argumentos apresentados, coloca-se a ICT como alternativa para aumentar a capacidade de resiliência, fortalecendo as populações no enfrentamento das forças de mercado que tendem a aumentar as desigualdades sociais impostas pelo capitalismo. Por isso, torna-se importante reforçar o poder local para enfrentar o contexto político e social adverso de desmonte das políticas sociais decorrente das políticas de austeridade adotadas nos últimos anos, que restringem os gastos com políticas sociais, transferindo renda dos pobres para os ricos, o que já vem causando retrocessos e impactos sociais severos.

A incorporação da Agenda 2030 pela sociedade civil e pelas redes sociotécnicas só fará sentido se houver intencionalidade coletiva para que as ações sociais sejam estruturantes no que se refere às políticas públicas, pois sem a intencionalidade coletiva não há cálculo interativo, ou impactos significativos, haverá apenas a reprodução das mesmas ações coletivas.

Assim, buscou-se responder às perguntas colocadas nesta pesquisa:

Em que medida a Rede Social da Estrutural pode influenciar as decisões sobre as políticas públicas, contribuindo para ações estruturantes nos espaços de governança?

Em que medida Rede Social da Estrutural pode contribuir para subsidiar a tomada de decisão dos atores, considerando as metas dos ODS da Agenda 2030 para a melhoria das condições de vida no território?

Em que medida as ações locais em redes podem contribuir para a implementação de políticas públicas em territórios vulnerabilizados?

A medida é o peso do desejo de mudança e da força coletiva, somada à vontade de querer fazer, de querer transformar. É a intencionalidade coletiva, que, conforme Carlos

Matus, quando formalizada e institucionalizada em torno de um pacto estruturante se transforma em um “cálculo interativo”, a cooperação, que dá sentido à ação social.

Por fim, espera-se que esta pesquisa possa contribuir para abrir outros campos a serem explorados dando maior amplitude ao tema da promoção da saúde para o desenvolvimento de território saudáveis e sustentáveis com a incorporação dos ODS da Agenda 2030, orientar a formulação de projetos locais que contem com a participação das comunidades e das redes sociotécnicas locais nas ações para o alcance de pactos estruturantes, sempre abertos a outros pactos em torno de políticas públicas com maior impacto social.

REFERÊNCIAS

1. Haesbaert R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004b.
2. Vieira FS, Benevides RPS. *Os impactos do Novo Regime Fiscal para o financiamento do Sistema Único de Saúde e para a efetivação do direito à saúde no Brasil*. Brasília: IPEA, 2016. (Nota Técnica, n. 28). [Acesso em 08/08/2019]. Disponível em <http://bit.ly/2DQmhe6>.
3. Dowbor L. *A Burrice no Poder*. In Lesbaupin I e Cruz M. (org.) *Novos Paradigmas para Outro Mundo Possível*. São Paulo, Usina Editora, Abong e Iser assessoria, 2019. [Acesso em 15 jan. 2020]. Disponível em <https://bit.ly/2RIXIXa>.
4. Codeplan (Companhia de Planejamento do Distrito Federal), Governo do Distrito Federal – GDF. SCIA / ESTRUTURAL, *Relatório da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios de 2018*. Brasília, Codeplan. [Acesso em 02/04/2019]. Disponível em <http://bit.ly/2vc97XX>
5. Silva ERA, Peliano AM, Chaves JV. (Orgs.). *Agenda 2030: ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: IPEA, 2018. [Acesso em: 10 nov. 2020]. Disponível em <https://bit.ly/2zb5za4>.
6. Organização das Nações Unidas. *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Nova Iorque, 25 a 27 de setembro de 2015. [Acesso em: 29/02/2020]. Disponível em <https://bit.ly/2ymL5eu>.
7. Fiocruz. Relatório Final – VIII Congresso Interno Fiocruz. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2018. [Acesso em 14 Fev. 2020]. [Acesso em 5.Set.2019]. Disponível em <https://bit.ly/2RFiYNF>.
8. de Souza Minayo, MC, de Souza ER, Constantino P, dos Santos NC. *Métodos, técnicas e relações em triangulação*. de Assis, S. G., & de Souza, E. R. (Eds.). Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. Scielo-Editora FIOCRUZ, 2005.
9. Matus C. *Teoria do jogo social*. São Paulo: Fundap; 2005. p. 272 – 281.
10. Bardin L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
11. Camargo B, Justo AM. (2013). *IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais*. Temas em Psicologia, 2013(2), 513-518. [Acesso em: 04/03/2020]. Disponível em <https://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-16>
12. Santos M. *A Natureza do Espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.
13. Santos M. *Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento*. Ciênc. saúde coletiva vol.8 no. 1. Rio de Janeiro 2003.
14. Faria RM, Bortolozzi, *Espaço, Território e Saúde: contribuições de Milton Santos para o Tema da Geografia da Saúde no Brasil*. Curitiba: Editora UFPR. R. RA E GA, n. 17, p. 31-41, 2009. [Acesso em 04/08/2020]. Disponível em <https://bit.ly/32TQZ39>.

15. Harvey D. *O Direito à Cidade*. Lutas Sociais, São Paulo, n. 29, p., jul./dez. 2012. Traduzido do original em inglês “The right to the city”, por Jair Pinheiro, professor da FFC/UNESP/Marília. p. 86.
16. Haesbaert R. *Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade*. Porto Alegre, set. 2004.
17. Monken M, Godim GMM. *Território: lugar onde a vida acontece*. In: BORSTEIN, V.J, et al. (Orgs.) *Curso de Aperfeiçoamento em Educação Popular em Saúde: textos de apoio*. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2016. [Acesso em: 20/06/2018]. Disponível em <https://bit.ly/2Tq9VVG>
18. Monken M. *Contexto, território e processo de territorialização de informações*. Desenvolvendo estratégias pedagógicas para educação profissional em vigilância em saúde. In: BARCELLOS, C. (Org.). *A geografia e o contexto dos problemas de saúde*. Rio de Janeiro: Abrasco, 2008.
19. Monken M e Barcelos C. *Vigilância em saúde e território utilizado: possibilidades teóricas e metodológicas*. Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 898-906, Junho 2005. [Acesso em: 07/05/2018]. Disponível em <http://bit.ly/332TLAm>
20. Pereira RR. *Território, Saúde e Ambiente: Novas formas de articulação*. Geografia - v. 18, n. 1, jan./jun. 2009 – Univ. Est. de Londrina, Dep. de Geociências. [Acesso em 18/08/2018]. Disponível em <http://bit.ly/2m2ply0>
21. Buss PM. *Promoção da saúde e qualidade de vida*. Ciência & Saúde Coletiva, 5(1): 163-177 2000. [Acesso em 12/08/2019]. Disponível em <http://bit.ly/2SRutCW>.
22. Adriano JR. et al. *A construção de cidades saudáveis: uma estratégia viável para a melhoria da qualidade de vida?* Ciência & Saúde Coletiva, 5(1): 53-62, 2000. [Acesso em 23/06/ 2018]. Disponível em <https://bit.ly/3e6Rz0f>
23. Guizardi LF. et al. *Participação da Comunidade em Espaços Públicos de Saúde: uma Análise das Conferências Nacionais de Saúde*. PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 14(1): 15- 39 2004. [Acesso em: 8/8/2019]. Disponível em <http://bit.ly/2Bm6hzi>
24. Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal; 1988.
25. Organização Mundial da Saúde. *Carta de Ottawa*. Ottawa: 1986. [Acesso em 7 de agosto de 2019. [Acesso em: 23/06/ 2018]. Disponível em <http://bit.ly/2kZqdmK>
26. Teixeira CF. *Formulação e implementação de políticas públicas saudáveis: desafios para o planejamento e gestão das ações de promoção da saúde nas cidades*. Saúde e Sociedade v.13, n.1, p.37-46, jan-abr 2004. [Acesso em: 23/06/ 2018]. Disponível em <https://bit.ly/2zl0wEn>
27. Buss PM, et al. *Saúde na Agenda de Desenvolvimento pós-2015 das Nações Unidas*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 30 (12): 2555-2570. [Acesso em 03/12/2014]. Disponível em <https://bit.ly/2OWHWGS>

28. Gallo E, Setti AFF. *Território, intersectorialidade e escalas: requisitos para a efetividade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. 2014; p. 4384. [Acesso em: 23/06/2018]. Disponível em <https://bit.ly/3jItBva>
29. Dowbor L. *Políticas para o desenvolvimento local*. In Dowbor L, Pochmann, M. (Org.) Editora Fundação Perseu Abramo – SP, 2010. P. 65. [Acesso em 28/03/2019]. Disponível em <http://bit.ly/3dTPesE>.
30. Machado JMH. *et al. Territórios Saudáveis e Sustentáveis: contribuição para a saúde coletiva, desenvolvimento sustentável e governança territorial*. Brasília. Com. Ciências Saúde. 2017; 28(2): 243-249. [Acesso em: 08/09/2018]. Disponível em <http://bit.ly/2IryjNu> p. 246.
31. Santos M. *Espaço do Cidadão*. São Paulo: Edusp, 1987. [Acesso em: 23/06/2019]. Disponível em <http://bit.ly/2kzgiV0> p. 133-134.
32. Santos M. *Geografia e planejamento: o uso do território – geopolítica*. Revista Eletrônica: Tempo – Técnica – Território, v. 2, n. 2. 2011. P.1: 49 ISSN: 2177-4366. p. 7.
33. Moysés ST, e Franco de Sá, R. *Planos locais de promoção da saúde: intersectorialidade(s) construída(s) no território*. Ciência & saúde coletiva, 19, 4323-4330, 2014.
34. Dowbor L. *Democracia Econômica: Alternativas de Gestão Social*. Petrópolis/RJ, Ed. Vozes, 2008. p. 11-17.
35. Sá MC, Pepe VLE. *Planejamento estratégico*. In: Rozenfeld S. org. Fundamentos da Vigilância Sanitária [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000, [Acesso em: 07/05/2019]. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>.
36. Matus C. *Fundamentos da planificação situacional*. In: RIVERA, F. Javier Uribe (org.). Planejamento e programação em saúde: um enfoque estratégico. São Paulo: Cortez, p. 105-176, 1989.
37. Artmann E. *O Planejamento Estratégico Situacional No Nível Local: um instrumento a favor da visão multisectorial*. COPPE/UFRJ. Oficina social nº 3: desenvolvimento social, 2000. 25p. [Acesso em: 20/08/2019]. Disponível em <https://bit.ly/2yx189D> p.12.
38. Matus C. *Adeus, Senhor Presidente: Governantes e Governados*. Tradução: Luís Felipe Rodriguez Del Riego. São Paulo: Fundap, 1996. p. 317 - p. 42.
39. Fleury S. *Gestão de redes: a estratégia de regionalização da política de saúde*. Editora FGV, 2019. p. 1- 4.
40. Feenberg A. *Entre a razão e a experiência*. Ensaio sobre a tecnologia e a modernidade. 2017. MIT Portugal INOVATEC; p. 38.
41. Dowbor L. *A Reprodução Social – Propostas para uma Gestão Descentralizada*. São Paulo, Editora Vozes, 2002. [Acesso em 06/10/2019]. Disponível em <http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2013/09/repro-98.doc> p. 218.

42. Girardot Jean-Jacques. *Intelligence Territoriale et participation*. Revue Informations, Savoirs, Décisions, Médiations, nº 16, Article nº 163. 2004. [Acesso em: 18/02/2020]. Disponível em <http://isd.m.univ-tln.fr>
43. Lèvy P. *Inteligencia Colectiva: por una antropología del ciberespacio*. La versión original de este documento fue publicado en francés bajo el título: L'Intelligence collective: Pour une anthropologie du cyberspace, Editeur: La Découverte (Essais), ISBN: 2707126934. Unidad de Promoción y Desarrollo de la Investigación de la Organización Panamericana de la Salud. [Acesso em: 26/05/2020]. Disponível em <https://bit.ly/2M2WymQ>
44. Martins JW. *Gestão estratégica das cooperativas de ciência, tecnologia e inovação em saúde: um modelo para o desenvolvimento socioeconômico e a sustentabilidade do SUS*. [Tese] Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública– ENSP SÉRGIO AROUCA; 2013.
45. Dowbor L. Información para la ciudadanía y el desarrollo sustentable. Revista Nueva Sociedad 196, Abril - Marzo 2005, ISSN: 0251-3552. [Acesso em 20/02/2020]. Disponível em <https://bit.ly/2NikFb8> p. 134 [tradução nossa].
46. Pereira RR Revista Retratos do Brasil, Edição 98, set/2015.
47. Derbli MA. *Brasília utópica e seu lado B*. Campinas: ComCiência – Revista eletrônica de jornalismo científico n. 118, publicada em 10/05/2010. [Acesso em 29/09/2019]. Disponível em <http://bit.ly/2LQ49FO>
48. Oliveira SDR. *A informalidade como alternativa à moradia na cidade: por que ela é, mas não deve ser?* Tese de doutorado submetida à Banca do Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade de Brasília, 2017.
49. Governo do Distrito Federal. Decreto nº 28.081, de 29 de junho de 2007. Dispõe sobre a criação da Área de Relevante Interesse Ecológico do Córrego Cabeceira do Valo e da Área de Relevante Interesse Ecológico da Vila Estrutural, situadas na Região Administrativa do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA – RA XXV. Diário Oficial do DF de 02/07/2007. Disponível em <https://bit.ly/3cb3IS2>.
50. Seidel CD. Brasília em debate - Ano 2013 - nº 4 - Setembro. Economia - Planejamento Territorial Distrito Federal (Brasil) ISSN - 2316-820X. Entrevista, Daniel Seidel. Assistência social é direito do cidadão e da população em situação de rua. p. 9. [Acesso em 08/09/2019]. Disponível em <https://bit.ly/2FaBdr8>
51. Martins WJ. *Redes Sociotécnicas e Integração de Políticas Públicas no Distrito Federal*. Rev. Brasília em destaque n. 17: Informação, planejamento e gestão pública em saúde: a importância da atenção primária. Brasília, Codeplan, Setembro, 2017, p. 28-31.
52. Alblagi S, et al. *Ciência Aberta, questões abertas*. Sarita Albagli, Maria Lucia Maciel e Alexandre Hannud Abdo organizadores. – Brasília: IBICT; Rio de Janeiro: UNIRIO, 2015.
53. Sellera GEP, et al, 2019; p. 2187 *A ativação de redes sociotécnicas na cidade estrutural/DF, Brasil: construindo um território saudável e sustentável*. Ciência & Saúde Coletiva, 24(6): 2185-2191 2019. [Acesso em: 12/8/2019]. Disponível em <https://bit.ly/3jNbc06>

54. Jesus SM, *et al.* *Diálogos prospectivos Brasília 2030: Integração de políticas públicas no território*. Com. Ciências Saúde. 2017; 28(2): 198-204. [Acesso em: 12/8/2019]. Disponível em <http://bit.ly/2LPGJAs>
55. Rivera F. J. U. (1995). *Agir comunicativo e planejamento social: uma crítica ao enfoque estratégico*. Editora Fiocruz. [Acesso em 3.Mar.2020. Disponível em <https://bit.ly/2FA8EUZ>.
56. Huertas F. *el método PES, Planificación Estratégica Situacional* – Entrevista a Carlos Matus. La Paz, Bolívia: CEREB, 1996. 1994; p. 83
57. Buss PM, Pellegrini Filho A. *Saúde e seus Determinantes Sociais*. PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 17(1): 77-93, 2007. [Acesso em: 07.05.2018]. Disponível em <http://bit.ly/2wltAtw>

ANEXOS E APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Temas e pautas das reuniões da RSE

Tema	Pautas
Violência e Segurança Pública	<p>Mai/2018: discussão sobre dados de violência sexual;</p> <p>Abr/2019: Propor estratégias para um modelo de policiamento comunitário que seja mais envolvido com o território</p> <p>Ago/2019: apresentação sobre terapia comunitária para mulheres vítimas de violência;</p> <p>Set/2019: Apresent. do trabalho do PROVID/PMDF na Estrutural.</p> <p>Fev/2020: i) alinhamento de fluxos para tratar de questões de violação dos direitos/violência das crianças e jovens; ii) proposta como pauta da próxima reunião a segurança pública e a abordagem agressiva de parte da PM com pessoas consideradas “suspeitas”.</p>
Igualdade de gênero	<p>Mai/2018: discussão sobre dados de violência sexual;</p> <p>Fev/2019: i) Campanha de Prevenção à Gravidez na Adolescência - Conselho Tutelar; ii) a RSE irá formar um grupo na Estrutural para mobilizar as mulheres que queiram voltar a estudar.</p> <p>Ago/2019: apresentação sobre terapia comunitária para mulheres vítimas de violência;</p>
Acesso à Água	<p>Jul/2019: debate sobre a questão da falta d’água na Santa Luzia</p> <p>Ago/2019: i) evasão escolar de crianças em função da falta d’água na Santa Luzia; ii) Marcada reunião com o ADM da Estrutural em 20/08 para solicitar carros pipa, chafariz e uma lavanderia comunitária para a Santa Luzia.</p> <p>Set/2019: falta d’água na Santa Luzia e a evasão escolar - será elaborado e entregue documento para a adm. da Estrutural.</p>
Saúde Mental	<p>Mai/2018: Discussão sobre a elaboração de documento para a SES/DF solicitando a implantação de um CAPS-ad.</p> <p>Ago/2018: Discussão sobre os problemas de saúde mental no território</p> <p>Set/2018: Discussão sobre os serviços de saúde mental no território</p> <p>Jan/2019: retomada da questão do CAPS-ad.</p> <p>Fev/2019: Devolutiva da SES-DF sobre a implantação do CAPS-ad.</p> <p>Mar/2019: Devolutiva da SES-DF e ADM Estrutural sobre o CAPS-ad</p> <p>Set/2019: Discussão sobre a elaboração de documento para a SES/DF solicitando a implantação de um CAPS-ad.</p> <p>Fev/2020: Reapresentação da proposta de implantação de CAPS-ad para a nova Coordenação da SES/DF e novo Adm. da Estrutural.</p>
Combate à pobreza	<p>Jul/2018: Apresentação das ações da Semana de Mobilização pelo Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;</p> <p>Mai/2019: Apresentação dos resultados da Pesquisa Cidade Acolhedora realizada pelo Coletivo da Cidade e proposta de fluxo</p>
Educação	<p>Jan/2019: Educação de Jovens e Adultos - EJA.</p> <p>Fev/2019: i) Evasão escolar na Educação de jovens e adultos -EJA; ii) RSE irá formar um grupo na Estrutural para mobilizar as mulheres que queiram voltar a estudar.</p> <p>Abr/2019: Coordenação da Rede propõe que Conselho Tutelar centralize o monitoramento da evasão escolar e na violação dos direitos da criança e do adolescente.</p> <p>Ago/2019: evasão escolar de crianças em função da falta d’água na Santa Luzia.</p> <p>Set/2019: falta d’água na Santa Luzia e a evasão escolar - será elaborado e entregue documento para a adm. da Estrutural.</p> <p>Fev/2020: i) Insuficiência de vagas para matrículas e ônibus escolares, especialmente para o 4º ano; ii) cartão material escolar.</p>
Direitos da criança e do adolescente	<p>Jun/2018: Apresentação das ações do 12 de junho sobre o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil.</p> <p>Fev/2019: Campanha de Prevenção à Gravidez na Adolescência - Conselho Tutelar.</p> <p>Abr/2019: i) A coordenação da RSE propõe que o Conselho Tutelar centralize o monitoramento da evasão escolar e das violações dos direitos da criança e do adolescente; ii) Cadastro Único da criança e do adolescente (Conselho Tutelar).</p> <p>Set/2019: Apresentação do trabalho do PROVID/PMDF.</p> <p>Fev/2020: alinhamento de fluxos para tratar de questões de violação dos direitos/violência das crianças e jovens.</p>
Saúde	<p>Jun/2019: Apresentação do cronograma do atendimento das UBS 1 e 2 e sobre os serviços ofertados no território, o quadro das equipes e as dificuldades de cobertura – GSAP/SES/DF.</p>
Parcerias institucionais	<p>Apresentações de projetos que estão sendo implantados na Estrutural em todas as reuniões.</p> <p>Dez/2018: Fortalecer a Rede: ampliando a participação de representantes de instituições e da comunidade.</p> <p>Jul/2019: i) O Coletivo da Cidade irá propor uma parceria com o Centro da Juventude para intersectorializar as ações na Estrutural; ii) Elaborar um documento para convidar o Adm da Estrutural para participar de todas as reuniões da RSE para pensar em ações conjuntas;</p>
Outros temas	<p>Abr/2019: Transferência do Parque Urbano da Estrutural para a ADM local</p>

APÊNDICE 2 – Análise de conteúdo e do discurso

Rede Social da Estrutural referente à sua capacidade no território: a percepção dos Atores da Rede (AR)

O conteúdo transcrito nesta classe foi classificado hierarquicamente, onde foram identificadas cinco classes que utilizaram 72,00% dos Segmentos de Texto (ST) do corpus inicial, do total de 489 ST, o que representa uma porção adequada para a utilização do método de Classificação Hierárquica Descendente (CHD) para análise de cada classe conforme será apresentado a seguir com o dendograma representando na Figura 11, e mais adiante o plano fatorial (Figura 13).

Figura 1. Dendograma com percentuais dos ST por CHD Atores da Rede (AR)

ATORES DA REDE (AR)														
353 Segmentos de texto (ST) - Aproveitamento 72,19%														
Relação dos Atores Com o Território \ Fechamento do Lixão					Importância da Rede Social \ Fortalecimento dos Atores Locais					Processo Participativo				
Classe 4 21,81 - 77 ST			Classe 1 21,81 - 77 ST			Classe 2 21,81 - 77 ST			Classe 3 21,81 - 77 ST			Classe 5 21,81 - 77 ST		
Palavra	f	χ²	Palavra	f	χ²	Palavra	f	χ²	Palavra	f	χ²	Palavra	f	χ²
chegar	22	61,03	lixo	28	61,42	achar	41	55,52	saúde	25	81,95	reunião	20	62,53
morar	15	38,44	catador	14	42,40	tentar	8	23,94	político	13	54,20	órgão	8	33,69
luta	14	38,38	trabalho	18	39,74	grupo	8	20,05	social	13	42,65	levar	10	32,14
ano	18	34,49	cooperativa	9	33,10	talvez	8	20,05	assistência	8	40,44	trazer	12	29,59
quando	23	33,69	impacto	11	31,21	rede	36	15,08	discutir	13	39,56	participar	18	28,36
construir	8	29,34	trabalhar	18	26,19	coordenação	4	14,26	educação	12	37,49	tudo	11	25,80
vir	18	22,87	economia	7	25,60	frente	4	14,26	mental	7	34,51	rede	36	23,31
casa	7	20,71	fechamento	12	24,91	gdf	4	14,26	público	13	31,88	importância	8	20,42
começar	8	20,43	aterro	6	21,88	vez	14	13,76	segurança	9	25,56	dentro	23	19,61
via	5	18,18	comércio	6	21,88	participação	7	13,72	também	23	24,44	liderança	7	16,66
estrutural	27	17,36	fechar	6	21,88	não	46	13,70	comum	4	23,42	debatido	4	16,65
mudar	6	17,10	pessoa	29	21,44	falta	6	13,31	acreditar	9	23,00	organização	4	16,65
aqui	23	15,29	renda	8	20,43	precisar	9	13,08	fortalecer	3	17,51	presente	4	16,65
começo	4	14,50	desemprego	5	18,18	comunidade	18	12,81	atuar	6	16,79	santa luzia	8	16,65
moradia	6	13,58	dinheiro	5	18,18	civil	3	10,67	bem	10	16,19	representante	4	16,65
chácara	5	13,55	mercado	5	18,18	divisão	3	10,67	ODS	5	14,87	último	4	16,65
morador	10	12,66	negativo	5	18,18	efetividade	3	10,67	discussão	6	14,33	instituição	7	14,03
aluguel	3	10,85	ambiente	4	14,50	encaminhamento	3	10,67	tema	6	12,30	sempre	9	12,67
família	8	10,67	causar	5	13,55	pensar	6	10,67	melhor	5	12,25	conhecer	9	12,67
DF	4	10,67	reciclagem	3	10,85	atendimento	4	9,88	ganhar	3	11,70	claro	3	12,45

Fonte: Elaboração própria a partir do conteúdo das entrevistas realizadas na pesquisa

Classe 1. Condições de vida e de trabalho: impactos causados com o fechamento do lixão

A classe 1 em termos de tamanho ocupa o segundo lugar de todo o conjunto de palavras (corpus) que se revela relacionada com a classe 4 (Relação e vínculo com o território), com 77 ST representando 21,81% das palavras do conjunto, agregando o conteúdo da classe 5

(Considerações dos atores com relação à Rede Social da Estrutural) referente às considerações dos atores sobre a dinâmica da RSE e de como esta pode melhorar sua atuação no território.

Classe 2. Estrutura e a capacidade da Rede Social da Estrutural (RSE)

A Classe 2 com 78 ST representa 22,10% do corpus, sendo a maior entre as classes e está fortemente relacionada a classes 3 (Conquistas da Rede Social da Estrutural (RSE)) no território) e 5 (Considerações dos atores com relação a Rede Social da Estrutural (RSE)). O conteúdo da classe 2 trata da estrutura da RSE, a sua estrutura e as formas de organização das ações e a sua capacidade de influenciar as políticas públicas.

Classe 3. Conquistas da Rede Social da Estrutural (RSE)

A classe 3 é a menor, representa 14,73% do corpus do texto, com 52 ST. Está fortemente ligada às classes 2 (Estrutura e a capacidade da Rede Social da Estrutural (RSE)) e a classe 5 (Considerações dos atores com relação a Rede Social da Estrutural). Essa classe destaca a visão dos atores sobre a contribuição e as conquistas da Rede no território.

Classe 4. Relação e vínculo com o território

Esta classe, com 77 UCE, representa 21,81% corpus do texto, possui forte relação com a classe 01 (Condições de vida e de trabalho: impactos causados com o fechamento do lixão). O conteúdo da Classe 4 agrupa o conteúdo referente a relação e o vínculos dos atores com o território, a história e o contexto de sua chegada na Cidade Estrutural desde o início da sua formação.

Classe 5. Considerações dos atores referentes à dinâmica de atuação da Rede Social da Estrutural (RSE)

A classe 5 representa 19,55% do corpus do texto, sendo a terceira classe com relação ao seu tamanho. Está fortemente relacionada às classes 3 (Conquistas da Rede Social da Estrutural (RSE) no território) e 2 (Estrutura e a capacidade da Rede Social da Estrutural (RSE)). A classe 5 agrega as falas referentes à visão dos atores sobre a Rede Social da

Estrutural (Considerações dos atores referente à dinâmica de atuação da Rede Social da Estrutural (RSE)), considerações dos entrevistados sobre a importância e atuação da RSE no território e como esta pode fortalecer as pessoas que a compõem na governança local.

Plano fatorial Atores da Rede (AR)

O Plano fatorial define as classes estabelecendo o grau de similaridade entre elas, representado graficamente os agrupamentos que têm relação de proximidade devido à correspondência das palavras. As cinco classes anteriormente apresentadas compõem três fatores mais evidenciados, visando buscar harmonia nos discursos quando analisados de forma geral, que nortearam os temas abordados nas entrevistas, conforme demonstra a figura 13.

- ✓ O primeiro eixo caracteriza-se como um fator isolado aglutinando as palavras da classe 1 sobre as condições de vida e os impactos econômicos com o fechamento do lixão.
- ✓ O segundo eixo possui as palavras da classe 4, estando localizado no quadrante inferior esquerdo e caracteriza-se também como um fator isolado, mas fundamenta-se na Relação e vínculo com o território da Estrutural, pois os temas das classes estão diretamente relacionados ao território.
- ✓ O terceiro eixo, situado nos quadrantes Superior e Inferior Direito, possui palavras das classes (2, 3 e 5) fundamenta-se na Estrutura, capacidade da rede sociotécnica, assim com a importância e as conquistas no território, agregando as palavras referentes aos temas relacionados na RSE, conforme apresentado no plano fatorial na figura 13.

Análise da influência dos perfis na formação das classes

Por meio do cruzamento das palavras que formaram cada classe e de cada variável do perfil dos entrevistados é possível identificar as categorias de perfil que tiveram maior influência na formação das classes. Uma vez que por meio do cálculo do Qui² identificamos se alguma categoria dentro de cada variável de perfil possuiu prevalência na contribuição de

palavras para a formação da classe. Da mesma forma, é possível identificar se houve categorias ausentes na formação das classes com o perfil dos participantes.

Classe 1. Condições de vida: impactos com o fechamento do lixão

A contribuição dos atores para a rede teve influência na formação dessa classe, sendo que os atores que contribuí para a temática da Educação ($Qui^2=-5,320$; $p<0,05$), tiveram participação negativa significativa. O fato de ser negativa significa que esses entrevistados não contribuíram na formação das classes, ou seja, o conteúdo da classe não é percebido pelos atores que contribuí para a temática da Educação, portanto, não teve relevância. Outro aspecto apresentando no tocante à temática desta classe percebe-se que os atores não têm tanta conexão com esse tema.

Classe 2. Estrutura e a capacidade da Rede Social da Estrutural

Os atores que mais influenciaram para a formação desta classe foram os dos atores técnicos da RSE ($Qui^2=10,139$; $p<0,05$) com participação positiva significativa. É importante ressaltar que isso não significa que os outros entrevistados não influenciaram para a formação desta classe, mas as falas evidenciam os atores que são atores técnicos de forma significativa para a construção da classe. O papel dos participantes representantes de Associação ($Qui^2=-17,267$; $p<0,05$) tiveram influência negativa.

Os atores que tiveram influência na formação desta classe foram da Assistência Social ($Qui^2=7,175$; $p<0,05$) com participação positiva. Já os atores da Economia Solidária ($Qui^2=-4,372$; $p<0,05$) tiveram participação negativa. A estrutura da RSE se constitui fortemente nos serviços públicos da Assistência Social, portanto, as lideranças comunitárias não tiveram tanto peso nesta classe.

Classe 3. Conquistas da Rede Social da Estrutural

A contribuição dos entrevistados com relação à participação das lideranças comunitárias, traçadas com o perfil comunidade tiveram influência na formação desta classe. Já perfil dos atores técnicos ($Qui^2=10,746$; $p<0,05$) teve participação positiva significativa, uma vez que se trata de uma variável dicotômica, logo as lideranças comunitárias ($Qui^2=-10,746$; $p<0,05$) teve participação negativa significativa.

As conquistas da rede para os atores tiveram influência na formação desta classe, mas os atores técnicos da Gestão ($Qui^2=-7,328$; $p<0,05$) tiveram participação negativa significativa. O papel da Saúde ($Qui^2=-17,267$; $p<0,05$) teve influência negativa.

A contribuição dos estudantes do curso de Pós-graduação *latu sensu* da Fiocruz em parceria como IFB teve influência na formação dessa classe. O perfil dos entrevistados que não são estudantes do IFB ($Qui^2=6,535$; $p<0,05$) tiveram participação positiva significativa, uma vez que se trata de uma variável dicotômica, logo o perfil dos estudantes ($Qui^2=-6,535$; $p<0,05$) teve participação negativa significativa.

As contribuições dos atores tiveram influência na formação dessa classe, com destaque para os atores técnicos da temática Saúde ($Qui^2=5,433$; $p<0,05$) que tiveram participação positiva. A temática Educação ($Qui^2=3,382$; $p<0,05$) também apresentou influência positiva na formação nesta classe. Já os atores os atores da temática Assistência Social ($Qui^2=-3,956$; $p<0,05$) tiveram participação negativa.

Classe 4. Relação e vínculo com o território

O papel da rede na visão dos atores teve influência na formação nesta classe, principalmente os atores sociais (ONG) tiveram participação positiva significativa ($Qui^2=3,161$; $p<0,05$). Já os entrevistados da Saúde ($Qui^2=-4,271$; $p<0,05$) tiveram participação negativa.

A contribuição dos entrevistados moradores do território teve influência na formação desta classe. O perfil dos entrevistados moradores ($Qui^2=5,251$; $p<0,05$) teve

participação positiva significativa, uma vez que se trata de uma variável dicotômica, logo o perfil dos não moradores ($Qui^2=-5,251$; $p<0,05$) teve participação negativa significativa.

A temática abordada também influenciou na formação desta classe, mas os atores técnicos atuantes na temática da Saúde ($Qui^2=-4,271$; $p<0,05$) tiveram participação negativa.

Classe 5. Considerações dos atores com relação à atuação da Rede Social da Estrutural no território

Com relação à atuação da rede no território, os atores que tiveram influência na formação desta classe, foram atores sociais (Associação) com participação positiva significativa ($Qui^2=20,705$; $p<0,05$). Já os atores sociais (ONG) tiveram participação negativa ($Qui^2=-4,529$; $p<0,05$). A temática com mais influência na formação desta classe, foi à temática da Economia Solidária ($Qui^2=5,573$; $p<0,05$) tiveram participação positiva.

A participação positiva dos atores sociais (ONG e Associação) com a temática da Economia Solidária teve maior importância nesta classe em função por serem atores moradores, atuantes e conhecedores da realidade local.

Análise do conteúdo e do discurso no contexto da ativação das Redes Sociais Locais do DF (RSLs-DF) e a história Rede Social da Estrutural (RSE) na percepção do Ator Chave (AC)

A análise da fala do entrevistado por meio do IRAMUTEQ sobre a história da Rede Social da Estrutural (RSE) identificou a formação de quatro classes que utilizaram 71,5% dos ST do corpus inicial, do total de 83 ST, o que representa uma porção adequada para a utilização do método de CHD conforme apresenta a figura 14 com o dendograma com percentuais dos ST por CHD Ator Chave (AC), conforme apresenta a Figura 14.

Figura 2. Dendograma com percentuais dos ST por CHD Ator Chave (AC)

ATOR CHAVE (AC)											
83 Segmentos de texto (ST) - Aproveitamento 71,55%											
Vulnerabilidade Social			Ativação de Redes \ Governança Territorial				Espaço de Empoderamento				
Classe 4 27,71 - 83 ST			Classe 2 21,69 - 83 ST		Classe 1 24,10 - 83 ST		Classe 3 23,51 - 83 ST				
Palavra	f	χ^2	Palavra	f	χ^2	Palavra	f	χ^2	Palavra	f	χ^2
moradia	5	13,88	estrutural	18	15,52	partir	6	20,37	política	5	14,75
ocupado	4	10,96	serviço	6	14,47	são_sebastião	6	20,37	acabar	5	14,75
processo	4	10,96	importante	6	14,47	movimento	8	19,46	estado	7	13,76
necessidade	4	10,96	gente	14	12,47	fórum	5	16,76	fóssar	4	11,65
creche	4	10,96	convivência	5	10,65	social	29	14,25	capacidade	6	10,72
termo	3	8,12	dizer	11	8,06	começar	6	12,41	local	5	7,82
cumprir	3	8,12	existir	4	7,03	lugar	6	12,41	recurso	5	7,82
situação	7	7,29	conquistar	4	7,03	experiência	5	9,09	dar	5	7,82
criança	5	7,26	questão	9	6,82	vir	4	5,95	vez	5	7,82
construir	5	7,26	ajudar	7	5,66	ideia	4	5,95	real	5	7,82
lixo	4	4,69	catador	5	4,60	reunião	4	5,95	político	8	5,89
demanda	18	3,21	sedest	3	3,71	entidade	9	5,46	chamar	4	5,07
equipamento	3	2,36	arlete	3	3,71	participação	3	3,08	gestão	9	4,37
organizar	3	2,36	achar	10	2,25	popular	3	3,08	secretário	9	4,37
forma	3	2,36	gestor	7	2,02	perceber	3	3,08	saber	12	3,98
mesmo	6	1,60	próprio	4	1,98	secretário	9	2,29	público	12	3,98
espaço	6	1,60	governo	4	1,98	próprio	4	1,54	demanda	18	3,80
cidade	6	1,60	querer	4	1,98	regional	4	1,54	território	5	3,06
período	6	1,60	rede	37	1,12	ficar	4	1,54	tender	3	2,58
coisa	4	1,04	organização	5	1,05	governo	4	1,54	só	3	2,58

Fonte: Elaborado pela autora a partir do conteúdo das entrevistas realizadas na pesquisa.

Classe 1. A história da ativação de Redes Sociais no DF

Em termo de tamanho a classe 1 (A história da ativação de Redes Sociais no DF) ocupa o terceiro lugar de todo o conjunto de palavras (corpus), ao lado da classe 4 (Área de maior vulnerabilidade da Cidade Estrutural), com 20 ST representando 24,10% das palavras do conjunto e revela-se relacionada com a classe 2 (A história da ativação da Rede Social da Estrutural (RSE)). Desta forma, a classe 1 agregou conteúdos referentes a classe 2 história da Rede Social da Estrutural (RSE), o surgimento e o contexto de sua criação partindo do surgimento de ativação de Redes Sociais Locais – RSLs no DF.

Classe 2. A história da ativação da Rede Social da Estrutural (RSE)

A Classe 2 com 18 ST representa 21,83% do corpus, sendo a menor entre as classes e está fortemente relacionada a classe 01. O conteúdo da classe 2 trata da Rede Social da Estrutural (RSE) possibilitando um novo desenho ao encaminhamento das demandas da população.

Classe 3. Redes como espaço de governança para empoderamento dos atores sociais

A classe 3 ocupa o segundo lugar, representa 26,51% do corpus do texto, com 22 ST. Essa classe destaca a visão do entrevistado sobre as redes como espaço de empoderamento dos atores sociais.

Classe 4. Área de maior vulnerabilidade da Cidade Estrutural

Esta classe, com 23 UCE, representa 27,83% do corpus do texto, sendo a maior entre as classes. O conteúdo da Classe 04 agrupa o conteúdo referente as áreas mais vulneráveis do território, destacando a de Santa Luzia, sendo a área de maior vulnerabilidade dentro da Estrutural.

Plano fatorial Ator Chave (AC)

Depois de definidas as classes e estabelecido o grau de similaridade entre elas, o IRAMUTEQ apresenta um plano fatorial que representados graficamente em um espaço, onde os agrupamentos mantêm relações de proximidade devido à correspondência das palavras. As quatro classes anteriormente apresentadas compõem os três fatores que foram mais evidenciados, conforme apresentado na Figura 16 que apresenta o plano fatorial dos eixos temáticos:

- ✓ O primeiro eixo (fator), localizado em sua maior parte no quadrante Superior Esquerdo, que aglutinou as palavras das classes 1 e 2 está fundamentado na história de ativação da Redes Sociais no DF e na história da ativação da Rede Social da Estrutural (RSE).
- ✓ O segundo eixo possui as palavras da classe 3, estando localizado no quadrante superior direito. Está fundamentado nas Redes de governança como espaço de empoderamento dos atores sociais.
- ✓ O terceiro eixo, situado nos quadrantes inferiores, caracteriza-se como fator mais isolado, e possui palavras da classe 4. Está fundamentado na Santa Luzia – apontada como a área de maior vulnerabilidade.

APÊNDICE 3 – Avaliação da aplicabilidade dos indicadores dos ODS para a Estrutural.

Apêndice 3.1 – Avaliação da aplicabilidade dos indicadores do ODS 1 para a Estrutural

ODS (A)	Metas com indicadores definidos				Metas p/ o País - não se aplicam - sem indicadores definidos (F)
	Meta (B)	Indicadores com dados disponíveis para a Estrutural (C)	Indicadores com dados desagregados não disponíveis (D)	Indicadores que não se aplicam (E)	
1. Erradicação da pobreza	1.1. Erradicação da pobreza extrema	1.1.1. % da pop. abaixo da linha de pobreza extrema – PDAD			<p>Sem indicador definido:</p> <p>1.4. Acesso a serviços sociais, infraestrutura, tecnologias e meios para produção, tecnologias de informação e comunicação, serviços financeiros e acesso à terra e aos recursos naturais.</p> <p>1.5. Exposição e vulnerabilidade das populações a eventos extremos (clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais).</p> <p>Meta para o País:</p> <p>1.a. Garantia de recursos para políticas públicas de combate à pobreza.</p> <p>1.b. Fortalecimento dos marcos políticos e institucionais das políticas públicas de combate à pobreza.</p>
	1.2. Redução da pobreza	1.2.1. % da pop. abaixo da linha de pobreza - PDAD			
	1.3. Acesso ao sistema de proteção social, com cobertura integral dos pobres e pessoas em situação de vulnerabilidade.	<p>1.3.1. % pop. c/ 65 anos ou mais que recebe benefícios previdenciários ou do Benefício de Prestação Continuada, por sexo, cor ou raça - PDAD.</p> <p>1.3.3. % força de trabalho ocupada que contribui p/ a previdência social, p/ sexo, cor/raça, faixa etária e posição na ocupação - PDAD.</p> <p>1.3.5 - % pop. pobre (def. conforme meta 1.1) coberta pelo Programa Bolsa Fam., p/ sexo, cor/raça, faixa etária - PDAD.</p>	<p>1.3.2. % da pop. pobre (conforme meta 1.1) com deficiência coberta pelo BPC, p/ faixa etária - PNS/IBGE.</p> <p>1.3.4. % da força de trabalho desocupada que recebe seguro-desemprego, por sexo, faixa etária e cor ou raça - PNADC</p> <p>1.3.6. % de mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos) que contribuem p/ previdência social ou recebem benefício previdenciário ou transferência do Programa Bolsa Família - PNADC</p>		

Fonte: Silva, Peliano e Chaves (2018) (5). Elaboração própria.

Apêndice 3.2 – Avaliação da aplicabilidade dos indicadores do ODS 2 para a Estrutural

ODS (A)	Metas com indicadores definidos				Metas p/ o País - não se aplicam - sem indicadores definidos (F)
	Meta (B)	Indicadores com dados disponíveis para a Estrutural (C)	Indicadores com dados desagregados não disponíveis (D)	Indicadores que não se aplicam (E)	
2 - Fome zero e agricultura sustentável	2.1 – Erradicar a fome e garantir alimentos seguros, culturalmente adequados, saudáveis e suficientes			2.1.1 – Nº de casos de intoxicação p/ agrotóxicos 2.1.2 – Volume per capita de agrotóxicos consumidos por ano	<p>Não se aplicam: 2.3 – sistemas de produção de alimentos (10 indicadores) 2.4 – Renda dos agricultores (5 indicadores) 2.5 – Conservação da diversidade. genética (2 indicadores)</p> <p>Metas para o País: 2.a – Investimento em infraestrutura., pesquisa e assist. técnica e extensão rural (2 indicadores) 2.b – Comércio de alimentos em nível internacional 2.c – Comércio de alimentos em nível nacional</p>
	2.2 – Má-Nutrição: erradicar a desnutrição e reduzir o sobrepeso e a obesidade		2.2.1 – consumo de alimentos ultraprocessados - POF/IBGE 2.2.3 – taxa de incidência de diabetes tipo II - Hiperdia/MS 2.2.4 – deficit de peso - crianças 0-5 anos 2.2.7 – % de adultos com excesso de peso	2.2.2 – % municípios que realizam compras públicas de produtos da agricultura familiar p/ merenda escolar e abastecimento da rede socioassistencial local 2.2.5 – Deficit de peso de crianças indígenas de 0-5 anos acompanhadas nas condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família 2.2.6 – Deficit de peso p/ idade de crianças quilombolas de 0-5 anos acompanhadas nas condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família	

Fonte: Silva, Peliano e Chaves (2018) (5). Elaboração própria.

Apêndice 3.3 – Avaliação da aplicabilidade dos indicadores do ODS 3 para a Estrutural

ODS (A)	Metas com indicadores definidos			Metas p/ o País - não se aplicam – s/ indic. def. (F)
	Meta (B)	Indicadores com dados disponíveis para a Estrutural (C)	Indicadores com dados desagregados não disponíveis (D)	
3 - Saúde e bem-estar	3.1 – Reduzir a mortalidade materna	3.1.1 – Razão de mortalidade materna - Sala de Situação-SES/DF	3.1.2 – % de partos realizados em estabelecimentos de saúde	<p>Metas para o País: 3.8 – Assegurar cobertura universal de saúde por meio do SUS (3 indicadores) 3.b – pesquisa e desenvolvimento tecnológico em saúde (2 indicadores) 3.c – Aumentar o financiamento da saúde (5 indicadores) 3.d – Reforço da capacidade de alertas precoces e redução de riscos (3 indicadores)</p>
	3.2 – Reduzir a mortalidade neonatal e na infância	3.2.1 – Taxa mortalidade neonatal - Sala de Situação-SES/DF 3.2.2 – Taxa mortalidade neonatal precoce - Sala de Situação-SES/DF 3.2.3 – Taxa mortalidade neonatal tardia - Sala de Situação-SES/DF 3.2.4 – Taxa mortalidade na infância (< 5 anos) - Sala de Situação-SES/DF	3.2.5 – Proporção de aleitamento materno exclusivo até os 6 meses de idade - PNDS/MS	
	3.3 – Acabar c/ epidemias de doenças transm. - AIDS, tuberculose, malária, hepatites virais, doenças negligenciadas, doenças transm. p/ água, arboviroses transmitidas pelo <i>aedes aegypti</i>	3.3.1 – Taxa de incidência de AIDS por 100 mil hab - Sala de Situação-SES/DF 3.3.2 – Taxa de incidência de sífilis congênita - Sala de Situação-SES/DF	3.3.3 – Taxa incidência tuberculose p/ 100 mil hab - Sinan/MS 3.3.4 – Taxa incidência de tuberculose bacilífera p/ 100 mil hab - Sinan/MS 3.3.5 – Índice Parasitário anual (IPA): nº exames positivos de malária p/ mil hab - Sinan 3.3.6 – Taxa de incidência de hepatite B p/ 100 mil hab - Sinan/MS 3.3.7 – Nº pessoas c/ síndrome congênita do vírus Zika que requerem atenção especializada. - Sinan/MS	
	3.4 – Reduzir a mortalidade prematura por doenças não transm. via prevenção e tratamento, prom. saúde mental e o bem-estar, a saúde do trab. e prevenir o suicídio	3.4.1 – Taxa de mortalidade por neoplasias - 30-69 anos - Sala de Situação-SES/DF 3.4.2 – Taxa de mortalidade por diabetes mellitus - 30-69 anos - Sala de Situação-SES/DF 3.4.3 – Taxa de mortalidade por doenças cardiovasculares - 30-69 anos - Sala de Sit.-SES/DF 3.4.4 – Taxa de mortalidade por doenças respiratórias crônicas - 30-69 anos - Sala de Situação-SES/DF 3.4.5 – Taxa de mortalidade por outras DCNT - 30-69 anos - Sala de Situação-SES/DF 3.4.6 – Taxa de mortalidade por lesões autoprovocadas intencionalmente - Sala de Situação-SES/DF		

(Continua)

Apêndice 3.3 – Avaliação da aplicabilidade dos indicadores do ODS 3 para a Estrutural

(continuação)

ODS (A)	Metas com indicadores definidos		
3 - Saúde e bem-estar	Meta (B)	Indicadores com dados disponíveis para a Estrutural (C)	Indicadores com dados desagregados não disponíveis (D)
	3.5 – Prevenção e tratamento do abuso de substâncias (drogas e álcool)		3.5.1 e 3.5.2 – % mulheres/homens, que consumiram 4 ou + doses de bebida alcóolica (homens: 5) em uma mesma ocasião - Vigitel/MS 3.5.3 e 3.5.4 – % mulheres/homens, que consumiram 4 ou + doses de bebida alcóolica (homens: 5) em uma mesma ocasião - PNS/IBGE 3.5.5 e 3.5.6 – % escolares do 9º ano ensino fundamental que consumiram bebida alcóolica / maconha, respectivamente, nos últimos 30 dias - PeNSE/IBGE
	3.6 – Reduzir mortes e lesões por acidentes no trânsito	3.6.1 – Taxa de mortalidade por acidentes de trânsito - Sala de Situação-SES/DF 3.6.2 – Nº de óbitos por acidentes de trânsito - Sala de Situação-SES/DF	
	3.7 – Saúde sexual e reprodutiva	3.7.1 – Taxa de fecundidade na adolescência (10 a 14 anos, 15 a 19 anos) - Sala de Situação-SES/DF	3.7.2 – % mulheres que usavam métodos para evitar gravidez, na pop. 18-49 anos que tiveram relações sexuais nos últimos 12 meses e menstruam - PNS/IBGE 3.7.3 – Conhec. a respeito de métodos anticoncepcionais - PNDS/MS
	3.9 – Reduzir as mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo		3.9.1 – Óbitos p/ agrotóxicos - uso agrícola - Sinitox/Fiocruz 3.9.2 – Óbitos p/ agrotóxicos - uso doméstico. - Sinitox/Fiocruz 3.9.3 – Óbitos p/ raticidas - Sinitox/Fiocruz 3.9.4 – Óbitos p/ prod. quím. industriais - Sinitox/Fiocruz
	3.a – Controle do Tabaco		3.a.1 – % adultos fumantes, por sexo - Vigitel/MS 3.a.2 – % adultos fumantes, por sexo - PNS/IBGE 3.a.3 – % escolares do 9º ano do ensino fundamental que já experimentaram cigarro, por sexo - PeNSE/IBGE

Fonte: Silva, Peliano e Chaves (2018) (5). Elaboração própria.

Apêndice 3.4 – Avaliação da aplicabilidade dos indicadores do ODS 4 para a Estrutural

ODS (A)	Metas com indicadores definidos				Metas p/ o País - não se aplicam - sem indicadores definidos (F)
	Meta (B)	Indicadores com dados disponíveis para a Estrutural (C)	Indicadores com dados desagregados não disponíveis (D)	Indicadores que não se aplicam (E)	
4 - Educação de qualidade	4.1 – Ensino médio e fund. público e gratuito p/ todas(os)	4.1.1 - % jovens com 16 anos que concluíram o ensino fundamental, por sexo - PDAD 4.1.2 - % estudantes que atingem nível proficiência. X na Prova Brasil, em matemática e língua portuguesa, p/ sexo			<p>Indicador não definido: 4.5 – Eliminar as desigualdades de gênero e raça na educação e garantir a equidade de acesso, permanência e êxito em todos os níveis, etapas e modalidade ensino p/ os grupos em sit. de vulnerabilidade, Metas para o País: 4.7 – Educação para o desenvolvimento. sustentável, direitos humanos, igualdade de gênero, prom. de cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural 4.a – Infraestrutura física escolar 4.b – Ofertar vagas no ensino superior para alunos de países em desenvolvimento</p>
	4.2 – Educação infantil	4.2.2 - Taxas de frequência na creche (0 a 3 anos) e na pré-escola (4 a 5 anos), por sexo – PDAD	4.2.1 – % crianças de 5 anos com desenvolvimento psicomotor e cognitivo adequado por aprendizagem escolar, por sexo		
	4.3 – Educação profissional e educação superior		4.3.1 – Taxa de particip. de homens e mulheres nas matrículas na educação profissional técnica - Censo Escolar 4.3.2 – Taxa part. de homens e mulheres nas matrículas da educação superior - Censo Escolar		
	4.4 – Educação técnica e profissional	4.4.1 - % jovens e adultos c/ form. prof. técnica de nível médio, p/ sexo e faixa etária - PDAD 4.4.2 - % jovens e adultos c/ form. em nível superior, p/ sexo e faixa etária - PDAD			
	4.6 – Acabar com o analfabetismo	4.6.1 - % de alfabetizados na população > 15 anos, p/ sexo - PDAD 4.6.2 - % de alfabetizados nas faixas etárias 15-17 e 18-24 anos, p/ sexo - PDAD	4.6.3 – % estud. do ensino médio com conhec. básico em matemática, por sexo - SAEB		
	4.c – Formação continuada para professores da educação básica	4.c.1 - % profis. c/ pelo menos form. em ensino médio que atuam em creches - Censo Escolar. 4.c.2 - % prof. c/ form. nível sup. que atuam na pré-escola - Censo Escolar. 4.c.3 - % professores com formação em licenciatura que atuam no ensino fundamental. - Censo Escolar		4.c.4 – % professores formados com licenciatura que atuam no ensino médio 4.c.5 – % prof. do ensino médio com pós-graduação	

Fonte: Silva, Peliano e Chaves (2018) (5). Elaboração própria.

Apêndice 3.5 – Avaliação da aplicabilidade dos indicadores do ODS 5 para a Estrutural

ODS (A)	Metas com indicadores definidos			Metas p/ o País - não se aplicam - sem indicadores definidos (F)	
	Meta (B)	Indicadores com dados disponíveis para a Estrutural (C)	Indicadores com dados desagregados não disponíveis (D)		Indicadores que não se aplicam (E)
5 – Igualdade de gênero	5.2 – Eliminar todas as formas de violência de gênero	5.2.2 – Taxa de feminicídio – homicídio de mulheres > 15 anos assassinadas p/ razões de gênero, por 100 mil mulheres.	5.2.1 – % meninas até 15 anos sujeitas à violência sexual por pessoas conhecidas ou familiares nos últimos 12 meses, por idade, lugar de ocorrência e raça/cor		<p>Metas para o País: 5.1 – Eliminar todas as formas de discriminação de gênero (1 ind.) 5.3 – Eliminar os casamentos e uniões precoces, forçados e de crianças e jovens (1 ind.) 5.5 – Garantir a partic. plena e efetiva mulheres e a igualdade de oportunidades na esfera pública (9 ind.) 5.a – Garantir igualdade de direitos, de acesso e contr. dos recursos econômicos, da terra e outras formas de propriedade, serv. financeiros, de herança e de recursos naturais de forma sustentável (4 ind.) 5.b – Garantir a igualdade de gênero no acesso, habilid. uso e prod. das tecn. Inf. e comunic.; no acesso/prod. conhec. cient.; inf., cont. comunic. e mídias (5 ind.) 5.c – Adotar e fortalecer políticas públicas e legislação que visem promover igualdade de gênero e empoderamento de todas as mulheres e meninas (4 ind.)</p>
	5.4 – Eliminar a desigualdade na divisão sexual do trabalho	5.4.1 – % crianças 0-3 anos que freq. creche, e 4-6 anos que freq. educação infantil - PDAD 5.4.2 – % crianças e jovens na educação básica tempo integral - PDAD 5.4.3 – % mulheres inativas 18-60 anos p/ motivo de cuidados e afazeres domésticos - PDAD 5.4.4 – % jovens 15-18 anos que não trabalham nem estudam. com mais de 20 horas afazeres domésticos e cuidados – PDAD	5.4.5 - Razão da participação no mercado de trabalho entre homens e mulheres - PNADC		
	5.6 – Promover, proteger e garantir a saúde sexual e reprodutiva, os direitos sexuais e direitos reprodutivos	5.6.1 – Cobertura de consultas pré-natal: distribuição do % de nascidos vivos cf nº cons. pré-natal (0-3 e 4 ou +) - Sala Sit-DF 5.6.2 – % partos cesáreos / total partos - Sala Sit-DF 5.6.3 – Nº hospitalizações p/ complicações de aborto p/ idade - Sala Sit-DF 5.6.5 – Nº novos casos de HIV p/ 100 mil hab, p/ sexo e pop. alvo (mulheres grávidas, < 5 anos e 15-24 anos) - Sala Sit-DF 5.6.6 – Variação anual novos casos de HIV cf categoria de exposição - Sala Sit-DF 5.6.7 – Índice de mortalidade materna p/ causa, incluindo aborto - Sala Sit-DF		5.6.4 - % centros atenção à saúde c/ serviços de saúde sexual e reprodutivas integral 5.6.8 – Existência de leis que permitam a interrupção da gravidez conforme as seguintes causas: a) vontade da mulher, b) estupro / incesto, c) em caso de perigo p/ vida da mulher, d) p/ preservar a saúde da mulher e e) outras causas	

Fonte: Silva, Peliano e Chaves (2018) (5). Elaboração própria.

Apêndice 3.6 – Avaliação da aplicabilidade dos indicadores do ODS 6 para a Estrutural

ODS (A)	Metas com indicadores definidos			Metas p/ o País - não se aplicam - sem indicadores definidos (F)	
	Meta (B)	Indicadores com dados disponíveis para a Estrutural (C)	Indicadores com dados desagregados não disponíveis (D)		Indicadores que não se aplicam (E)
6 - Água potável e saneamento	6.1 – Alcançar o acesso universal e equitativo à água	6.1.1 - % da pop. que utiliza fontes de água segura - PDAD 6.1.4 - % da pop., total e por nível de renda, abastecida por sistema ou solução alternativa de água – PDAD	6.1.3 – % análises com Escherichia Coli na água distribuída em desacordo com o padrão de potabilidade (Port. nº 2.914/11) - Siságua-Vigiágua/MS; SNIS/Mcidades; PNADC	6.1.2 – % domicílios rurais com abastecimento por rede de distribuição e por poço ou nascente com água segura para o consumo humano por meio de canalização interna	<p>Sem indicador definido: 6.3 – Melhorar a qualidade da água nos corpos hídricos, reduzir a poluição, eliminar os despejos e minimizar o lançamento de materiais e substâncias perigosas</p> <p>Meta para o País: 6.4 – Aumentar a eficiência do uso da água (1 ind.) 6.5 – Gestão integrada dos rec. hídricos (1 ind.) 6.6 – Proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água 6.a – Ampliar a cooperação internacional e o apoio ao desenvolvimento de capacidades para países em desenvolvimento em atividade e programas relacionados à água e ao saneamento 6.b – Apoiar e fortalecer a participação de comunidades locais, p/ meio contr. social, p/ gestão água e saneamento (2 ind.)</p>
	6.2 – Alcançar o acesso a saneamento e higiene	6.2.1 - % da população que utiliza instalações sanitárias seguras - PDAD 6.2.3 - % de esgoto coletado e adequadamente tratado - PDAD	6.2.2 – Nº pessoas em situação de vulnerabilidade que utilizam instalações sanitárias seguras - Siságua-Vigiágua/MS; SNIS/Mcidades; PNADC		

Fonte: Silva, Peliano e Chaves (2018) (5). Elaboração própria.

Apêndice 3.7 – Avaliação da aplicabilidade dos indicadores do ODS 8 para a Estrutural

ODS (A)	Metas com indicadores definidos				Metas p/ o País - não se aplicam - sem indicadores definidos (F)
	Meta (B)	Indicadores com dados disponíveis para a Estrutural (C)	Indicadores com dados desagregados não disponíveis (D)	Indicadores que não se aplicam (E)	
8 - Trabalho decente e crescimento econômico	8.5 – Reduzir a taxa de desemprego/outras formas de subutilização da força de trabalho.		8.5.1 – Taxa composta da subutilização da força de trabalho - PNADC		<p>Metas para o País:</p> <p>8.1 – Cresc. econ. per capita anual médio de 1,6%, de 2016-18; e 2,55% de 2019-30 (2 ind.)</p> <p>8.2 – Atingir níveis mais elevados de produtividade em setores intensivos em mão-de-obra (1 ind.)</p> <p>8.3 – Desenvolvimento com geração de trabalho digno; formal. crescimento das micro, peq./médias empresas; empreend./inovação (2 ind.)</p> <p>8.4 – Ampliar a eficiência da utilização de recursos globais no consumo e na produção.</p> <p>8.9 – Implementar políticas para promover o turismo sustentável e responsável, acessível (2 ind.)</p> <p>8.10 – Expandir de forma sustentável o acesso aos serviços bancários e financeiros (1 ind.)</p> <p>8.a – Não aplicável ao Brasil</p> <p>8.b – Desenvolver e operacionalizar um plano nacional de promoção de trabalho digno para juventude (1 ind.)</p>
	8.6 – Redução na proporção de jovens que não estejam ocupados, nem estudando ou em formação profissional	8.6.1 – % jovens 15-24 anos que não estejam ocupados, nem estudando - PDAD 8.6.2 – Descontar do % acima o % de jovens 15-17 anos só trabalhando - PDAD			
	8.7 – Erradicar o trab. em condições análogas às de escravo, o tráfico de pessoas e o trabalho infantil		8.7.1 - Total de trabalhadores resgatados de condições análogas à escravidão/número de estabelecimentos inspecionados		
	8.8 – Reduzir o grau de descumprimento da legislação trabalhista	8.8.2 - Razão entre empregados sem carteira e total de empregados - PDAD		8.8.1 - Razão entre nº de novas reclamações na justiça trabalhista e nº trabalhadores Ocupados.	

Fonte: Silva, Peliano e Chaves (2018) (5). Elaboração própria.

Apêndice 3.8 – Avaliação da aplicabilidade dos indicadores do ODS 9 para a Estrutural

ODS (A)	Metas com indicadores definidos			Metas p/ o País - não se aplicam - sem indicadores definidos (F)	
	Meta (B)	Indicadores com dados disponíveis para a Estrutural (C)	Indicadores com dados desagregados não disponíveis (D)		Indicadores que não se aplicam (E)
9 - Indústria, inovação e infraestrutura	9.c - Aumentar o acesso às tecnologias de informação e comunicação e oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet	9.c.1 - % de proprietários de smartphone - PDAD			<p>9.1 - Aprimorar o sistema viário do País, com sustentabilidade e segurança no trânsito</p> <p>9.2 - Promover atividades econômicas inclusivas e sustentáveis e atividades de alta complexidade tecnológica, para aumentar a produtividade, o emprego e o PIB, c/ melhora nas condições de trabalho e na apropriação dos ganhos de produtividade.</p> <p>9.3 - Aumentar e desburocratiza o acesso das micro e pequenas empresas. a todos os serviços financeiros</p> <p>9.4 - Modernizar a infraestrutura./reab. ativ. econ. p/ torná-las sustentáveis.</p> <p>9.5 - Fortalecer a pesq. cient. e melhorar capac. Tecnológica das empresas</p> <p>9.a - Desenvolver infraestrutura sustentável e resiliente</p> <p>9.b - Apoiar o desenvolvimento tecnológico, pesquisa e inovação</p>

Fonte: Silva, Peliano e Chaves (2018) (5). Elaboração própria.

Apêndice 3.9 – Avaliação da aplicabilidade dos indicadores do ODS 10 para a Estrutural

ODS (A)	Metas com indicadores definidos				Metas p/ o País - não se aplicam - sem indicadores definidos (F)
	Meta (B)	Indicadores com dados disponíveis para a Estrutural (C)	Indicadores com dados desagregados não disponíveis (D)	Indicadores que não se aplicam (E)	
10 - Redução das desigualdades	10.1 – Sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre maior que a dos 10% mais ricos		10.1.2 – Crescimento médio da renda domiciliar per capita por decil. 10.1.3 – Índice de Gini - PNADC	10.1.1 – Taxa de crescimento de gasto domiciliar ou renda per capita entre 40% + pobres e total pop.; e entre 10% + ricos e pop. 10.1.4 – Taxa de crescimento do gasto doméstico ou renda per capita entre os 40% + pobres e o total da pop	<p>Sem indicador definido: 10.3 – Garantir a igualdade de oportunidades Metas para o País: 10.5 – Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais (4 ind.) 10.6 – Assegurar representação e voz dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econ. e financeiras internacionais globais 10.7 – Facilitar a migração e prom. a integr. de migrantes e refugiados (2 ind.) 10.a – Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado p/ países em desenvolvimento. 10.b – Incentivar cooperação internac. p/ o desenvolvimento, incluindo o invest. externo direto 10.c – Reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes</p>
	10.2 – Promover a inclusão social, econômica e política de todos, de forma a reduzir as desigualdades		10.2.1 – Acomp. PNADC p/ diferentes grupos demogr. p/ renda média, taxa ocupação, taxa de desemprego, cob. previd., % partic. progr. sociais, escolaridade e cond. do domicílio 10.2.2 – Acomp. Censo/IBGE p/ pessoas c/ defic. p/ renda média, taxa de ocup., taxa de desemprego, escolarid. e cond. do domicílio. E acomp. renda média p/ RAIS	10.2.3 – % candidatos eleitos p/ gênero 10.2.4 – % pessoas vivem <50% da renda média, p/ idade, sexo e PCD	
	10.4 – Reduzir a desigualdade através da adoção de pol. fiscal, trib., salarial e de proteção social	10.4.1 – % de ocupações potencialmente precárias – PDAD 10.4.2 – % pessoas de 16 anos ou mais ocupadas na semana de referência, que não contribuam para a previd. social – PDAD		10.4.3 – Evolução do valor real do salário mínimo 10.4.4 – % renda trabalho/PIB, incluindo salários e transferências para proteção social	

Fonte: Silva, Peliano e Chaves (2018) (5). Elaboração própria.

Apêndice 3.10 – Avaliação da aplicabilidade dos indicadores do ODS 11 para a Estrutural

ODS (A)	Metas com indicadores definidos				Metas p/ o País - não se aplicam - sem indicadores definidos (F)
	Meta (B)	Indicadores com dados disponíveis para a Estrutural (C)	Indicadores com dados desagregados não disponíveis (D)	Indicadores que não se aplicam (E)	
11 - Cidades e comunidades sustentáveis	11.1 – Garantir o acesso à moradia digna, adequada e a preço acessível		11.1.1 – Ônus do aluguel no orçam. fam. (ou outros componentes do déficit habitacional) - POF/IBGE 11.1.2 – % domicílios precários em relação ao total de domicílios do país - Censo 11.1.3 – % da pop. residente em aglomerados subnormais em relação à pop. total - Censo		<u>Metas para o País:</u> 11.3 – Urbanização inclusiva e sustentável (3 ind.) 11.4 – Proteger o patrimônio natural e cultural do Brasil (1 ind.) 11.6 – Reduzir o impacto ambiental negativo das cidades, melhorando os índices de qualidade do ar e a gestão de resíduos sólidos (1 ind.) 11.a – Integração econômica, social e ambiental - considerando territórios de povos e comunidades tradicionais (2 ind.) 11.b – Políticas e planos para mitigação, adaptação e resiliência a mudanças climáticas e gestão integrada de riscos de desastres (2 ind.) 11.c – Apoiar os países menos desenvolvidos para construções sustentáveis e robustas (1 ind.)
	11.2 – Melhorar a seg. viária p/ meio de sist. de mobilidade urbana sustentáveis, inclusivos, eficientes e justos, priorizando o transp. público de massa e o transp. ativo	11.2.3 – Taxa de óbitos em acidentes de trânsito por 100 mil hab. - Sala de Situação-SES-DF	11.2.1 – % viagens p/ meio de transporte público, a pé ou de bicicleta PNS/IBGE 11.2.2 – Ônus do orçamento familiar com transporte público - POF/IBGE 11.2.4 – % pop. vivendo próxima (raio 1 Km) a terminais e estações de transp. de média e alta capac. (p/ faixa de renda) - Censo		
	11.5 – Reduzir nº mortes e pessoas afetadas p/ desastres naturais de origem hidrometeorológica/climatol.	11.5.1 – % domicílios (ou da pop.) em áreas de risco – Secretaria de Habitação/GDF	11.5.2 – Nº de óbitos provocados por desastres 11.5.3 – % pop. que recebe alerta de risco de desastres elab. p/ MCTIC ou SMS p/ Defesa Civil		
	11.7 – Proporcionar acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes	11.7.1 – % pessoas residentes em domicílios cujo padrão urbanístico do entorno possui calçadas com rampas de acesso e áreas verdes nas faces de quadra dos domicílios - PDAD			

Fonte: Silva, Peliano e Chaves (2018) (5). Elaboração própria.

Apêndice 3.11 – Avaliação da aplicabilidade dos indicadores do ODS 16 para a Estrutural

ODS (A)	Metas com indicadores definidos				Metas p/ o País - não se aplicam - sem indicadores definidos (F)
	Meta (B)	Indicadores com dados disponíveis para a Estrutural (C)	Indicadores com dados desagregados não disponíveis (D)	Indicadores que não se aplicam (E)	
16 - Paz, justiça e instituições eficazes	16.1 – Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade	16.1.2 – Taxa de feminicídio p/ 100 mil mulheres 16.1.3 – % pop. vítima de estupro 16.1.5 – % pop. vítima de discriminação. (raça, gênero, homofobia, etc.) 16.1.6 – % pop. Vítima de violência física 16.1.7 – % pop. vít. violência psicol. 16.1.8 – % pop. vít. violência sexual 16.1.9 – Taxa de óbitos p/ arma de fogo p/ 100 mil hab - Sala Sit-DF	16.1.1 – Mortes relacionadas a intervenções policiais p/ 100 mil hab., p/ sexo, idade, tipo de vítima (policiais / não-policiais, tipo de situação – policiais em serv. / fora de serv.)	16.1.4 – % pop. vítima de roubo nos últimos 12 meses	<p>Metas para o País:</p> <p>16.3 – Fortalecer o estado de direito e garantir acesso à justiça a todos (14 ind.)</p> <p>16.4 – Reduzir os fluxos financ. e de armas ilegais, reforçar a recup. e devol. de rec. roubados e comb. o crime organiz. (2 ind.)</p> <p>16.5 – Reduzir a sonegação fiscal, a corrupção e o suborno</p> <p>16.6 – Ampliar a transparência, a <i>accountability</i> e a efetividade das instituições (4 ind.)</p> <p>16.7 – Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa (9 ind.)</p> <p>16.8 – Participação brasileira nas instituições de governança global (2 ind.)</p> <p>16.9 – Fornecer identidade civil para todos, incluindo o registro de nascimento (1 ind.)</p> <p>16.10 – Assegurar o acesso público à inform. e proteger as liberdades fundamentais (2 ind.)</p> <p>16.a – Fortalecer as instituições para prevenção da violência, do crime e da violação dos DH (12 ind.)</p>
	16.2 – Proteger todas as crianças e adolescentes de todas as formas de violência	16.2.5 – % pessoas de 5 a 17 anos ocupadas, por sexo, cor ou raça e faixa etária - PDAD 16.2.6 – N° crianças e adolescentes desaparecidos (SSP-DF)	16.2.1 – Taxas de atendimento de crianças e adolescentes (até 17 anos) por violências por 100 mil crianças e adolescentes, cf. tipo de violência e faixa etária das vítimas	16.2.2 – % adolesc. Privados de liberdade em unidades provisórias em período > 45 dias / total adolesc. privados de liberdade em unid. provisórias 16.2.3 – % adolesc. autores de atos infrac. em cumpr. de medida socioed. de priv. liberd. que não se encaixam nos seg. atos infrac.: cometido med. viol./grave ameaça; reincid. em infr. graves (pun. c/ reclusão); e descumpr. reiterado e injust. outra med. (máx. 3 meses) 16.2.4 – % Creas com medidas socioed. em meio aberto c/ equipe prof. espec., cf. SUAS e ECA	

(Continua)

Apêndice 3.11 – Avaliação da aplicabilidade dos indicadores do ODS 16 para a Estrutural (continuação)

ODS (A)	Metas com indicadores definidos			
	Meta (B)	Indicadores com dados disponíveis para a Estrutural (C)	Indicadores com dados desagregados não disponíveis (D)	Indicadores que não se aplicam (E)
16 - Paz, justiça e instituições eficazes	16.b – Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias e afirmativas	16.b.1 – Acesso pop. 18-24 anos às instit. ens. sup., p/ sexo e raça/cor - PDAD 16.b.2 – Taxa escolarização líquida, p/ sexo, cor/raça e nível ens. - PDAD 16.b.3 – Pop. ocupada > 16 anos, p/ sexo, cor/raça e setor ativ. - PDAD		<u>Não se aplica:</u> 16.b.4 – % eleitos p/ sexo, cor/raça <u>Meta para o País:</u> 16.b.5 – % terras e reservas indígenas regularizadas / total declaradas 16.b.6 – % comunidades quilombolas certificadas / total identificadas 16.b.7 – % terras quilombolas e outros povos trad. tituladas / total reconhecidas 16.b.8 – % órgãos que permitem nome social e o reconhecimento de identidade de gênero de travestis e transexuais no âmbito da adm. pública federal. direta, autárquica e fund. (Dec. 8.727/2016) 16.b.9 – % sist. inf. e cadastros c/ campo nome social (cf. Dec. 8.727/2016) / total de sistemas de informação e cadastros de órgãos/entidades da adm. pública federal direta, autárquica. e fundacional.

Fonte: Silva, Peliano e Chaves (2018) (5). Elaboração própria

Apêndice 3.12 – Avaliação da aplicabilidade dos indicadores do ODS 17 para a Estrutural

ODS (A)	Metas com indicadores definidos				Metas p/ o País - não se aplicam - sem indicadores definidos (F)
	Meta (B)	Indicadores com dados disponíveis para a Estrutural (C)	Indicadores com dados desagregados não disponíveis (D)	Indicadores que não se aplicam (E)	
17 - Parcerias e meios de implementação	17.14 – Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável				<p>Meta para o País: 17.1 – Melhorar a capacidade. nacional p/ arrecadar impostos e outras receitas 17.3 – Mobilizar recursos adicionais para países em desenv. a partir de múltiplas fontes 17.5 – Promoção de investim. p/ países de menor desenv. relativo 17.6 – Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internac. 17.8 – Operacionalizar Banco de Tecnologia e mecan. desenv. capac. em C&T e inovação 17.9 – Reforçar o apoio internac. p/ implem. eficaz da capacit. em países em desenv., inclusive p/ meio cooper. Norte-Sul, Sul-Sul e triangular 17.10 – Promover um sist. multil. de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discrimin. e equitativo, no âmbito da OMC 17.11 – Aumentar significativ. exportações dos países em desenv. 17.12 – Concretizar acesso a mercados livres de cotas e taxas 17.13 – Aumentar a estab. macroec. global, incl. p/ meio da coord. e coerência de políticas 17.15 – Respeitar o espaço político e a lider. de cada país para estab. e implem. políticas para erradic. pobreza e desenv. sustentável Não se aplica ao País: 17.2 – Implem. plena dos comprom. países desenv. na assist. oficial ao desenv. 17.4 – Ajudar os países em desenv. a alcançar a sustent. dívida longo prazo 17.7 – Promover desenv., transf., dissem. e difusão de tecn. ambient. corretas p/ países em desenv.</p>
	17.16 – Reforçar a parceria global para o desenv. sustentável, complem. p/ parcerias multissetoriais que mobilizem e compart. conhec., expertise, tecn. e rec. financ., p/ apoiar a realiz. dos ODS				
	17.17 – Incentivar e promover parcerias eficazes nos âmbitos públicos, público-privados, privados e sociedade civil, a partir da exper. das estratégias de mobilização de recursos				
	17.18 – Apoio à desagregação de dados, a integração, disponib. e compartilh. de reg. adm. e bases de dados estatísticos e geocientíficos				
	17.19 – Desenvolver métricas do progresso do desenv. sustentável que complem. o PIB e apoiar o desenv. de capacidades em estatística				

Fonte: Silva, Peliano e Chaves (2018) (5). Elaboração própria.

Apêndice 3.13 – Metas dos ODS (7, 12, 13, 14 e 15): não se aplicam à Estrutural e ao DF

ODS	Meta para o País ou não se aplica à Estrutural
7 - Energia acessível e limpa	7.1 – Assegurar o acesso universal a serviços de energia 7.2 – Manter elevada a participação de energias renováveis na matriz energética 7.3 – Aumentar a taxa de melhoria da eficiência energética da economia 7.a – Reforçar a cooperação internac. p/ facilitar o acesso à pesq. e tecnologias de energia limpa 7.b – Expandir a infraestr. e aprimorar a tecn. p/ fornec. de serv. energia modernos e sustentáveis
12 - Consumo e produção responsáveis	12.1 – Plano de ação p/ prod. e cons. sustentáveis 12.2 – Gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais 12.3 – Reduzir o desperdício de alimentos 12.4 – Manejo ambiental saudável dos prod. quím. e resíduos 12.5 – Reduzir substancialmente a geração de resíduos 12.6 – Incentivar empresas a adotar práticas de responsabilidade socioambientais (1 ind.) 12.7 – Promover práticas de contratação e gestão pública com base em critérios de sustentabilidade 12.8 – Inf. relevante e conscientização sobre desenvolvimento sustentável 12.a – Apoiar países em desenvolvimento a mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo 12.b – Monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável p/ o turismo, acessível a todos 12.c – Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis
13 - Ação contra a mudança global do clima	13.1 - Ampliar a capac. de adapt. a riscos e impactos das mudanças do clima e desastres naturais 13.2 - Integrar políticas estratégicas e planejamento sobre mudanças do clima 13.3 - Melhorar a educação e conscientização sobre mudança do clima 13.a - Não aplicável ao Brasil. 13.b - Estimular a ampliação da cooperação internac. p/ o planej. relacionado à mudança do clima
14 - Vida na água	14.1 - Prevenir e reduzir a poluição marinha 14.2 - Gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros 14.3 - Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos 14.4 - Regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas 14.5 - Até 2020, conservar pelo menos 25% das zonas costeiras e marinhas, princip. áreas de especial importância para a biodiversidade e serviços ecossistêmicos 14.6 - Avaliar os subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca 14.7 - Aumentar os benefícios econômicos para todos os países a partir da gestão sustentável dos recursos marinhos, inclusive a pesca, aquicultura e turismo 14.a - Aumentar o conhec. Científico e o desenvolvimento de capacidades de pesquisa. e transferir tecnologia marinha para melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contrib. da biodiversidade marinha 14.b - Proporcionar acesso dos pescadores. artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados 14.c - Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos
15 - Vida terrestre	15.1 - Assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce 15.2 - Zerar o desmatamento ilegal em todos os biomas brasileiros, ampliar a área de florestas sob manejo ambiental sustentável e recuperar 12 milhões de hectares de florestas 15.3 - Combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado 15.4 - Assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade 15.5 - Reduzir a degradação de habitat naturais, deter a perda de biodiversidade e proteger e evitar a extinção de espécies ameaçada 15.6 - Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios da utilização dos recursos genéticos, respeitando costumes, tradições, conhec. tradicionais, inovações e práticas de povos indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais. 15.7 - Tomar medidas urgentes para acabar com a caça e pesca ilegais e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas

Fonte: Silva, Peliano e Chaves (2018) (5). Elaboração própria.

APÊNDICE 4 – Número de participantes por reunião da RSE

Atores sociais, técnicos e agentes locais	Total	Mai 18	Jun 18	Jul 18	Ago 18	Out 18	Dez 18	Jan 19	Fev 19	Mar 19	Abr 19	Mai 19	Jun 19	Jul 19	Ago 19	Set 19	Out 19	Fev 20
Total	385	24	18	12	31	11	14	25	32	24	29	24	17	15	31	27	15	36
Agentes Locais	33	4	1		1	1		3	1		2	1	1		7	3	3	5
Agente Local Estrutural	29	4	1		1	1			1		2	1	1		7	3	3	4
Agente Local Sta Luzia	4							3										1
Atores Sociais (ONGs e Assoc.)	134	6	5	10	20	3	5	5	11	8	7	9	4	5	11	10	8	7
Assistência Social	82	4	2	9	17	1	1	1	9	6	6	7	2	2	5	5	4	1
Associação Viver	24			3	3	1		1	2	1	2	6		1	1	2	1	
Inst.to Doando Vidas	13		1						3	4	1		1	1	1	1		
CMCB	7		1								1	1	1		1	1	1	
Aconchego	2								2									
Semeando Esperança	1								1									
Instituto Ipês	16			6	7										1		1	1
Tia Nair	6	3			3													
LBV	4								1	1					1		1	
Uamá/Recanto	3				2		1											
Gafard Plano Piloto	2	1			1													
Boa Ação	1																1	
Nossa Brasília	1				1													
Projeto Alvo Certo	1										1							
Fund. Assis Chateaubriand	1										1							
Economia solidária	8	0	1	0	1	1	3	0	0	2								
Aslavo/Cab. do Valo	2														1			1
ASSOFEIRA	2													1	1			
Bco Comun. Estrutural	2		1										1					
Instituto B2	1																	1
Maria Costura	1														1			
Educação	34	2	2	1	3	2	4	3	2	2	1	2	1	2	1	1	3	2
Coletivo da Cidade	30	1	2	1	3	2	4	3	1	2	1	2	1	2	1	1	2	1
MECE	1																	1
Unesco/SESI	1																1	
UNIPLAN	1	1																
SINPRO/DF	1								1									
Ações comunitárias	7							1							2	2	1	1
CCCE	5							1							2	2		
Assoc. Morad.Q.12	2																1	1
Outras	3															2	1	
INESC	1															1		
Fundação MOOV	1																	1
ONG da Cid. Estrutural	1															1		
Atores Técnicos	218	14	12	2	10	7	9	17	20	16	20	14	12	10	13	14	4	24
Saúde	84	7	10	0	3	3	4	9	9	7	4	5	11	3	1	1	1	6
UBS 1 e 2	41	3	7		2	1	1	3	5	3	2	3	8	2			1	
SES/DF	20	3	3			1	2	4	2	2			3					
FIOCRUZ	15	1			1	1	1	2	1	1	1	2						4
HRGUr	8								1	1	1			1	1	1		2
Assistência Social	55	3	0	0	0	2	3	4	3	3	10	4	0	5	6	5	2	5
COP	19	1				1		1	1	1	9	1		1		1	1	1
CREAS	11	1					1	1						1	3	2		2
Centro da Juventude	9							1	1	1	1			2	1	1		1
COSE	8								1	1		1		1	1	1	1	1
CRAS	8	1				1	2	1				2		1				
Administração Pública	35		2			1	1	2	5	3	3	1	1	1	3	4	1	7
Conselho Tutelar	18		1			1	1		2	1	1		1	1	1	1	1	6
ADM SCIA Estrutural	17		1					2	3	2	2	1			2	3		1
Educação	10				1					2	3	2						2
CEF 2	5									1	1	1						2
EC 2	5				1					1	2	1						
Segurança Pública	29	4		2	5	1	1	1	3	1		2		1	3	3		2
PROVID/PM/DF	25	4			3	1	1	1	3	1		2		1	3	3		2
PPCAAM-MPDFT	4			2	2													
Outras	5				1			1								1		2
OAB	1				1													
Estudante IFB	3															1		2
Justiça Eleitoral - TRE	1							1										

Fonte: listas de presença das reuniões. Elaboração própria da classificação das instituições e temas.

APÊNDICE 5 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado participante,

Meu nome é Antonia Sheila Gomes Lima, estou cursando o Mestrado em Políticas Públicas em Saúde (MPPPS) na Escola Fiocruz de Governo da Fundação Oswaldo Cruz Brasília (EFG/FIOCRUZ/DF). O tema da minha pesquisa é “Pactos estruturantes para a promoção de territórios saudáveis e sustentáveis em convergência com os ODS: o caso da Cidade Estrutural/DF”. Trata-se de um estudo de caso, realizado com os atores da Rede Social da Estrutural.

A pesquisa tem como objetivo analisar a capacidade da Rede Social da Estrutural (RSE), especificamente sua governança e a direcionalidade na tomada de decisão para influenciar as políticas públicas que visem à promoção de TSS, tendo como referência a Agenda 2030 e seus ODS. E os específicos: i) analisar a dinâmica da Rede Social da Estrutural (RSE) e sua atuação para influenciar as políticas públicas locais; ii) identificar os espaços de governança para a tomada de decisão; iii) identificar e analisar os indicadores relacionados às metas dos ODS para subsidiar a tomada de decisão no território; e iv) identificar e analisar as áreas de maior vulnerabilidade social.

Você está sendo convidada (o) a participar, como voluntária (o) dessa pesquisa. Será realizada uma entrevista por meio de um questionário semiestruturado para registro das informações. No caso de aceitar fazer parte da pesquisa, rubriche todas as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, e que também será assinado por mim, pesquisadora, em todas as folhas. Uma das vias é sua e a outra é da pesquisadora responsável.

A participação nessa pesquisa é voluntária, sendo garantido o sigilo dos dados do(a) entrevistado(a). Os riscos à sua saúde por participar da pesquisa são mínimos. Caso você se sinta desconfortável em algum momento anterior ou durante a realização da entrevista, solicito que me comunique, para que eu possa reduzir ou eliminar este desconforto. Você terá plena liberdade em participar dessa pesquisa e de retirar o seu consentimento em qualquer fase de sua participação; o fato de não aceitar participar não resultará em qualquer tipo de penalidade ou exposição sobre essa decisão.

PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE ESCOLA FIOCRUZ DE GOVERNO-EFG /FIOCRUZ

A pesquisadora se compromete a utilizar e armazenar as informações com cautela, apenas para essa pesquisa, e a resguardar o sigilo dos dados e da identidade do(a) entrevistado(a); sua identidade não será registrada com o nome, mas por meio de um número, e a relação entre entrevistados(as) e seus números de identificação serão guardados em arquivo excel protegido por senha em computador também protegido por senha, que somente será acessado por mim, pesquisadora, pela minha orientadora, Dra. Missifany Silveira, e pelo meu co-orientador, Dr. Wagner de Jesus Martins.

Os resultados de todas as entrevistas serão utilizados na elaboração do trabalho final da pesquisa para o mestrado, e podem ser utilizados também em artigos, apresentações em congressos ou conferências. Durante e após a realização dessa pesquisa, seus dados serão mantidos em sigilo, e ao final dessa pesquisa, todo o material será mantido em arquivo por pelo menos cinco anos, conforme Resolução 466/2012 e orientações do Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública (CEP/ENSP).

A contrapartida da pesquisa para a Rede Social da Estrutural é principalmente a visibilidade que dará ao tema e à Cidade Estrutural por meio da divulgação do estudo em congressos e seminários e com a publicação de artigos e da dissertação. A pesquisa também pode estimular e contribuir para a produção de novas pesquisas que tenham como foco a construção de estratégias para o desenvolvimento de territórios saudáveis e sustentáveis. Nesse sentido, a contribuição com essa pesquisa tem o potencial de fortalecer a Rede Social da Estrutural.

A pesquisadora garante expressamente que o entrevistado tem liberdade para não aceitação, bem como de retirar o consentimento. Não haverá nenhum tipo de pagamento ou gratificação financeira pela sua participação na pesquisa.

As entrevistas para a pesquisa serão realizadas durante o ano de 2019, até o mês de setembro. Em caso de dúvidas sobre os seus direitos como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Fiocruz Brasília, nos telefones (61) 3329-4607 / 3329-4638, ou no seguinte endereço: Avenida L3 Norte, s/n, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Gleba A, CEP: 70.904-130 - Brasília – DF. O horário de atendimento é de 2ª a 6ª feira, de 09h00 às 12h00 e de 14:00 às 17:00.

Antonia Sheila Gomes Lima
Pesquisadora responsável



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Brasília

PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE
ESCOLA FIOCRUZ DE
GOVERNO-EFG / FIOCRUZ

**CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA
PESQUISA**

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar da pesquisa, sob responsabilidade da pesquisadora Antonia Sheila Gomes Lima, como participante voluntária (o) para uma entrevista. Fui devidamente informada(o) e esclarecida(o) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os benefícios e os possíveis riscos decorrentes de minha participação. Foi me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou exposição sobre essa decisão.

Local e data:

Telefone:

E-mail:

Assinatura:





Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Brasília

PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE ESCOLA FIOCRUZ DE GOVERNO-EFG /FIOCRUZ

Contato da responsável pela pesquisa:

Nome: Antonia Sheila Gomes Lima

Endereço: Avenida L3 Norte, s/n, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Gleba A,

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.904-130 - Brasília – DF

Cidade: Brasília/DF

Telefone: (61) 3329-4632

Instituição: Fundação Oswaldo Cruz Brasília – FIOCRUZ/DF

Contato da Orientadora da pesquisa:

Nome: Dra. Missifany Silveira

Endereço: Avenida L3 Norte, s/n, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Gleba A,

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.904-130 - Brasília – DF

Cidade: Brasília/DF

Telefone: (61) 3329-4716

Instituição: Fundação Oswaldo Cruz Brasília – FIOCRUZ/DF

Contato do Coorientador da pesquisa:

Nome: Dr. Wagner de Jesus Martins

Endereço: Avenida L3 Norte, s/n, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Gleba A,

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.904-130 - Brasília – DF

Cidade: Brasília/DF

Telefone: (61) 3329-4632

Instituição: Fundação Oswaldo Cruz Brasília – FIOCRUZ/DF

APÊNDICE 6 – Roteiro de entrevistas Atores da Rede (AR)

Roteiro de entrevistas Atores da Rede (AR)

Nome:

Informações básicas:

Morador () trabalhador ().

Sexo:

1. Qual a sua relação com o território? Atuação?
2. Você acha que foi necessário o fechamento do lixão? Porquê?
3. Quais os impactos na vida da população da Estrutural com o fechamento do lixão?
4. Você conhece a Rede Social da Estrutural? SIM () NÃO ()
5. Há quanto tempo participa das reuniões da RSE?
1 a 3 anos () 4 a 5 anos () 6 anos ou mais ().
6. Qual a importância da Rede no território, e como ela contribui para o fortalecimento das pessoas que a compõem?
7. Qual a capacidade da Rede na organização e mobilização das demandas locais?
8. Quais os temas e as políticas públicas mais discutidas na Rede?
9. A Rede já trouxe alguma conquista importante para a população no território?
10. Quais são as áreas que você considera de maior risco e vulnerabilidade da Estrutural?
11. Você conhece a Agenda 2030 e os seus ODS? Já ouviu falar? SIM () NÃO ().
12. Como a Agenda e seus ODS podem contribuir para a melhoria das condições de vida da população da Estrutural?
13. Você tem alguma consideração a fazer referente à atuação da Rede no território?

APÊNDICE 7 – Roteiro de entrevistas Ator Chave (AC)

Roteiro de entrevistas Atores chave (AC)

1. Conhece as Redes Sociais Locais (RSLs)? O que são? E como surgiram?
2. Qual o objetivo das RSLs?
3. Como se deu a ativação das RSLs no DF?
4. As RSLs tem influência nas políticas públicas locais? De que forma?
5. Concorde com a ideia que as RSLs são espaços de governança territorial?
6. Qual o papel das RSLs para o Desenvolvimento Sustentável no DF?
7. Qual o papel da SEDEST na criação da RSL na Cidade Estrutural? (Data de criação da RSE, as necessidades e o contexto em que foi criada).
8. Qual a estratégia que a SEDEST (você como gestor) pensou quando criou a Rede Social da Estrutural (RSE)?
9. Como a RSE era composta? Qual a organicidade? (Presidente, coordenação.. tem eleição ou é indicação).
10. Quais os temas e as políticas públicas mais discutidas na RSE?
11. Qual a importância da RSE no território, e como ela contribui para o fortalecimento das pessoas que a compõem?
12. Qual a capacidade da RSE na organização e mobilização das demandas locais?
13. Pode citar alguma conquista da RSE?
14. Você tem acompanhado a RSE?
15. Cite 3 referências políticas no DF sobre as RSLs?
16. Quais são as áreas que você considera de maior risco e vulnerabilidade da Estrutural?